



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FELIPE DA SILVA BARBOSA

**DO TOPOS AO TRÓPUS
A REPRESENTAÇÃO DOS GRUPOS ÉTNICOS INDÍGENAS NO IHGAL
(1875 – 1901)**

Maceió- AL
2015

FELIPE DA SILVA BARBOSA

**DO TOPOS AO TRÓPUS
A REPRESENTAÇÃO DOS GRUPOS ÉTNICOS INDÍGENAS NO IHGAL
(1875 – 1901)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas, com requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof.Dr. Alberto Lins Caldas.

Maceió- AL
2015

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

B238d Barbosa, Felipe da Silva.
Do topos ao trópico: a representação dos grupos étnicos indígenas no IHGAL (1875-1901) /
Felipe da Silva Barbosa. – 2015.
112 f. : il.

Orientador: Alberto Lins Caldas.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação
em História. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 106-112.

1. Historiografia – 1872-1910. 2. Índios da América do Sul – Brasil. 3. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. I. Título.

CDU: 981.35:397(=981) “1872/1910”

“A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. ” (MARX, Karl. A Crítica da Filosofia de Direito de Hegel, 1843)

a Manuel Firmino da Silva e
Luciana de Abrahão Valle

In memoria

AGRADECIMENTOS

“Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só,
mas sonho que se sonha junto é realidade.”

(Raul Seixas)

A minha Família, o esforço e compreensão.

Ao professor Alberto Lins caldas, a oportunidade e a (des) orientação.

A FAPEAL, a bolsa de estudos, sem a qual talvez esse trabalho não fosse possível.

As pessoas que representaram o Programa de Pós-Graduação em História – UFAL: da Secretária: Carol, Iris e Valéria; professores que ministram aulas: Arrisete Lemos Costa, Célia Nonata e Osvaldo Maciel; a professora do Estágio Docente, Michelle Reis, e demais funcionários, agradeço a oportunidade e serviços prestados.

Aos colegas de aula, a camaradagem e oportunidade de discussão.

A Anderson, Cinthia e Quel amizade, empatia e paciência durante a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação analisa criticamente de que maneira o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, entre os anos de 1875 a 1901, representou discursivamente, os grupos étnicos indígenas em sua historiografia. Este *recorte cronológico* é relativo ao período de 1872 a 1910, que representa um contexto de “silenciamento” do Estado quanto à *questão indígena* em Alagoas. De tal modo, analisou-se o principal porta-voz institucional, a *Revista do Instituto* que inclui artigos, biografias, correspondências, documentos históricos; atas de sessões: discursos, relatórios, discussões e propostas acerca de diversos campos de conhecimento ligados a construção da História Local e Nacional. Neste trabalho entendemos a História como *operação historiográfica*, compreendendo este *fazer* na relação entre um *lugar*, as práticas e a construção de um texto.

Palavras-chave: Historiografia. IHGAL. Alagoas. Indígenas.

ABSTRACT

Cette étude examine de manière critique comment l'Institut Historique et géographique d'Alagoas-IHGA entre les années 1875 à 1901, représentaient discursivement, de les groupes ethniques autochtones dans son historiographie. Cette coupe est chronologique pour la période 1872-1910, qui représente un statut 'muet' sur la question indigène en Alagoas. Ainsi, il a analysé la voix institutionnelle principale, le Journal de l'Institut, qui comprend des articles, des biographies, de la correspondance, des documents historiques, des minutes de la session: discours, rapports, débats et des propositions sur les différents domaines de la connaissance liés à la construction de l'histoire locale et nationale. Dans cet article, nous comprenons l'histoire comme l'opération historiographique, la compréhension de ce à la relation entre un lieu, les pratiques et la construction d'un texte.

Mots-clés: Historiographie. IHGAL. Alagoas. République. Indigène.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Levantamento do número de sócios.....	24
Gráfico 2 – Levantamento das obras por Idioma.....	33
Gráfico 3 – Levantamento temático.....	34
Gráfico 4 – Número de verbetes ditos de origem indígena contidas na província elencadas por cada autor.....	64

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa da primeira RIAGAL.....	29
Imagem 2 – João Francisco Dias Cabral.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS

IHP	Instituto Histórico de Paris
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IAGP	Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IAGAL	Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas
IHAL	Instituto Histórico de Alagoas
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
RIAGAL	Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 O INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS – IAGAL	22
1.1.1 “A Construção do Espaço”: O Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas	244
1.1.2 A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	299
1.2 Dois Artífices da Historiografia Local	399
2. O “ÍNDIO” ENTRE A FILOLOGIA E A HISTÓRIA	51
2.1 “Les Langues Sont Pour Les Ages Prehistoriques Ce Que Sont Les Fossiles Pour Les Ages	
2.2 Antidiluvienes.” E.LITTRÉ	55
2.3 Continuando...	63
3. AVALIAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA ARQUEOLOGIA DE ALAGOAS	73
3.1 O Museu ou Gabinete de Arqueologia do IAGAL	75
3.2 O Museu Arqueológico e a Arqueologia Imperial	87
4. HISTÓRIA, “RAÇA” E TERRITÓRIO	94
4.1 Definindo uma alteridade: o “índio”	95
4.2 Texto e contexto: A tríade determinista do evolucionismo	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
APÊNDICES	106
BIBLIOGRAFIA	107

INTRODUÇÃO

[...]É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.

(Rondó da Liberdade - Carlos Marighella)

A reflexão acerca da produção da História¹ de e em Alagoas é uma área de estudo ainda pouco explorada. Os trabalhos até aqui realizados correspondem às tendências de pesquisa categorizadas por Rodrigues² ao analisar as pesquisas historiográficas no Brasil: a primeira, iniciada em Alagoas a partir da década de 1990, com o texto *Historiografia de Alagoas: Primeira Leitura* (1990) da autoria de José Maria Tenório Rocha³ desempenha um papel importante para os estudos historiográficos por meio da catalogação de autores e obras, mas apesar disto se limita a um conjunto de informações biográficas e a resumos sobre os temas abordados em sua listagem de obras.

Em outra tendência, talvez mais externa lista, sob o impacto e a marca da história social, autores e obras eram remetidos a um contexto compreendido como *lócus* de explicação e inteligibilidade das obras históricas. Secularizando-se os textos, buscavam-se os contextos sociais nos quais residiria a força explicativa das obras. Nesta tendência, estão situados alguns trabalhos produzidos por Dirceu Lindoso⁴ e Luiz Sávio de Almeida⁵, os quais, apesar de tematicamente diversos, emboçam uma compreensão acerca da *escrita* da história de e em Alagoas durante o oitocentos.

¹ Para além das discussões acerca do *status* científico conferido ao ofício do historiador, empreendemos, nesta pesquisa, três acepções conceituais referentes ao uso desta palavra: Em sentido objetivo, a palavra *história* como passado, algo acontecido, vivido (*res gestae*) e, no sentido subjetivo, *história* como exposição escrita do acontecido, um relato, uma narração (*rerum gestarum*). In: RODRIGUES, José Honório. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978, p.25. *História* como campo de saber, área de conhecimento, no sentido de *Historiografia*. CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense, 2013, p.46.

² HARTOG, François. **O Século XIX e a História: O Caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p.13.

³ ROCHA, José Maria Tenório. **Historiografia de Alagoas: Primeira Leitura**. In: Ver do CHCA. (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes). Maceió, Ano III. 1990.

⁴ LINDOSO, Dirceu. **Representação Social na Escrita da Cultura Alagoana no Século XIX**, In: Rocha, José Maria Tenório. **Cadernos de Cultura – 2**. Maceió, Secretaria – Secult, 1985, pp. 79 – 107.

⁵ ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999, pp. 17 – 18. Id. **Dois Textos Alagoanos Exemplares**. Maceió, FUNESA, 2004, e Id. **Mata e Palmares nas Alagoas**. Arapiraca, EDUAL, 2004 e Id. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, Capitão de Todas as Matas: Guerrilha e Sociedade Alternativa na Mata Alagoana**. Maceió, EDUFAL, 2008, pp. 23 – 46.

Atualmente há uma nova possibilidade de se constituir a historiografia como uma história da História a partir da escolha de autores e obras como momentos privilegiados para se pensar acerca de suas condições de emergência, refazendo o campo de tensões e conflitos em que o texto emerge. Sobre esta terceira tendência é que está situada a presente pesquisa. Para isto, foi preciso adentrar no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e tomar contato com sua produção periódica, a *Revista do Instituto*, produzida entre 1872 a 1999.

As referências bibliográficas que abordam estudos sobre os Institutos como espaço produtor de uma escrita da história constituem e vêm consolidando um recente campo de pesquisas sobre a elaboração do conhecimento histórico no país. Entre as quais, cito: José Honório Rodrigues⁶, Lilia Moritz Schwarcz⁷ e Manuel Luís Salgado Guimarães⁸ referências sobre o estudo do IHBG e sua *escrita* durante o século XIX. Há também os trabalhos que ensaiam semelhante abordagem teórico-metodológica em contextos diferentes e instituições congêneres, como: Daniela Oliveira Silveira⁹, Edney Sanchez¹⁰, Hugo Hruby¹¹, Giovana Galvão Tavares¹², Cláudia Regina Callari¹³ e Kaori Kodama¹⁴. Entretanto, a inserção deste trabalho na tendência historiográfica citada, e no conjunto da produção acima, não se deu de modo aleatório. É necessário um breve ensaio de *Ego-história*¹⁵ para situar o *lugar* deste autor e desta pesquisa.

⁶ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1978 e Id. **História e Historiografia**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008 e Id. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870 – 1930**. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

⁸ GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011 e Id. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de Uma História Nacional**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988.

⁹ SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O Passado Está Prenhe do Futuro”**: A Escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 – 30). Dissertação (Mestrado História) Porto Alegre, 2008.

¹⁰ SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um Periódico na Cidade Letrada Brasileira do Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, 2003.

¹¹ Hruby, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1912)**. Porto Alegre, 2007.

¹² TAVARES, Giovana Galvão. **A trajetória de uma “Casa de Saber”**: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1970). Dissertação (Mestrado Geociências). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

¹³ CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à Construção do Tiradentes**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59 – 83. 2001.

¹⁴ KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: A Etnografia do IHGB Entre as Décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora FRIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

¹⁵ CHAUNU, Pierre; DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Ensaio de Ego-história**. Lisboa/Rio de Janeiro, Edições 70, 1989.

Esta dissertação é a conclusão e amadurecimento de uma pesquisa pessoal e coletiva cuja historicidade remonta, inicialmente, ao período de graduação enquanto bolsista PSIC. Durante as investigações acerca da representação dos “índios” nos Livros Didáticos de História, na companhia de Kawanny Ferreira sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto Ferreira, no intuito de fornecer subsídios pedagógicos ao público em virtude das exigências pela implementação da Lei 11. 645 de 2008 que determinou a inclusão nos currículos das escolas públicas e privadas o ensino da História e culturas dos povos indígenas¹⁶.

Durante tal período, tomei contanto com as novas produções acerca da história indígenas no Brasil. Entre as quais, cito John Manuel Monteiro¹⁷, Maria Regina Celestino de Almeida¹⁸, João Pacheco de Oliveira¹⁹, Manoela Carneiro da Cunha²⁰ e Luiz Sávio de Almeida²¹. A aproximação entre História e a Antropologia, comum entre tais trabalhos, permitiam compreender a história social desses grupos étnicos, de modo a repensar, neste processo de aprendizagem, a historiografia do século XIX no país, e problematizar, especificamente, a historiografia produzida no IHGAL neste mesmo período.

De tal problemática, paralelamente a elaboração do TCC do Curso de Licenciatura e a conclusão do artigo da pesquisa, comecei a desenvolver uma nebulosa noção de

¹⁶ FERREIRA, Gilberto; BARBOSA, Felipe; FERREIRA, Kawanny. **A Temática Indígena nos Livros Didáticos de História do Ensino Fundamental de 1970 a 2010**. Maceió, Centro de Ensino Superior de Maceió– Cesmac, 2011. (Texto inédito.).

¹⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeiras nas Origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994 e Id. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas, (tese de Livre-docência), 2001.

¹⁸ ALMEIDA, M. R. C. de. **Metamorfose Indígena: Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Editora; FGV, 2013 e Id. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

¹⁹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A Presença Indígena no Nordeste: Processos de Territorialização, Modos de Reconhecimento e Regimes de Memória**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011 e Id. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999 e Id. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

²⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998 e Id. **Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade**. Brasiliense/EDUSP, 1986 e Id. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

²¹ ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos. **Índio do Nordeste: Temas e Problemas 3**. Maceió, EDUFAL, 2002 e Id.; MARINHO DA SILVA, Christiano Barros. (Org.) **Índio do Nordeste: Temas e Problemas 4**. Maceió, EDUFAL, 2004 e Id. **Índios do Nordeste: Temas e Problemas 5. ‘Vai-te para onde não canta galo, nem boi urna...’ diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó**. Maceió, EDUFAL, 2004. (Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado em Antropologia/UFPE, 2003 por Cristiano Barros Marinho da Silva com o título: ‘Vai-te para onde não canta galo, nem boi urna...’ diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó/AL). Id. VILELA, Rosana; PASSOS, Francisco (Org.). **Xukuru-Kariri: Saúde na Fazenda Canto**. Maceió, EDUFAL, 2005 e Id. SILVA, Amaro Hélio Leite da. (Org.). **Índios do Nordeste: Cotidiano, terra e Poder**. Maceió, EDUFAL, 2009.

projeto de pesquisa para uma seleção de mestrado que pudesse relacionar a antiga historiografia local à luz da nova produção sobre a temática indígena.

Contudo, me faltava um *acontecimento*²² que problematizasse e pudesse atribuir sentido a condução de uma pesquisa. As leituras sobre os povos indígenas em Alagoas²³ me informavam um período iniciado em 1872²⁴, coincidentemente, correspondente a inauguração do IAGAL, e finalizado em 1910²⁵ onde as instituições do Estado em Alagoas “silenciaram-se” quanto à *questão indígena*. Este fato colocou-me diante de uma lacuna historiográfica. Estava assim delimitado à linha mestra do pré-projeto: analisar de que modo, a até então, única Instituição oficial responsável pela construção da História de e em Alagoas estabeleceu um *lugar* para os grupos étnicos indígenas em sua narrativa histórica. Tendo, inicialmente, o recorte temporal entre os anos de 1872 a 1999. Estava “*aí*” nosso ponto de partida.

Recém graduado em História, licenciatura, apresentei o artigo Psic, comecei a lecionar e tinha um projeto de mestrado bem recebido em dois programas de pós-graduação. Optei pelo PPGH – UFAL. Devido à possibilidade de adequação do projeto a ambas as linhas de pesquisa, questão observada desde a arguição no momento da seleção, decidi pagar cinco disciplinas: duas de *Cultura, Representações e Historiografia*, com o Prof. Dr. Alberto Lins Caldas (Orientador) e a Prof^a. Dr^a. Arrisete Lemos Costa, e duas, em *Estado, Relações de Poder e Movimentos Sociais*, com Prof. Dr. Osvaldo Maciel e a Prof^a. Dr^a. Célia Nonata, além, de *Tópicos Introdutórios à História de Alagoas*, disciplina optativa, com o Prof. Dr. Antônio Filipe Caetano.

Paralelamente ao estágio supervisionado, na disciplina de História Indígena, com a Prof.^a Dr.^a Michelle Reis, após a aprovação na qualificação houve a necessidade de retornar ao material publicado na HIGAL, entre os anos de 1872 e 1999, a fim de analisar *in locu* alguns textos e discursos para evitar o erro de afirmar o ineditismo de algo. Como também para realizar uma análise hermenêutica do conteúdo das fontes de acordo com a

²²Tomamos a noção de acontecimento como aquilo *recorta*, que permite inteligibilidade, mas bem longe de ser o alicerce ou a marca substancial na qual se apoiaria uma informação, ele é o suporte hipotético de uma ordenação sobre o eixo do tempo, a condição de uma classificação. In: CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense, 2013, p.104.

²³ ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da. (Org.). **Índios do Nordeste: Etnia, Política e História**. Maceió, EDUFAL, 2008.

²⁴ Tal posicionamento se deu em virtude da extinção dos aldeamentos 1872. ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999, pp. 78 – 79.

²⁵ SILVA JÚNIOR. Aldemir Barros da. **Aldeando Sentidos: Os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano**. (Dissertação Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2007, p. 17.

abordagem teórico-metodológica da linha *Cultura, Representações e Historiografia*, ou seja, redefinir o espaço de pesquisa no trabalho. Para isto tive que reposicionar o *olhar* sobre a documentação, reescrever parte da dissertação e repensar o recorte temporal.

Das fontes disponíveis de acordo com a análise interna de seus conteúdos²⁶, às categorizamos em dois grupos: o primeiro, as que permitiam possíveis trabalhos sobre história social indígena. Exemplo, *Noções circunstâncias sobre diversas Aldeias e Missões de Índios, que desde anos remotos existem na província das Alagoas*²⁷ (1703), documento oficial redigido pelo Padre Antonio C. Paes, transcrito pelo secretário João Francisco Dias Cabral e publicado em 1874. Com o qual relatei a alguns documentos do Conselho Ultramarino, cedidos pelo Prof^o Dr^o Antônio Filipe Caetano, rendendo-me um artigo publicado no EIHC²⁸. Semelhante documentação só será novamente publicada em 1969, com, *Tribos, Aldeias e Missões de Índios nas Alagoas*²⁹, de Abelardo Duarte e, *Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios* (1973), escrito por Luiz B. Tôrres³⁰ em um contexto de reconhecimento dos processos de etnogênese indígena vivenciados em Alagoas.

O segundo conjunto de textos, entendido como apropriados a uma operação historiográfica acerca da representação discursiva sobre os grupos étnicos indígenas, ou seja, os que analisamos diretamente. Foram publicados entre 1875 e 1901, situados em diversos campos de conhecimento: Linguística³¹, Arqueologia³², Etnografia³³ e História³⁴. Lembramos que essas classificações correspondem a uma tentativa de obter

²⁶ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977. O principal critério de categorização para o agrupamento dos textos esta baseado na repetição de referências documentais e/ou bibliográficas. O primeiro, às possui. O segundo, não. E “curiosamente” está inserido entre 1875 e 1910.

²⁷ RIHGAL, Vol. I, Maceió, 1874, pp. 93 – 98.

²⁸ BARBOSA, Felipe. **Os Índios na “Alagoas Colonial”**: O caso da Aldeia de Santo Amaro. Maceió, 2014. (Texto inédito) Trabalho apresentando durante a ocasião do 5º Encontro Internacional de História Colonial em 2014 na cidade de Maceió.

²⁹ RIHAL, N° XXVIII, Maceió, 1969, pp.84 – 153.

³⁰ RIHGAL, Vol. XXX, Maceió, 1973, pp. 33 – 55.

³¹ FONSECA, João Severiano da. **Origem de Alguns Nomes Patronimicos da Provincia das Alagoas**. In: RIAGAL, n° VIII, Maceió, 1876, pp.197 – 199.

PASSOS, José Alexandre. **Observações Sobre a Lingua Tupy**. In: RIAGAL, n° VIII, Maceió, 1876, pp. 199 – 202.

DIAS CABRAL, J. F. **Memoria – Ensaio Acerca da Significação de Alguns Termos da Lingua Tupy Conservados na Geografia das Alagoas**. In: RIAGAL, n° VIII, Maceió, 1876, pp. 202 – 206.

³² RAPOSO, Americo. **A Archcologia na questão do Homem**. In: RIAGAL, n° X, Maceió, 1877, pp. 271 – 283.

³³ DIAS CABRAL, João Francisco. **Esclarecimentos sobre o Jazigo indigena da Taguara em Anadia**. In: RIAGAL, n° VI, 1875, pp. 159 –163.

³⁴ JORGE, Adriano Augusto de Araujo. **Noticias sobre os povos indigenas que estacionavam no territorio do actual estado das Alagoas ou costumavam trazer a suas plagas repetidas correrias**. In: RIAGAL, n° I, Vol. III, Maceió, 1901, pp. 67 – 84.

inteligibilidade sob os textos, pois, a julgar pelo momento histórico, todos esses campos de conhecimento passavam por um processo de afirmação de seu *status* científico e muitas vezes mesclavam-se.

Apesar do IHGAL, em parceria com o Governo Federal, através, do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ter promovido um importante trabalho de digitalização de suas 46 revistas publicadas entre 1872 e 1999, preservando e permitindo o acesso rápido ao conteúdo documental, e ainda, reduzindo o custo de pesquisa com visitas a Instituição. Tal empreitada não foi menos árdua. Quando adquiri o CD-ROM com as publicações, ao acessá-lo, deparei-me com inúmeros fotogramas dispersos, por vezes com páginas e numeração repetida sem diferentes pastas com largos períodos temporais. Exigindo de mim tempo e esforço em catalogação e fichamentos que poderia constituir outro projeto de pesquisa, reduzindo assim a possibilidade de um aprofundamento e ampliação das discussões a níveis regionais.

Contudo, essa dissertação não se constitui em um *estudo comparativo da escrita* sobre os grupos étnicos indígenas entre o Império e a República por diversas instituições onde o conhecimento histórico estava sendo produzido no Brasil. Isso exigiria uma demanda de tempo, amadurecimento pessoal e profissional que não dispunha. A Tese produzida e publicada por Lilian Schwarcz durante os quatro anos de seu doutorado é útil referência à curiosidade dos leitores³⁵. A maneira como a História estava sendo pensada e escrita na Europa Ocidental e em outras instituições espalhadas pelo Brasil, em face da minha realidade, representava uma armadilha da qual procurei fugir.

Como apontei, a bibliografia sobre os Institutos Históricos e Geográficos é ampla. Enquanto a análise da produção historiográfica de e em Alagoas é, de certo modo, pouco discutida. Frente aos poucos estudos sobre as atividades do IHGAL e sua produção historiográfica, deparo-me com duas inquietações: de motivação, sobre a possibilidade de estudar um tema pouco explorado e de insegurança por abordar um conjunto de questões não perdendo de vista o que foi feito no Instituto antes de 1901 e o que estava sendo discutido e escrito fora da instituição, no Brasil e no exterior, sobre o conhecimento histórico a partir da bibliografia dos Institutos. Em razão disto, procurei, ao invés de montar um capítulo de contextualização sobre o ambiente intelectual da época na capital

³⁵SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870 – 1930**. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

de Alagoas, dissolver tal leque bibliográfico ao longo dos quatro capítulos, dialogando com tais trabalhos quando contemplam questões de meu interesse sobre o material empírico. Nesta introdução, restrinjo-me a ressaltar a não unanimidade desta bibliografia publicada e a fundamentar teoricamente nosso *lugar* e práticas teórico-metodológicas.

Sobre a utilização das fontes, destacamos que pesar da minha consulta a outros trabalhos produzidos na época, assim como, a possível existência de outras fontes capazes de ampliar nossas discussões, entretanto, nesse caso, a pesquisa se detém, principalmente, no material publicado na Revista, com seus *ditos* e *não ditos*. O texto a ser apresentando está estruturado em doze subcapítulos, apesar de as notas de rodapé denunciar, acaba por “esconder” o esforço para sintetizar, em blocos, amplas discussões fragmentadas que permearam as falas e os escritos dos sócios do IAGAL ao longo de dezessete publicações. Acreditamos que futuras pesquisas possam contribuir para o aprofundamento sobre este e outros temas expostos ou subentendidos na Revista durante o período estabelecido na pesquisa.

Vale enfatizar que optamos pela não adaptação das fontes quando citadas de forma direta às atuais normas gramaticais da língua portuguesa atual. Esta escolha reafirmar a credibilidade das fontes por meio do *status* da originalidade e produz um *efeito* que permite ao leitor situar-se, referencialmente, em outra época, ainda que seja necessário esforço e atenção.

Procurei também mencionar as relações e ocupações mantidas por alguns autores “dentro” e “fora” do Instituto, a fim, de contextualizá-los histórico e socialmente. Contudo, não encontramos documentação suficientemente disponível para construir perfis minuciosamente detalhados. Esta dificuldade pode ser percebida quando se sabe que a própria Instituição não possui maiores referências sobre todos seus associados. Restando as informações disponíveis na própria Revista.

Minhas reflexões e condução deste trabalho foram enriquecidas com as teorizações de alguns autores, entre os quais, cito: o historiador francês Michel De Certeau que publicou *A escrita da história* (1976)³⁶, concebendo a História como uma *operação historiográfica*. Certeau destaca que o *fazer história* deve ser compreendido na relação entre um lugar, os procedimentos de análise (as técnicas, as práticas) e a construção de um texto. A partir desta concepção, foi possível entender as limitações da

³⁶ CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense, 2013.

objetividade do conhecimento histórico, como falou antes, Raymond Aron³⁷, e postular que a História possui uma dimensão literária e representativa, por meio da escrita, como afirmou Hayden White³⁸.

Um segundo exemplo foi Edward Said, com sua principal obra, *O Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente* (1978)³⁹, demonstrou-me, por meio de uma análise crítica, a construção do discurso ocidental eurocêntrico sobre o “Oriente”, a partir da constituição de um *corpus* de saber literário, erudito e científico. Visto como um espaço incivilizado, irracional, selvagem, inferior e exótico o “Oriente” seria o oposto do Ocidente: civilizado, evoluído e etc. Criando uma imagem deformada das sociedades orientais, concebidas como um todo homogêneo. A experiência obtida com as leituras da documentação em questão me permitiu constatar semelhante processo construção discursiva sobre os grupos étnicos indígenas.

Outro pesquisador importante para esta pesquisa foi Michel Lövy, *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchaücer* (1987)⁴⁰, que me possibilitou a reflexão acerca das implicações políticas inerentes a produção do conhecimento científico entre as áreas das ciências humanas e sociais à luz da análise crítica sobre o positivismo, o historicismo e o marxismo. A partir de Lövy, foi possível estabelecer uma posição política, evitando que este trabalho se resumisse unicamente a uma descrição, e politizadora, diante de uma produção e de agentes históricos, que, para alguns, são entendidos ou reduzidos sob o signo da “imparcialidade política” em seu *fazer* científico por estarem em seu próprio tempo histórico. *A priori* não exigimos posição alguma do leitor, apenas demonstramos que existiam sentidos políticos em curso, aos quais, todos os textos analisados convergiam. Não hesitando, em alguns momentos, discutir os efeitos políticos, sociais e ideológicos produzidos com a confecção e publicação dos textos.

Os trabalhos dos autores citados acima dialogam com a produção de teoria da História, filosofia da História e análise historiográfica, tanto as obras: *Teoria da História do Brasil*(1969)⁴¹ e *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1969)⁴² de José Honório Rodrigues, como

³⁷ ARON, Raymond. **Introduction à la Philosophie de L'histoire**: Essai sur les limites de l'objectivité historique. Paris, Galimard, 1938.

³⁸ WHITE, Hayden. **Meta-História**: A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo, EDUSP, 2008

³⁹ SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente Como Invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

⁴⁰ LÖWY, Michel. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e o Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo, Cortez, 2013.

⁴¹ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

às produzidas no final da década de 1990, às quais, cito: *Domínios da História* (1997) organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas⁴³, *Historiografia brasileira em perspectiva* (1998), por Marcos Cezar de Freitas⁴⁴ e *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* (1999), por José Carlos Reis⁴⁵, pois entendem a produção do conhecimento histórico enquanto produto de uma *perspectiva*, ou seja, de uma forma de ver o mundo, socialmente determinada, mas de forma alguma neutra.

Do objetivo mais geral com que parti no início desta pesquisa em 2013, cheguei a um mais específico para esta dissertação: analisar criticamente de que maneira o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, por meio de suas revistas, entre os anos de 1875 a 1901, representou, discursivamente, os grupos étnicos indígenas em sua historiografia em um contexto de “silenciamento” do Estado quanto à *questão indígena* em Alagoas. A fim de atingir este objetivo, estruturei o texto da seguinte forma.

No capítulo primeiro, *O Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas – IAGAL* procuro demonstrar de que *lugar* (Instituição) tratamos. Como foi fundado? Quem os fundou? Como se dava suas atividades? Quais as ações que permitiam sua continuidade? De outro modo, buscamos as atividades constitutivas ao funcionamento da produção institucional do conhecimento histórico em Alagoas durante os anos 1872 a 1901. Descrevendo e analisando, definimos uma topografia: o *espaço* produtor e reprodutor dessa historiografia; o *produto* (Revista) meio de circulação de discursos e idéias; os *agentes* (Associados) produtores e representantes de uma *escrita*. Não necessariamente “reconstruindo”, dia após dia, o passado da Instituição, mas sim, apresentando-a em seus aspectos fundamentais. Neste primeiro capítulo, faço uso das *atas de sessões*, pois como tratarei abaixo, as atas constituem-se enquanto documentação privilegiada para se analisar as atividades internas de tal Instituição.

No segundo capítulo, *O “Índio” entre a Filologia e a Historiografia*, inicialmente, contextualizamos historiograficamente a discussão teórica acerca dos textos sobre os índios e sua relação com o processo de extinção dos aldeamentos indígenas durante o Império em Alagoas. Em seguida, analisamos os textos, “re-fazendo” e discutindo seu

⁴² RODRIGUES, José Honório. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

⁴³ CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴⁴ FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

⁴⁵ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

processo de produção. A partir de outro “olhar”, desenvolvemos uma nova possibilidade de compreensão da produção historiográfica a partir da afirmação do estado nacional, e a relação discursiva com a construção e identificação do *espaço* local, convencionalmente, alagoano. Optamos por uma abordagem temática e cronológica. Neste capítulo, fizemos uso exclusivo da documentação cuja temática refere-se aos ditos verbetes da língua indígena.

No penúltimo capítulo, *Avaliação Epistemológica da Arqueologia de Alagoas: A Arqueologia Local como premissa historiográfica*, demonstramos a gênese do pensamento científico arqueológico nacional em seu exemplar alagoano, por meio da “reconstituição” do Museu do IHGAL, durante as últimas décadas do oitocentos. Analisamos, epistemologicamente, como seu *modus operandi* presente em sua produção, através de relações teórico-metodológicas e político-ideológicas, foi perpetuado. E como esse *fazer* incide no plano científico sobre como as sociedades indígenas são representadas, impossibilitando, o estabelecimento indiciário de nexos entre os vestígios arqueológicos a grupos étnicos vivos hoje. Para tal propósito, o uso das publicações de cunho arqueológico e etnográfico foi acrescida das cartas trocadas pelo diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto com Dias Cabral, secretário perpetuo do IAGAL. Além de consultarmos os demais textos, *en passant*, para demonstrar a continuidade do pensamento arqueológico do século XIX no século seguinte.

No último capítulo, *O “índio” entre a História, “Raça” e o Território*, analisamos o último texto correspondente ao nosso recorte cronológico, contextualizando o RIAGAL para demonstrar a continuidade do pensamento racial do século XIX sobre o texto de 1901. Em seguida, por meio da análise interna e externa do texto, demonstramos como os grupos étnicos indígenas são representados discursivamente, de modo, a construir um modelo estereotipado sob influenciado pensamento racial e evolucionista do século XIX. Que, de tal modo, historiograficamente, nega a identidade e diversidade dos povos indígenas.

Trabalhar como a coleção de Revistas do Instituto Histórico exigiu, a cada momento, constante reflexões sobre a profissão que escolhi. Definindo um marco decisivo em minha formação pessoal e profissional. Deste modo, independente da recepção desta pesquisa no meio acadêmico, sinto-me satisfeito pela experiência adquirida durante o curso do mestrado.

Após longo caminho para sistematizar o material pesquisado consegui dirimir muitas inquietações, porém tantas outras acabaram por surgir, principalmente sobre historiografia de e em Alagoas, tema riquíssimo em questões que ainda estão por serem discutidas. Principalmente, durante as duas fases da RIHGAL. Por isso, seguirei pesquisando sobre esses assuntos. Penso que o que fizemos durante esses anos não foi senão tentar subverter uma perspectiva histórica de Estado tentando fornecer instrumentos interpretativos para o combate de seus efeitos. Talvez esse esforço não tenha sido em vão.

1 - O INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS – IAGAL

Chegou a vez de cumprir o Instituto Archeologico E Geographico Alagoano a promessa constitutiva de se o programma, o voto de sua fervorosa crença. Se tardio foi em mostrar aos exigentes os fructos de se o pesquisar é que, ao matter-se na alterosa empreza, enamorou-se mais da gloria que da fortuna.⁴⁶

Após um longo intervallo de mais de tres lustros, re-apparece a Revista do Instituto Archeoiogico e Geographico Alagoano. Seja dito, em resalva da disposição ao trabalho por parte dos socios de tão util Instituição. - O motivo unico a trazer como resultado a lamentavei forçada interrupção da Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano foi a insufficiencia dos recursos pecuniarios disponiveis: todo o esforço, toda a somma de bom vontade, toda a dedicação se manifestaram impotentes de encontro a tão difficultador escolho!⁴⁷

Temos acima duas passagens temporalmente distintas que possuem pontos de convergência. Ambas são apresentações comemorativas, a primeira, remete a um momento ligado à fundação do Instituto Archeologico e Geografico Alagoano (1872), que por meio de sua Revista, buscava estabelecer uma primeira relação direta com à sociedade provincial alagoana, ou de outro modo, com o público leitor; a segunda, refere-se à reaparição da já instituída Revista do Instituto Archeologico e Geografico Alagoano – RIAGAL (1901) que interrompera suas publicações antes de abolida a escravidão e proclamada a Republica⁴⁸.

Ambas submetem seus infortúnios ao imponderável, tentativa de demonstrar perante o público que sempre esteve presente o empenho de seus associados. Tal tentativa se faz necessária diante da importância da Instituição que os resguardam. A História de e em Alagoas, em certo modo, encontra-se assentada sobre a produção historiográfica produzida por essa “casa” e sua produção será responsável por inaugurar temas canônicos para a História do território convencionalmente alagoano,

⁴⁶RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 1.

⁴⁷RIAGAL, nº I, Volume III, Maceió, 1901, p. 3.

⁴⁸Grosso modo, a primeira fase de publicações corresponde ao período entre 1870 e 1884, enquanto a segunda, corresponde entre 1901 a 1999.

contemporaneamente debatidos, seja na tentativa de afastar-se de semelhantes abordagens interpretativas e teórico-metodológicas ou na opção de ir ao encontro delas.

As citações acima são representações escritas dos pronunciamentos de *personas*⁴⁹ encarregada de elaborar idealizações acerca desse *espaço alagoano*, que por sua vez, serão materializadas nas páginas de seu principal veículo de representação político-ideológica, as revistas, publicadas inicialmente de forma semestral com algumas dificuldades⁵⁰, realizando seu intuito científico, quer dizer, seu alinhamento com os ditames da ciência da época.

Em seus *discursos*, retórica disfarçada de narrativa factual e linear que conferia *status* e autoridade ao ser realizado, esses autores participam de discussões em diversos momentos, dialogando com autores nacionais e internacionais, evidenciando seu posicionamento perante questões relativas à formação histórica de sua sociedade em diversos períodos. Nesse vasto painel de publicações⁵¹, possivelmente, inúmeras questões de importância afloram, como a *questão indígena*, traduzindo um conjunto de múltiplas determinações sócio-históricas que incidiam sobre suas formulações.

Os sujeitos que as produziam eram responsáveis, inicialmente, por uma dupla função: a de reunir, coligar e aguardar documentação histórica; e de criar uma História em e para Alagoas. As discussões inerentes a tal propósito gravitavam ao lado de produções ao voltadas ao interesse local, como: uma Geografia, Arqueologia, Etnografia e etc. todas em torno de um objetivo, talvez, não anunciado, o criar uma região específica, diferenciadas das demais: Alagoas.

⁴⁹Em latim, *persona* é a máscara que se usava no teatro para representar a personagem. Daí partiu a noção de pessoa como máscara social, que a ciência social moderna resgata como função ou categoria da representação no espaço da sociedade. O indivíduo é dotado de personalidade, isto é, de uma máscara social, que pode ao longo da vida social constituir uma permanência ou um fator de ruptura e criatividade. LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província: Estudos da Cultura Alagoana** Maceió, EDUFAL, 2005, p.30.

⁵⁰Pronunciado na Sala das sessões do IAGAL. Maceió, 2 de dezembro de 1873. Pelo Secretário Perpetuo, João Francisco Dias Cabral. **RIAGAL**, nº IV, Maceió, 1874, p. 90.

⁵¹Apesar das descontinuidades na periodicidade e interrupções de publicação, as Revistas se situam entre 1872 e 1999.

1.1.1 “A Construção do Espaço”: O Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas⁵²

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.”⁵³

Em 1808, após o desembarque da corte portuguesa na colônia Brasil, o século XIX assistirá ao estabelecimento e reestruturação de espaços destinados a produção de saber e cultura, simbolizando momento *sui generis* para o início da pesquisa histórica e da produção do conhecimento histórico⁵⁴, principalmente, após a independência política da antiga colônia. Esse processo pode ser entendido, também, como se verá depois, enquanto um conjunto de ações incentivadas por elites locais a fim de obter poder e legitimidade sobre tal território.

No que tange a produção do conhecimento histórico, o processo de criação e estabelecimento dos Institutos Históricos e Geográficos em todo o país, ocorrerá de maneira diversa⁵⁵. No entanto, tal fenômeno pode ser inserido nos processos de formalização de diversos campos científicos enquanto campos de saber específicos, vivenciado, inicialmente, em reinos da Europa durante os séculos XVIII e XIX⁵⁶, chegando ao Brasil em seu período Imperial embora não se limitando a ele.

⁵²Nesse capítulo optamos por adotar essa denominação para evidenciar o início dos processos constitutivos da formação dessa Instituição. Iremos considerar, quando devido, as autodenominações presentes nas revistas: em 02 de dezembro de 1869, Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano – IAGAL; Instituto Histórico de Alagoas - IHA a partir de 1932 – Em 27 de fevereiro de 1971, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL.

⁵³CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense, 2013, p. 47.

⁵⁴RODRIGUES, José Honório. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

⁵⁵TAVARES, Giovana Galvão. **A Trajetória de Uma “Casa de Saber”**: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1970). 2000. 166. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, São Paulo. 2000. Capítulo – I. Especificamente: pp. 25 – 26.

⁵⁶BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983. Capítulo IV e VI.

Estabelecimentos cuja função principal será a criação daquilo que se convencionou chamar de *história oficial* que, aos olhos dos representantes do Estado, seria um dos critérios importantes para efetivação da ideia de nação⁵⁷. Frente a essa necessidade conjuntural, será iniciado em 21 de outubro 1838⁵⁸o processo que contará com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na capital do Império, Rio de Janeiro, e com a fundação de diversos Institutos regionais⁵⁹, os quais acabaram destinando seu maior volume de produção a interpretações dos feitos locais⁶⁰, afirmando e moldando um todo nacional.

É a partir de tais pressupostos que a província alagoana começava a ser pensada para se tornar histórica historiograficamente e inserida no referido processo, mediante à fundação do Instituto Archeologico e Geografico Alagoano (IAGAL), em Maceió, a 2 de Dezembro de 1869⁶¹ tornando-se o quarto Instituto no país, terceiro na ordem regional. Antecedido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) fundado em 1860, extinto em 1863 por ocasião da Guerra do Paraguai⁶², reinaugurado em 1920⁶³, e o Instituto Archeologico Geografico Pernambucano fundado no Recife a 28 de Janeiro de 1862⁶⁴.

Segundo consta na Ata da Sessão de Instalação, assinada por Manuel Claudino de A. Jaime, segundo secretário, às 5 horas da tarde, no antigo Palácio do Governo da Província– localizado próximo à atual Praça dos Palmares, centro de Maceió – a convite de José Bento da Cunha Figueiredo Junior, o próprio Presidente da Província, reunidos

⁵⁷HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo Desde 1780**: Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p.49.

⁵⁸CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos**: do Patronato de D. Pedro II à Construção do Tiradentes. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2001, v. 21, nº 40, pp. 59 – 83. 2001.

⁵⁹Tavares, Giovana Galvão. **A Trajetória de Uma “Casa de Saber”**: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1970). 2000. 166. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, São Paulo. 2000. Especificamente, pp. 25 – 26. Giovana apresenta os respectivos locais e ano de fundação destes estabelecimentos do Império a Republica.

⁶⁰SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo, Cia das Letras, 1993, pp. 117 – 140.

⁶¹RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 7.

⁶²Essas informações foram retiradas da página eletrônica oficial da Instituição. Disponível In: <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acessado em 29/10/14.

⁶³SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O Passado Está Prenhe do Futuro”**: A Escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 – 30). (Dissertação Mestrado História) Porto Alegre, 2008.

⁶⁴SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 – 1930. Paulo, Cia das Letras, 1993, p.117.

em sua companhia estavam 25 dos 26 sócios fundadores⁶⁵, os quais eram 13 *Doutores*⁶⁶, 2 Professores, 2 Negociantes, 2 Chefes de Secção, 2 Majores, 1 Vigário, 1 Padre, 1 Inspetor⁶⁷ e 1 Engenheiro, reunidos com o objetivo de fundar a referida agremiação orientando-se por meio do Estatuto da semelhante associação Pernambucana⁶⁸.

Eleitos os membros da Mesa Administrativa, nomeado seus secretários e aclamado seu presidente interino, o Conselheiro Silvério Fernandes de Araújo Jorge⁶⁹, a sessão de instalação se levanta às 8 horas da noite. Todavia, os estatutos terão seus artigos lidos, revisados e aprovados na 1ª Sessão em Assembléia Geral a 18 de Fevereiro de 1870⁷⁰. A partir do estatuto, percebemos outro elemento aparentemente trivial, mas *sine qua non* ao funcionamento destes estabelecimentos: a constituição de uma hierarquia interna.

A “casa alagoana” adotou modelo semelhante à instituição carioca⁷¹. Sua estrutura hierárquica está assim distribuída: os *Sócios efetivos*, estes poderiam vir a ocupar algum dos seguintes cargos na administração: presidente, primeiro ou segundo vice-presidente, secretário perpétuo, segundo secretário ou secretário adjunto, tesoureiro, vice-tesoureiro, orador, vice-orador⁷². A diversidade de cargos inerentes à constituição desse *corpus* burocrático-administrativo constituem-se enquanto núcleo de aglutinamento político, pois o requisito básico e obrigatório para esta posição seria residência na capital. Em caso de mudança para outra região os mesmos poderiam tornarem-se sócios correspondentes passando o cargo a um terceiro.

A condição de *Sócios correspondentes* permitiria estabelecer residência fora da capital. Entre as possíveis atribuições, os mesmos poderiam assessorar a casa em outras regiões – foi o caso da descoberta arqueológica no município de Anadia de que se falará

⁶⁵O vigésimo sexto sócio, José Antonio de Magalhães Basto, segundo consta na mesma documentação, não pode comparecer por motivo de saúde. No entanto, o reconhecimento perante seus pares demonstra a premeditação dessa reunião, revelando que a construção de tal projeto se deu em momento anterior, reafirmando a articulação dessas ações em um contexto mais amplo de afirmação da província.

⁶⁶Entende-se *doutor* enquanto expressão costumeira de época e não necessariamente detentores de títulos de doutorado, provavelmente estes sócios eram bacharéis.

⁶⁷Suspeitamos que fosse Inspetor de Polícia, contudo, tal suposição não consta na atas de instalação.

⁶⁸RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 7.

⁶⁹O mesmo dará lugar a Roberto Calheiros de Melo, segundo presidente, em 2 de dezembro de 1872. MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, 2008, pp. 33 – 35 – 36.

⁷⁰RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, pp. 9 – 11.

⁷¹SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870 – 1930**. São Paulo, Cia das Letras, 1993, p. 104.

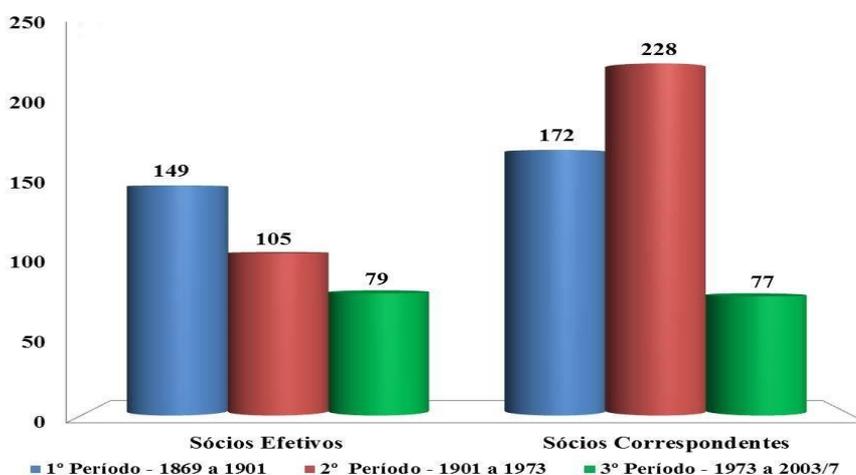
⁷²MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, 2008, pp. 79 – 90.

no terceiro capítulo –, enviando e/ou fazendo conhecimento da existência de materiais de relativa importância ao empreendimento dessa instituição.

Por outro lado, apesar da instituição exibir em sua Revista certo número de sócios ao ponto de constar associados em outras províncias e no estrangeiro⁷³, essa quantidade não correspondeu ao número de publicações. Algo interessante, pois ao que parece para esses sujeitos ter seus nomes resguardados por essa associação já seria algo suficiente para lhes renderem certo *status* social.

Neste sentido, o quadro abaixo é indicativo, onde quase metade do número de *sócios efetivos* é obtida em cerca de pouco mais de trinta anos, todo o século XX não conseguirá bater esse feito. Essa diminuição deve estar ligada ao fato do surgimento de outros espaços institucionais onde se poderia obter semelhante prestígio como a Academia de Alagoana de Letras, fundada no dia 1º de Novembro de 1919⁷⁴, e a Faculdade de Direito de Maceió no dia 24 de maio de 1931⁷⁵.

Gráfico 1 – Levantamento do número de sócios



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos, 2008.

Outro dado é que apesar do considerável número de sócios em alguns momentos foi recorrente o discurso acerca das dificuldades financeiras para a manutenção da “casa”

⁷³RIHAL, Vol. XXVII, Maceió, 1951/52/53, pp.155 – 159.

⁷⁴Disponível In: <http://www.aal.al.org.br/expediente/presidentes.htm>. Acessado em 2/03/2015.

⁷⁵ Sendo oficializada por decreto em 25 de fevereiro de 1933. Disponível In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Direito_de_Alagoas. Acessado em 2/03/15.

e, conseqüentemente, da Revista⁷⁶. Evidenciando duas questões: primeira, a condição de sócio rendia prestígio social. Não significando, segunda, a existência de um constante incentivo financeiro por parte de seus sócios. Fato que não diminui a importância dessa instituição, pois o mesmo acontecerá com o IHGB e o IHP⁷⁷.

Todavia, a constituição da relação entre o Instituto e a figura do associado não se efetivava unilateralmente. Em exemplo oposto ao anterior se poderia observar o *outro lado-da-moeda* no caso dos *Sócios honorário* se/ou *Sócios Beneméritos*. Tal condição seria concedida a pessoas cujo enorme valor enalteceria a agremiação. Alguém como o ex-presidente da província, o Barão Villa-bella⁷⁸, que então presidia o Instituto Pernambucano. Algo que aparentemente assegurava boa relação entre essas instituições, reforçada em nota de pesar na ocasião do falecimento do mesmo quase dois anos depois⁷⁹. A depender da figura do associado, a instituição também será valorizada e poderá beneficiar-se por estabelecer relações com tais autoridades.

A relação: estatuto e hierarquia serão fundamentais para essa agremiação legitimar-se perante seus pares, mas tal legitimidade não estará simplesmente sustentada sobre a conformidade burocrática e hierárquica. O poder é que sustentará a existências desse grêmio. Só encontraremos validade nesta afirmativa se a buscarmos pela raiz, localizando-a em sua forma fragmentária e sistemática diante da singular manifestação das expressões vivas do poder e dos poderes da ordem. Praticado de várias maneiras, em vários momentos e esferas, tanto no âmbito das relações com o governo local, representado no vínculo com o corpo administrativo da assembleia provincial, como pode ser observado na seguinte passagem,

O snr. dr. Olympio trouxe ao conhecimento dos membros presentes que **a Assembléa Legislativa desta provincia ao encerrar seus trabalhos, no corrente anno, votára uma consignação de dous contos de réis para auxiliar as despezas do Instituto.** Esta comunicação foi recebida **com especial agrado, mandando-se inserir na presente acta tal declaração, como um voto de gratidão e reconhecimento á Assembléa Provincial.**⁸⁰

⁷⁶RIAGAL, nº IV, Volume IV, Maceió, Dezembro de 1913, p. 2.

⁷⁷GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.109.

⁷⁸RIAGAL, nº X, Maceió, Dezembro de 1877, p. 301.

⁷⁹RIAGAL, nº XIV, Volume II, Maceió, Dezembro de 1879, p. 131.

⁸⁰RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 14. (Grifo nosso).

Como também na pretendida proximidade com o poder político Imperial, ou seja, com a figura do próprio D. Pedro II, nos momentos de alegria,

O snr. vigário Duarte indicou que se dirigisse uma felicitação a S. M. o Imperador pela feliz terminação da guerra do Paraguay. Esta indicação foi aprovada por unanimidade de votos, assentando-se em nomear os representantes desta provincia para apresentar a felicitação a S. M. [...]⁸¹

E em momentos de tristeza. “[...] O snr. Conego Duarte indica que **o Instituto leve a presença de S. M. o Imperador a manifestação de suas sinceras condolencias** pelo prematuro passamento de sua augusta filha - a Princesa D. Leopoldina.”⁸²Essas ações demonstram quão poderosa e importante essa entidade se pretendia. Fica evidente que o instituto por meio de seus associados buscou afirmar-se interna e externamente, estabelecendo um lugar para Alagoas no país. Afirmando-se enquanto responsável e capaz deste feito, é através dessa rede de relações que se permite a sustentação desta agremiação.

O próprio *corpus* que constitui esse estabelecimento reforça a especificidade de seu poder e importância, onde em maioria, são originários de setores mais abastardo da sociedade. Significa dizer que esse ofício está reservado a um seleto grupo de letrados cujo caráter formativo e *performático* passará intrinsecamente por sua relação com o mando. Este fator será o solo sobre o qual se sustentará as redes de relações entre os associados, constituindo-se na condição básica para a escrita da História. Esses homens e mulheres de influência social, não estarão sozinhos, nem “desarmados” no estabelecimento de suas propostas, estes terão um instrumento básico a seu dispor.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

⁸¹RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 12. (Grifo nosso).

⁸²RIAGAL, nº I, Maceió, 1873, p. 13.

Em sua fase inicial o principal veículo científico de representação político-ideológica do IAGAL esteve inserida, provisoriamente, nas colunas do jornal *União Liberal*⁸³, periódico dos dissidentes do Partido Liberal, a cargo de publicar sua produção até que sua Revista fosse autonomamente confeccionada e oferecida à venda na residência de um dos sócios⁸⁴, passando a se fixar na secretaria, após o estabelecimento de sua sede⁸⁵. Mesmo depois de publicada sua Revista não lhe faltou espaço nas páginas de outro jornal local,

Dois officios do snr. Tertuliano Telles de Menezes e Silva, director e proprietario do *Jornal das Alagoas*, offerecendo á casa uma assignatura do mesmo jornal, cujas columnas põe á sua disposição para publicação de seu expediente, e de quaesquer outros trabalhos offerecidos ou apresentados. Manda-se agradecer a generosa espontaneidade dos offerecimentos.⁸⁶

A divulgação de seus textos por meio de jornais da capital possibilitaria à recém-fundada instituição maior alcance e popularização das discussões promovidas internamente por seus ideólogos, já que a produção gráfica comporia lugar importante nas disputas políticas e nas mobilizações sociais na província, servindo como instrumento nas representações políticas e de identidades locais⁸⁷. Portanto, este é, possivelmente, um dos aspectos que justificaria e interessaria a *generosa espontaneidade* do oferecimento apresentado acima.

Independente da forma com que essas informações seriam recebidas, interpretadas e resignificadas por cada sujeito leitor, via jornais ou nas próprias revistas, elas serão periodicamente “injetadas” nas diversas camadas sociais, ou seja, as idealizações desses letrados não se pretenderiam fechadas em si mesmas. Seu valor e

⁸³Este jornal surge em 12 abril de 1869 e suspende suas publicações em 1884, tendo a frente o futuro Visconde de Sinimbu, fundador do então Partido Liberal em Alagoas. Fato curioso é que as publicações desse período coexistem aos quinze anos de funcionamento do IAGAL em sua fase Imperial. (1869 a 1884). É possível supor que o IAGAL matinha certa simpatia com Partido Liberal. SANT’ANA (de), Moacir Medeiros. **História da Imprensa em Alagoas**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987, p.131.

⁸⁴RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p.8.

⁸⁵RIAGAL, nº XII, Volume II, Maceió, Dezembro de 1880, p. 74.

⁸⁶RIAGAL, Volume III, Maceió, 1873, p. 60.

⁸⁷Quanto ao trabalho gráfico em Maceió relacionado à imprensa. Ver: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Filhos do Trabalho, Apóstolos do Socialismo: Os Tipógrafos e a Construção de Uma Identidade de Classe em Maceió (1895/1905)**. Dissertação (Mestrado em História). Capítulo – 2.

força social também estariam sujeito à chancela e aceitação de um público diferenciado. Ou mesmo que fossem restritas a esse grupo, inevitavelmente se popularizaria como referência bibliográfica em outros trabalhos, como em livros didáticos, o que permitiria constante rememoração.

Na confecção da Revista, existirão algumas implicações em torno de sua produção que correspondem ao menos a três proposições: primeira, esse local específico exigirá, ao mesmo tempo, um modo próprio de enunciar, produzir e operar⁸⁸. Desse modo, por não ser a única, sua legitimidade e valorização se dá dentro de um sistema de validação coletivo em conformidade com suas congêneres. Segunda,

Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtores e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento.⁸⁹

Portanto, caberia à Revista os critérios de julgamento e a responsabilidade sobre os resultados daquilo que será produzido. Terceira, “[...] em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade”⁹⁰. Assim sendo, a principal matéria-prima gerada por seu periódico será puramente discursiva construindo um passado que alimentaria um campo de saber imanente acerca dessa região.

Dito isso, não seria estranho o estabelecimento de moldes, ou seja, de um padrão inerente à elaboração da Revista, condição fundante para afirmação e legitimidade desse porta-voz, fazendo-se necessário uma descrição *en passant*, a fim de termos noções acerca de onde e sobre que condições irão emergir as questões discutidas nos próximos capítulos. Inicialmente, a forma e aparência que a Revista assume ao longo do tempo dependerão das práticas políticas desenvolvidas pelos sócios e/ou sua diretoria. Isso

⁸⁸CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, pp. 65 – 66.

⁸⁹BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007, p.106.

⁹⁰FOUCAULT, Michel. **A Ordem no Discurso**. São Paulo, Loyola, 1996, p.02.

implicará, por exemplo, no número de trabalhos publicados, nas transcrições de documentos, na inserção de seções especiais⁹¹, pronunciamentos ou mesmo na própria exibição de suas atividades internas por meio das atas. Contudo, quaisquer variações não impedem que busquemos os aspectos estruturantes dessas fontes.

CAPA DA PRIMEIRA RIAGAL



Fonte: RIAGAL, Volume I, nº I, Maceió, 1872.

Cabe assinalar que as delimitações contidas na estrutura das Revistas –*Artigos; Atas de Sessões; Expediente; Oferecimentos, Ordem do Dia e necrologia*⁹²– não são ou estão desconexas. Essas delimitações remetem a uma aparente organização e estilo gráfico-textual, o qual constitui um *corpus* que ruma em direção à operacionalização de práticas aos interesses do mando, ou seja, direta ou indiretamente a Revista se torna a própria justificação do *status quo* enquanto documento/monumento da barbárie⁹³. Assim

⁹¹A seção epistolário é um exemplo, pois esse seria um espaço dedicado a expor as correspondências dos sócios antigos.

⁹²RIAGAL, Volume IV, nº II, Maceió, Junho de 1907, pp. 99 – 100.

⁹³BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p.225.

sendo, estes elementos não serão modificados ao longo de toda a produção, ainda que ocorram eventuais variações ao longo de suas quarenta e seis publicações digitalizadas, pois apesar de não estarmos trabalhando diretamente com todas as publicações, tais considerações aplicam-se a totalidade das mesmas na medida em que identificamos esse dado.

Ocupando sempre as primeiras páginas estariam os *Artigos*, apesar da comissão específica que lidava com a edição e revisão da Revista⁹⁴, além é claro, da exigência temática que o próprio caráter da instituição postulava, não registramos grandes exigências numérica, estilística, ou mesmo restrições para confecção e publicação dos artigos. Eles poderiam variar entre uma publicação de três laudas divididas em duas colunas⁹⁵ a um memorial que por ventura ocuparia cinco publicações⁹⁶.

O importante seria o trabalho em si, onde iria figurar as idealizações chanceladas pela Instituição, assim como, um dos meios de afirmação social do sujeito que o redigia. Em síntese, estar presente e/ou atuando nesse espaço de discussão e divulgação de ideias seria uma necessidade constitutiva da *performance* desses sujeitos, pois a publicação de trabalhos e/ou dedicação ao Instituto garantia mérito e possíveis ascensões na hierarquia interna. Um exemplo é o caso de Jayme de Altavila (Anfilóbio Jayme de Altavila Melo) e seu filho, Jayme Lustosa de Altavila, que galgaram posições até chegarem à presidência da Instituição⁹⁷.

Englobando as demais seções, podemos dizer que a “outra parte” da Revista seria as *Atas de Sessões*. Há dentro delas o registro dos momentos vivenciados internamente pelos associados. O cotidiano nas palavras de João Gomes Ribeiro Junior⁹⁸, secretário suplente, “[...] São estes as atestações da vida deste Instituto, do zelo de seus sócios, e

⁹⁴RIAGAL, Volume I, Maceió, 1872, p. 09.

⁹⁵FONSECA, João Severiano da. **Origem de Alguns Nomes Patronimicos da Provincia das Alagoas**. In: RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, pp. 197 – 199.

⁹⁶LEITE E OITICICA. **Memorial Biographico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga – Primeiro Período (1822 - 1832)**. In: RIAGAL, Volume: VI, Ano: 1915, pp. 140 – 204. **RIAGAL – Segundo Período (1838-1847)**. In: RIAGAL – Volume: VII, Ano: 1915, pp. 18 – 69. **RIAGAL – Terceiro Período (1848 - 1850)**. In: Idem, Volume: VII, Ano: 1915, pp. 145 – 179. **RIAGAL – Quarto Período (1850-1875)**. In: Idem, Volume: VIII, Ano: 1916, pp. 7 – 47. **RIAGAL – Quinto Período (1850-1875)**. In: Idem, Volume: VIII, Ano: 1916, pp. 145 – 166.

⁹⁷Jayme de Altavila (Anfilóbio Jayme de Altavila Melo), 9º Presidente: de 2 de dezembro de 1958 a 26 de março de 1970; Jayme Lustosa de Altavila, 12º Presidente: desde 2 de dezembro de 1993. Ver: MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, 2008, pp. 51 – 53, 59 – 60.

⁹⁸Seu nome aparece no quadro dos Sócios efetivos, empossado em 10/ 06/ 1870. Membro da Diretoria de 1872, na condição de Secretário Suplente ao lado de Tiburcio Valeriano de Araújo.

as arrhas⁹⁹ de futuros empreendimentos”¹⁰⁰. As *Atas* são bem mais que atividade corriqueira por isso que a pompa, exaltação e erudição, são colocadas como elementos retóricos em destaque, contendo em sua composição elementos que remetem a questões contidas em outras fontes. Por isso, requerem um trato atento e cauteloso.

O vocábulo *sessão*, deriva do termo latino *sessio*, que significa “sentar-se”, “cadeira”.¹⁰¹ Refere-se, portanto ao espaço de tempo no qual acontece uma reunião deliberativa, uma assembléia. Momento excepcional, onde os *homens das letras* e posteriormente os *homens de ciência*, se sentam para ouvir e falar. Consta, ali, o funcionamento interno da agremiação. Atividades ordinárias, tais como: registros de admissões de sócios, votações, comunicados, pronunciamentos, sugestões de temas, leitura de pautas, recebimentos, considerações dos artigos publicados, enfim, este será o melhor lugar para observação das práticas ritualistas e nelas suas idealizações de forma coletiva.

Começamos pelo *Expediente*. Nesse espaço constam informações de ordem peculiar: os motivos do não comparecimento dos sócios, por exemplo, “Communicou o snr. Calheiros seu incommodo, e assim sua auzencia justificada”¹⁰². Os avisos da mudança de sócios para firmar residência em outras localidades, “Um officio do snr. Coronel Franklin A. da Costa Ferreira, socio effectivo offerecendo seus serviços no Rio de Janeiro, para onde se retira.”¹⁰³ Convites aos cerimoniais, “Um officio do exm. presidente da provincia convidando o instituto ao cortejo por ocasião do anniversario ao juramento á constituição.”¹⁰⁴ A comunicação e as relações de troca com outras instituições e/ou autoridades, “Um officio da directoria da bibliotheca fluminense pedindo ao instituto a remessa de suas Revistas; outro do exm. vice-presidente da provincia pedindo a assistencia do instituto acto da abertura da exposição em 9 do corrente mez.”¹⁰⁵ As prestações de contas, “Apresentou o thesoureiro os livros, balanço e mais papeis de suas contas relativas ao anno, importando a receita em 1:280\$203, a despeza em 602\$090. Na

⁹⁹Expressão que remete ao ato de arar a terra.

¹⁰⁰Pronunciado na Sala das sessões do IAGAL em Maceió a 2 de dezembro de 1873. Na ocasião do discurso do Orador, João Gomes Ribeiro Junior. **RIAGAL**, nº IV, Maceió, 1874, p. 93. Nota: João Gomes Ribeiro Junior ocupa a cadeira de Orador nessa ocasião como suplente em virtude da ausência do efetivo. **RIAGAL**, nº IV, Maceió, Junho de 1874, p. 84.

¹⁰¹<http://www.significados.com.br/secao-e-sessao/>.

¹⁰²**RIAGAL**, nº VIII, Maceió, Junho de 1876, p. 214.

¹⁰³**RIAGAL**, nº VIII, Maceió, Junho de 1876, p. 218.

¹⁰⁴**RIAGAL**, nº VIII, Maceió, Junho de 1876, p. 208.

¹⁰⁵**RIAGAL**, nº VIII, Maceió, Junho de 1876, p. 210.

forma dos estatutos foi tudo ao exame da comissão de fundos e orçamento. ”¹⁰⁶
Salientando que este conjunto de trocas de informação deveria ser emitida e remedia via
ofício ou carta. Ato circunscrito ao prestígio e responsabilidade da entidade.

Em seguida, temos os *Oferecimentos*. Em uma primeira análise das doações
recebidas¹⁰⁷ pode-se perceber o que poderia ser agradável aos representantes, assim
como as articulações estabelecidas com os demais estabelecimentos nacionais e
internacionais, exemplo:

Pelo Instituto do Ceara sua revista relativa ao 1º e 2º trimestres do corrente anno. Reservar um espaço para evidenciar a articulação do Instituto alagoano com os demais institutos. **Recebimento das revistas do Instituto do Ceará. Pelo Corpo de Engenheiros de Minas do Peru os seus boletins de n.º 20, 22 e 23 de 1903.** Pela Sociedade Geographica de Lima o Boletim do 2º trimestre de 1904. Pela Secretaria de Agricultura da Bahia o respectivo Boletim de Janeiro e Março deste anno. **Pela Directoria do Museu Paulista a sua Revista (Vol. VI, anno 1904). Pelo Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte a sua Revista. (Vol. 3.º n.º 1 Janeiro de 1905). Pela respectiva Directoria - O Archivo - revista destinada à vulgarisação de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso.** (Vol. 3º de Maio de 1905) Pelo Estado Maior do Exercito a Revista Militar. (Nº 5. de Maio de 1905) Pela Secretaria do Interior deste Estado um exemplar da mensagem do presidente da Republica, apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa deste anno.¹⁰⁸

Articulações importantes, possivelmente sobre três aspectos: o primeiro refere-se à aquisição e formação de um enorme patrimônio científico-cultural materializado em espaço físico, composto por: biblioteca, hemeroteca, mapoteca, pinacoteca, museu histórico, etnográfico e arqueológico. Adquiridos, em grande parte, por meio dos *oferecimentos*¹⁰⁹ e mantido por meio das articulações de seus associados angariando recursos e financiamentos para proveito da associação.

Um pequeno painel demonstra que em 1928 constavam em torno de 5.540 obras nacionais e internacionais em sua biblioteca, as quais estavam assim dispostas,

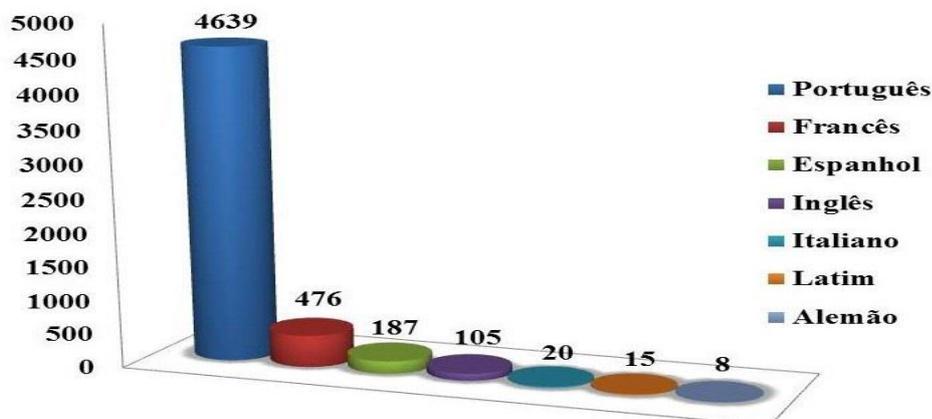
¹⁰⁶RIAGAL, nº X, Maceió, dezembro de 1877, p. 300.

¹⁰⁷Referimos unicamente as registradas nas páginas da revista.

¹⁰⁸RIAGAL, nº I, Volume: V, Maceió, 1913, pp. 80 – 81.

¹⁰⁹RIAGAL, nº VIII, Volume: I, Maceió, Junho de 1876, p. 212.

Gráfico 2 – Levantamento das obras por idioma



Fonte: Dados retirados do levantamento contido In: **RIAGAL**, nº LVI, Volume: XIII, Maceió, 1928, p. 327.

Não é possível identificar cada uma das obras a partir desse levantamento, no entanto, nota-se que o português é língua que predomina seguida da língua francesa cujo número chega a ser quatro vezes maior que o quarto idioma, correspondendo à afirmação que “enquanto a Inglaterra conseguia garantir predominância econômica no Brasil, a França fornecia, com sua cultura e civilização, os critérios de gosto”¹¹⁰.

A separação do conhecimento científico, observada na classificação das obras requer atenção. História e a Geografia não aparecem enquanto campos de saber autônomos, dificultando o conhecimento quantitativo sobre cada uma delas, sugerindo uma indefinição no entendimento das singularidades desses campos de saber.

Supõe-se que o segundo item, Administração, é composto por documentação eclesiástica e estatal¹¹¹, deixando-os a frente no conhecimento de questões relativas aos projetos políticos de Estado na Província, como a escravidão negra, “Um officio do exm. primeiro vice-presidente da provincia – remetendo um exemplar do parecer da camara dos deputados acerca do projecto do governo – sobre a abolição do elemento servil.”¹¹² E a situação dos aldeamentos indígenas, “Um officio do exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueirêdo Junior agradecendo sua escolha de sócio honorário do instituto e accusando a

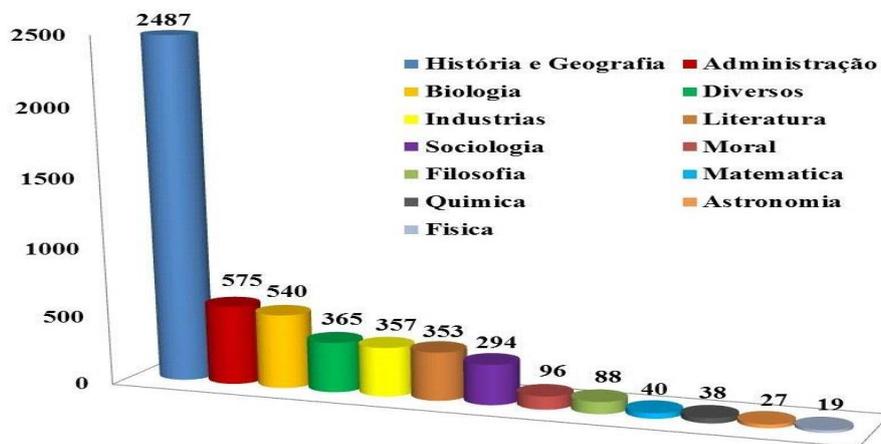
¹¹⁰GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.101.

¹¹¹RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 24.

¹¹²RIAGAL, nº II, Maceió, 1873, p. 18.

recepção do respectivo diploma. Outro do mesmo remetendo, sobre as aldeias de índios, informações do snr. Jose Lopes Rosa”¹¹³.

Gráfico 3 – Levantamento temático



Fonte: Dados retirados do levantamento contidos In: RIAGAL, nº LVI, Volume XIII, Maceió, 1928, p. 327.

Apensar da diversidade temática, não constará no levantamento temático a antropologia, etnografia e/ou arqueologia. A ausência da descrição de obras nesse seguimento pode significar o desinteresse acerca desses campos de saber, prejudicando o conhecimento acerca de questões pertinentes ao cotidiano do Museu. Embora seja possível que as mesmas estejam arroladas sobre títulos *diversos*, a quarta categoria em ordem decrescente.

O segundo aspecto dos *oferecimentos* refere-se a um fenômeno esperado. No decorrer dos anos, poderemos visualizar a formação de um acervo privilegiado referente e/ou correlacionado a esse território dito alagoano. Poderiam ser folhetos, jornais, volumes de livros, biografias de personalidades ilustres¹¹⁴, documentos relativos à administração da província, e/ou mapas que tratassem da descrição desse território que servirá, inclusive, de argumentos políticos discursivos, alimentando as vontades de verdade¹¹⁵, na defesa dos contornos e singularidades de um espaço projetado no plano teórico a ser acoplado em um dito correspondente real. Analogamente, observou Marilena

¹¹³RIAGAL, nº II, Maceió, 1873, p. 12.

¹¹⁴RIAGAL, nº I, Volume I, Maceió, 1873, pp. 09 – 25.

¹¹⁵FOUCAULT, Michel. **A Ordem no Discurso**. São Paulo, Loyola, 1996, pp. 5 – 6.

Chauí, esse *corpus* documental se converte em um semióforo, destinado a explicar as origens, como também, atribui sentido e significado aos momentos fundadores de uma dada coletividade¹¹⁶, no caso a alagoana.

O terceiro aspecto decorre da autoridade sobre esse *corpus* documental, o qual, define, julga e concede poder e prestígio a quem os detém e/ou a quem será autorizado a manejá-los no fazer historiográfico¹¹⁷. Questão importante quando pensamos ou projetamos novas pesquisas e novas abordagens teóricas, o que possibilita ou não, uma renovação no campo historiográfico. Estas questões sinalizam a importância e significado desse espaço que produz, desenvolve e reproduz capital cultural em suas três formas de manifestação: estado incorporado, objetivado e institucionalizado¹¹⁸.

A seção *Ordem do Dia* registrará a presença desses associados nos momentos de reuniões. Esta ocasião era dividida, comumente em três momentos, e ao fim, ocasionalmente, marcava-se data para futuras reuniões¹¹⁹. Tornará pauta quaisquer questões necessárias ou relativas ao crivo da opinião de todos e aprovadas pela decisão da maioria. São exemplos, as propostas de admissão de sócios¹²⁰, eleições e aprovações de orçamento¹²¹ constituindo a parte final de um grande ritual a ser seguido durante a reunião.

Uma última característica refere-se a um ritual muito específico, podendo ser percebida tanto na seção *Necrologia*, como em outros espaços possíveis: a exaltação aos antigos sócios. Isso poderia acontecer de alguma forma: nas *paginas de saudade*¹²², em trabalho de caráter biográfico ou em discursos acerca de qualquer *douto associado*. A realização dessas práticas produz um caso ainda mais específico, em que, o exaltador é transformado na figura exaltada, ou seja, quem reconhece o valor do *outro* ocultamente reconhece-se enquanto importante para realizar tal papel.

¹¹⁶CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

¹¹⁷FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Edições Graal, 1979.

¹¹⁸BOURDIEU, Pierre, "**Les Trois États du Capital Culturel**", publicado originalmente in: Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 30, novembro de 1979, pp. 3 – 6.

¹¹⁹RIAGAL, nº VIII, Maceió, Junho de 1876, p. 214.

¹²⁰RIAGAL, nº VIII, Maceió, Junho de 1876, p. 221.

¹²¹RIAGAL, nº IX, Maceió, dezembro de 1876, p. 251.

¹²²RIAGAL, capa, Volume XVI, Maceió, 1932, pp. 81 – 85.

Exemplo, J. F. Dias Cabral, de quem falaremos abaixo, em sua *Notícia acerca da vida do fundador da mesma capella, de Coqueiro-Secco padre Bernardo José Cabral*¹²³, estabelece o primeiro trabalho de caráter biográfico no IAGAL, anos depois, o mesmo receberá homenagem de Abelardo Duarte, então presidente da IHGAL, o qual fará sua biografia¹²⁴, converte-se, assim, o exaltador em objeto de exaltação.

Esse *culto aos antepassados* será observado, também, nas homenagens aplicadas a nomes de ruas¹²⁵ e instituições¹²⁶ da cidade que carregaram o nome desses ditos *homens ilustres*, inserindo-os na Memória Coletiva¹²⁷ da população local. Todo esse fenômeno pressupõe uma identificação *a priori*, pois a força desta *ressurreição*, em que um ator vivo falará em nome do morto, reside justamente no valor e força social dos que fazem usos de seus feitos em nome das implicações do presente.

Por fim, esses elementos congregam para criação de uma moldura onde se concentra diversas questões, formando um universo próprio. Resta-nos saber sobre os associados, momento para se pensar a construção de uma Memória Institucional, ainda que de forma limitada e provisória, devido à escassez de referências dentro da RIHGAL. A apresentação do perfil biográfico e ideológico destes intérpretes objetiva a identificação do posicionamento teórico-metodológico e político-ideológico, assim como suas redes de relações socioculturais diante de diversos temas antes das publicações envolvendo a *temática indígena*, de modo, a demonstrar o *locus* textual onde a escrita sobre as sociedades indígenas não de ser alocadas.

Dois Artífices da Historiografia Local

Além das relações circunscritas ao *lugar*, a produção histórica é mediatizada por técnicas¹²⁸. A relação *espaço e modo de fazer* permite ao pesquisador, analiticamente,

¹²³DIAS CABRAL, João Francisco. **Notícia Acerca da Vida do Fundador da Capella do Coqueiro-Secco. Padre Bernardo José Cabral**. In: Idem, nº V, Dezembro, Ano, 1874, pp. 112 – 117.

¹²⁴SANT'ANA (de), Moacir Medeiros. **Dois Historiadores**: Craveiro Costa e Dias Cabral. In: **RIHGAL**. Volume XXXIX. Ano: 1984, pp.98 – 101.

¹²⁵ Disponível em: <www.google.com.br/maps/place/Rua+Dias+Cabral+-+Centro/@9.6675336,35.7419426,17z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x7014f879594f633:0x1bf839181ee2206f> acessado em :13/09/15.

¹²⁶ Disponível em :<www.google.com.br/maps/place/Col%C3%A9gio+Rosalvo+Ribeiro+dos+Santos/@9.649479,35.715417,17z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x0:0x2283a149a80e0078> acessado em: 13/09/15.

¹²⁷HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro, 2003, Cap. 2.

¹²⁸CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense, 2013, p.65.

enquadrar uma perspectiva e, conseguinte, tendências e/ou gerações. Nesse sentido, Dirceu Lindoso, sócio efetivo do IHGAL, delineará dialeticamente dois feixes teóricos na interpretação e análise da representação da cultura alagoana ao longo de seu estabelecimento: o da continuidade e o da ruptura¹²⁹.

E mesmo que cada autor possa constituir-se enquanto parte de uma dita “intelligenza flutuante”, não pertencessem ou não se sentindo parte de alguma classe social, sua produção e carreira atribuí a autoridade, uma visão de mundo que beneficiava alguma, de outro modo, essa produção não é resultado de ações neutras. Podendo-se afirmar: que o IHGAL, no século XIX, constitui-se enquanto reduto e representante institucional desta escrita de continuidade. Assim caracterizada:

Podemos designar de “geração de 1860” o grupo de intelectuais, que a partir de meados dos XIX, iniciou no espaço da cultura alagoana a produção de seus trabalhos intelectuais.” [...] Essa geração representa, na nossa cultura, a “ilustração imperial” do século XIX brasileiro, que a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – o nosso querido IHGAL – encarna de um modo institucional.¹³⁰

De acordo com o autor citado acima as características que unem os integrantes dessa geração é um discurso de legitimidade do *status quo* incrustado em seus trabalhos a respeito de Alagoas. Na ótica destes autores não existiriam contradições na sociedade alagoana, velando qualquer possibilidade de mudança na ordem social.

Apresentaremos abaixo, em ordem cronológica, dois autores que atribuímos o pertencimento a essa tradição de continuidade na escrita de representação da cultura alagoana: o primeiro destes é João Francisco Dias Cabral;

¹²⁹LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província**: Estudos da Cultura Alagoana Maceió, EDUFAL, 2005, p.28.

¹³⁰LINDOSO, Dirceu. **Representação Social na Escrita da Cultura Alagoana no Século XIX**, In: Rocha, José Maria Tenório. **Cadernos de Cultura - 2**. Maceió, Secretaria – Secult, 1985, p.87.

DIAS CABRAL



Dr. Dias Cabral

Fonte: Imagem atribuída a Dias Cabral In: idem nº LIV. Volume I, Maceió, 1926, p.85.

Co-fundador e primeiro secretário perpétuo do Instituto bastaria uma breve análise na documentação para perceber que Dias Cabral é figura marcante entre as demais personalidades que ocuparam as cadeiras do IAGAL até 19 de julho de 1885, data de seu falecimento, ou mesmo nos anos que sucederam após sua morte, graças ao reconhecimento de seus pares.

Este irá ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia em 1852, diplomando-se em Ciências Médico-Cirúrgicas com a tese: *Apreciação dos Métodos Operatórios Empregados nas Curas dos Aneurismas*. De intensa atividade profissional, seja nas letras ou nas atividades bacharelescas. J.F. Dias Cabral atuará em diversos lugares, tanto no interior como médico da Colônia Militar de Leopoldina – Alagoas, como também na capital Maceió, sendo professor e diretor do Liceu de Artes e Ofícios e do Asilo de Órfãos Nossa Senhora do Bom Conselho. Trabalhou também no Hospital de Caridade de Maceió, além de prestar serviços particulares à população¹³¹.

¹³¹RIHGAL, Volume XXXIX, Maceió, 1984, pp. 98 – 101.

Voltando-se para diversas questões de sua época, durante os onze anos em que serviu à referida “casa”, chegou a publicar trinta textos, entre os quais, contabilizam dezoito artigos e doze atas de sessões¹³², produzindo, assim, o equivalente a números entre dois a três publicações ano. Publicará também em diversos periódicos da imprensa na capital, tais como: *O Artista*, *O liberal*, *Diário das Alagoas* e o *Diário da Manhã*. Jornais importantes para o entendimento do partidarismo local¹³³. Será ele quem realizará o discurso em 21 de setembro de 1881, na abertura da sessão magna da *Sociedade Libertadora Alagoana*, assumindo-se abolicionista¹³⁴, demonstrando sua presença e importância na vida de outras agremiações locais. No último ano de vida, deixará redigida a peça teatral *O mutilado*, ensaio dramático em quatro atos¹³⁵, a qual não verá ser apresentada.

O número de publicações, participação em diversos meios institucionais, pode nos dar ideia da influência do pensamento desse letrado nos espaços em que seu pensamento foi apresentado e representado. Mas quem foi Dias Cabral? Definir-lo não é nosso objetivo, contendo seu pensamento, registrado em seus escritos, nos ajuda a perceber – em alguns casos – a sociedade em que o mesmo estava inserido, ou mesmo, uma possível noção acerca da posição característica do IAGAL diante dos temas que o mesmo dissertou.

Por exemplo, em sua primeira publicação, “*Qual a Origem do Appellido de S. Bento Porque é Conhecido o Outeiro Sobranceiro a Villa de S. Luzia do Norte?*” Deixará referência às condições de desenvolvimento da pesquisa em Alagoas, assim como, sua metodologia de pesquisa¹³⁶.

Para ele, o documento por consequência explica. Embora os documentos fossem importantes, diante de tão poucas condições pouco se poderia afirmar. A precariedade de condições de pesquisa produziria lacunas, e retidos seriam os pareceres, desse modo, a tradição oral traria contribuições, desde que utilizada com parcimônia¹³⁷. Nesse sentido, Dias Cabral se sobrepõe às adversidades e fazendo uso de recursos bastante atuais para sua época: a memória e a oralidade.

¹³²RIHAL, Volume XXV. Ano, 1947, pp. 164 – 165 – 166.

¹³³SANT’ANA (de), Moacir Medeiros. **Dois Historiadores**: Craveiro Costa e Dias Cabral. In: **RIHGAL**. Volume XXXIX. Ano: 1984, pp. 95 – 101.

¹³⁴RIHGAL, Volume XXXIX, Maceió, 1984, pp.98 – 101.

¹³⁵Idem, Volume XXXXI, Maceió, 1986 – 1988, p.310.

¹³⁶RIAGAL, nº I, Volume II, Ano, 1875, pp. 8 – 11.

¹³⁷RIAGAL, nº I, Volume II, Ano, 1875, p. 8.

No mesmo trabalho, demonstrando uma visão do conjunto sobre o tema em que aborda, se propõe a descobrir a origem histórica de um apelido relacionado ao elevado de um terreno existente na Vila de Santa Luzia do Norte e, assim, confirmar a existência de um antigo convento. A visão local é ampliada a partir do momento em que as qualidades dessa localidade se tornam fruto da cobiça dos ditos “Holandeses”. É nesse contexto que aparecerá pela primeira vez, uma personagem muito debatida posteriormente na historiografia alagoana: “Em fins de 1633 experimenta a povoação a devastadora investida de Gysselingh precedido de Calabar, e se não ficou reduzida a montão de cinzas é que a resistência do capitão Filgueiras fora superior ao pânico que manietara o valor das forgas da Lagôa do sul.”¹³⁸

Calabar e a presença Batava servem de exemplo na compreensão da lógica do poder e dos poderes desenvolvida na narrativa, tanto por este autor, como por seus pares, pois essa figura aparecerá em oposição à imagem do “branco” europeu, onde o maior sentido da trama é a vitória dos portugueses. O universo “branco” senhorial produz sua alteridade enquanto elemento suportável, digno de engrandecer a si mesmo, embora, não desejável em seu universo teatral.

As possíveis origens do apelido da cidade aparecem imersas na história dos acontecimentos que remetem à *presença holandesa* no território da Província. O chamado *mito holandês* toma lugar central nas linhas do texto. É nesse sentido que a busca de uma memória acerca do *local* é trazida a tona. Será a identificação e exaltação a história dessas grandes personagens que impregnará seus escritos, ao ponto de encerrar seu trabalho afirmando não ter chegado à conclusão alguma a respeito do que se propôs a pesquisar¹³⁹.

No segundo trabalho, Dias Cabral realiza um *esboço histórico acerca da fundação e desenvolvimento da imprensa nas Alagoas*¹⁴⁰. Em que além da apresentação dos que dirigiam e comporiam o quadro editorial dos jornais, estarão também os nomes de cada periódico, locais de funcionamento dos estabelecimentos, processos de confecção, total de edições, periodicidade das publicações e prestação de serviços. Essas informações estariam dispostas sobre um plano linear onde se demarcava do “nascimento” a “morte”

¹³⁸ RIAGAL, nº I, Volume II, Ano, 1873, p. 9.

¹³⁹ RIAGAL, nº I, Volume II, Ano, 1873, p. 8.

¹⁴⁰ RIAGAL, nº V, Ano, dezembro de 1874, pp. 99 – 108.

ou a nova forma que o jornal passava assumir¹⁴¹ desenvolvendo e acentuando uma marca de seus trabalhos: a descrição. Sendo o primeiro a demonstrar que todo esse processo ocorrido na imprensa estaria atrelado à política e ao partidarismo local de época.

Prestes a abordar a temática indígena, Dias Cabral irá realizar um trabalho cujo gênero é muito peculiar aos Institutos Históricos e Geográficos, a biografia¹⁴². Atribuindo-a Bernardo José Cabral¹⁴³, que há esse tempo havia falecido. De início, nos é anunciado, “não é fácil narrar miudamente as ações de um homem, de lucidar o perfil de um vulto [...]”¹⁴⁴, consideração pertinente, mas a escolha desse homenageado é significativa, se trataria de um religioso, vale lembrar que semelhante ao gênero hagiográfico, o objetivo desse trabalho seria mais edificar o leitor do que conhecer a vida desse sujeito. Este modelo de história entendida enquanto *escola*, onde se poderia aprender por meio dos exemplos, a ser sábio e prudente a fim de evitar erros no futuro, tem sua primeira manifestação num trabalho realizado anteriormente ao estabelecimento do IAGAL¹⁴⁵.

Inicialmente identifiquemos a forma na qual a vida da personagem é descrita, o gênero épico. A começar enfrentando os desígnios de seu pai que desejava ter os filhos servindo ao sacerdócio, “Bernardo foi o único que relutou, abandonando furtivamente a casa para se entregar a caserna, senão como escolha de seu entendimento, ao menos como protesto á imposições e desafogo a desgostos”¹⁴⁶ optando por seguir o ofício das armas¹⁴⁷, estaria ele lutando contra seu destino? Não durou muito, e “como ao filho prodigo, o goso da predilecção embebeu-lhe, e pouco se amoldando aos designos paternaes prefere á farda os hábitos talaes, tornando-se breve emulo de seus provectos irmãos.”¹⁴⁸

Nesse enredo o enaltecimento deste “herói” é personificado por meio da descrição de seus caracteres físicos e sociais,

¹⁴¹RIAGAL, nº V, Ano, dezembro de 1874, pp. 101 – 103.

¹⁴²SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: Um Periódico na Cidade Letrada Brasileira do Século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Campinas, SP, 2003, pp. 106 – 113.

¹⁴³RIAGAL, nº V, Dezembro, Ano, 1874, pp. 112 – 117.

¹⁴⁴RIAGAL, nº V, Dezembro, Ano, 1874, pp. 112 – 117.

¹⁴⁵MOURA, Antônio Joaquim de. **Opúsculo da Descrição Geográfica Topográfica, Phizica, Política e Histórica, do Que Unicamente Respeita à Província das Alagoas no Império do Brazil. Por Hum Brasileiro**. 2. Reimpr. Maceió. EDUFAL: CESMAC, 2009, p. 3. Nesse trabalho, o antigo presidente da província de alagoas desenvolve essa noção em dedicatória dirigida a “*A ti, minha mimosa Clarinha*” um provável ente querido.

¹⁴⁶RIAGAL, nº V, Dezembro, Ano, 1874, p. 114.

¹⁴⁷RIAGAL, nº V, Dezembro, Ano, 1874, p. 114.

¹⁴⁸RIAGAL, nº V, Dezembro, Ano, 1874, p. 114.

Bernardo José Cabral era de estatura regular, forte compleição e agradável feição. Tudo isso encarnava nos animos um certo encanto, mas o condão de sua influencia, elle o tinha no coração. Sem dispor do apparatus official conteve sempre uma multidão nos justos limites da honestidade, servindo-se da religião que emana do Evangelho e não do embuste concebido pela theocracia, como medida de policia e segurança de predomínio.¹⁴⁹

O autor nos induz a entender que tais atributos físicos se amiudavam em face do que era característico de seu espírito, cujo encanto caia sobre sua destra e conduzia ordeiramente seu rebanho, capacidade esta, que o permitiu lançar “as bases de um templo, sem estender a mão à esmola do Estado”¹⁵⁰. Por fim, após apresentado o destino da personagem, definida sua imagem e demonstrada alguns de seus feitos, restaria um fim heróico e redentor como desfecho:

A sua porta batia sem susto tanto o remorso de uma feia acção como o constrangimento da privação: se o arrependimento esperava o conforto das louçanias do perdão, a penuria contava com as alegrias do pão multiplicado pela caridade. Entregue á tão variados cuidados, succedia-lhe por vezes o accesso da prostração: era quando se manifestava uma grave enfermidade que o pungia - o anthrax. De sua ultima viagem á Bahia data a completa extenuação de seu vigor. Tendo em sua volta arribado a Coruripe o navio que o conduzia, depois de 51 dias de mallogradas tentativas, segue a pé o levita o desejado caminho, enfraquecendo a organização já meio corrompida pela rebeldia do padecimento. Ao alvoroço do povo que o via resuscitado, já que derramada andava a noticia de funesto naufragio, mal pode corresponder sua gratidão. Dias depois recolhia-se á cama dilacerado por acerbos dores do tumor maligno que lhe apparecera na região lombar. Forão inuteis os remedios e não só elles senão os votos ferventes de numerosos fieis.¹⁵¹

François Dosse nos lembra de que “a biografia é um gênero antigo, que se disseminou tendo por base a noção de *bioi* (*bios*) e não se ocupa em retrazar apenas a

¹⁴⁹RIAGAL, nº V, Dezembro, Ano, 1874, p. 116.

¹⁵⁰RIAGAL, nº V, Dezembro, Ano, 1874, p. 116.

¹⁵¹RIAGAL, nº V, Dezembro, ano, 1874, p. 116.

“vida”, mas também a “maneira de viver”¹⁵². É neste sentido que se tal trabalho, de forma que Dias Cabral encerra seus textos com os seguintes dizeres, “Os actos da virtude são o fomento da inspiração; patenteal-os é pouco, exercel-os é muito e é tudo.”¹⁵³

A figuração heróico-clerical de tal personagem quando entendida enquanto modelo arquétipo, expressa o conjunto de valores com os quais o autor defende e se identifica, que corresponde e responde a sua motivação em atribuir sentido à heterogeneidade e contingência de uma vida, na ânsia por transmitindo unicidade e significância ao leitor na forma de um exemplo moral a ser seguido.

Como se pode observar, o *fazer* historiográfico em Dias Cabral é submetido conscientemente/inconscientemente a um carácter ético-moral, desenvolvido nessa *magistra vitae*¹⁵⁴ onde se observa o elogio às ditas virtudes incrustadas nas personagens a quem ele advoga ou a condenação aos “vícios” inerentes aos vencidos.

É dentro desse modelo dicotômico que as ações humanas, em outras palavras, os fatos a serem históricos, irão velar qualquer possibilidade da história se desenrolar de outra maneira, pois a própria História servirá enquanto recurso argumentativo e legitimador capaz de dar veredito, produzindo um efeito ideológico, ocultando a responsabilidade, posicionamento e atuação sócio-política do autor diante das questões do presente.

Em Numismática, seu próximo trabalho,¹⁵⁵ cujo título é elucidativo, pois se trataria de atestar a veracidade de uma moeda por meio da decifração de seus caracteres, o bacharel em medicina apresenta a seus pares os resultados de seu trabalho, realizado anos antes da publicação do parecer, que na ocasião *a comissão de trabalhos históricos e arqueológicos* não havia encontrado resposta que *aclarasse a duvida*. Tal empreitada evidencia a autoridade e aspiração deste associado.

Antes de demonstrar seu parecer final, o mesmo apresenta como recolheu indícios na leitura de livros de alguns de seus afetuosos amigos.

¹⁵²DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: Escrever uma Vida. São Paulo, Edusp, 2009, p.123.

¹⁵³RIAGAL, nº V, Dezembro, ano, 1874, p. 117.

¹⁵⁴KOSELLECK, Reinhart. **Passado Futuro**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006. Cap. 2. BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo, Editora Herder, 1972. Cap. 6.

¹⁵⁵RIAGAL, nº VII, Dezembro, Ano, 1875, pp. 194 – 195.

Na memoria descriptiva das possessões portuguezas na Azia, pelo secretario da Associação maritima e colonial de Lisboa [...]da bibliotheca de nossa capital, vê-se que tendo Affonso D albuquerque segundo as chronicas, acudido aos reclainw dos povos da India, mandára frabricar moedas em no d'El-Rey, [...]156

A apresentação dos procedimentos aplicados serve de chancela a seu trabalho diante de seus pares. É por meio dele que é possível inferir o *modus operandi* de Dias Cabral, pois apesar de não se tratar do universo local circunscrito ao povoado de Coqueiro Seco, e sim a especificidade de uma moeda ligada ao Império Marítimo Lusitano em sua totalidade, o autor pratica novamente o mesmo procedimento de investigação: entende-se o micro por meio do macro. O que infelizmente não será possível, pois,

Combinando a descrição do investigador portuguez com o caracteristico da moeda offerecida e não se encontrando entre as antigas uma cujo typo lhe seja semelhante, creio pertence ella á classe das tagas, não se podendo, por ora, designar-lhe a especie, por achar-se apagada a indicação anteposta ao T, circumstancia de grande valor, em vista da omissão ácerca da declaração do peso. **Na impossibilidade de colher-se seguros dados, apresento ao juizo do Instituto as considerações que li e espero que sua benevolencia proporcionará perdão ás minhas ouzadias, certo de que minhas faltas procedem do desejo de servil-o e engrandecel-o.**157

Embora o parecer definitivo ficasse comprometido graças estado da moeda, o que seria uma infelicidade para quem se propôs a tamanho esforço, restaria o pedido de desculpas por sua ousadia¹⁵⁸, mas que ainda sim enaltecia seu feito.

O segundo autor da escrita de continuidade que destacamos é Adriano Augusto de Araújo Jorge. Terceiro na ordem dos doze presidentes que dirigiram o IHGAL. Inicia na presidência em 2 dezembro de 1896, permanecendo com a posse do cargo até o dia de seu falecimento¹⁵⁹. Nascido na Província de Alagoas, filho do desembargador Silvério Fernandes de Araújo Jorge, antes de chegar à presidência marcará presença no ensino

¹⁵⁶RIAGAL, nº VII, Dezembro, Ano, 1875, p. 194.

¹⁵⁷RIAGAL, nº VII, Dezembro, Ano, 1875, pp. 194 – 195.

¹⁵⁸RIAGAL, nº VII, Dezembro, Ano, 1875, p. 195.

¹⁵⁹MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos.** Maceió, 2008, pp. 35 – 60.

das letras. Na juventude, lecionará em vários colégios de Maceió, obtendo a cátedra no então Liceu Alagoano na cadeira de Inglês. Tendo ajudado na fundação do colégio *Sete de Setembro*, sendo proprietário e diretor de mais dois colégios: o *São José* e o *Oito de Janeiro*¹⁶⁰.

Araújo Jorge morre em 3 de abril de 1901, deixando inconclusa sua obra sobre a História de Alagoas¹⁶¹. Entre suas contribuições destaca-se a reativação das publicações da Revista após 17 anos de interrupção¹⁶², marcando o início da segunda fase de divulgação na ocasião do bicentenário do descobrimento do Brasil. Antes de falecer, realizará dois trabalhos para esta edição comemorativa. Um deles abordando a temática indígena e outro acerca e da presença Batava, conferindo destaque e continuidade a figura de Calabar enquanto “traidor da causa portuguesa”.

[...] estava a Companhia das Indias Occidentaes quasi resolvida a ordena a evacuação da conquista, quando passou-se para os holladezes, o mestiço Domingos Fernandes Calabar, que, sendo perfeito conhecedor de todas as localidades da Capitania de Pernambuco e familiarisa-do com o systema da guerra de emboscadas, sustentada até então pelos bravos pernambucanos, cuja tactica de guerra e cujos segredos de campanha conhecia a fundo, proporcionou aos hollandezes uma taboa de salvação; [...]¹⁶³

Embora se repita a valorização do elemento europeu sobre a figura de Calabar, a condição étnica dessa personagem é modificada, neste momento o “*outro*” na lógica de dominação branca não é o “negro”, mas sim o “mestiço”, negando a afirmação étnica de uma ancestralidade africana.

É difícil decidir-se si **esse homem rude, esse semi-selvagem; esse homem, em cujas veias corria sangue dos aborígenes americanos, sangue dos primeiros e naturais possuidores das plagas, em que se disputavam o domínio Ibéricos e Neerlandezes, teria assaz luz em seu cérebro** paragar-se, no passo, que então deu, por demoradas pondera

¹⁶⁰RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 166.

¹⁶¹RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 167.

¹⁶²RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 3.

¹⁶³RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 30.

ções concernentes no funuro da terra, que lhe foi o berço; ou, se, levado unicamente de impulsos de odio e de vingança[...]¹⁶⁴

Nela lógica, Calabar seria um descendente de indígenas movido pelo desejo de vingança contra os Europeus. Seria um saqueador que em seus ataques a Camaragibe e Lagoas do Sul, lançou chamas a tudo que não seguiu levar consigo¹⁶⁵, cujo ódio o conduzia numa “missão” de vingar a seus ancestrais, atingindo a redenção ao custo de sua vida.

[...]o próprio Calabar cortou a dificuldade, vencendo as hesitações de seu commandante, com o dizer-lhe: << Não deixeis, senhor, de concordar no que se vos exige, pelo que me diz respeito: pois não quero perder a honra que Deus quiz dar-me, para salvar-me, como espero de sua immensa bondade e infinita misericordia.¹⁶⁶

Em síntese: essa personagem só ganhará voz na condição de prisioneiro sentenciado à morte e submetido aos valores religiosos cristãos. Outro ponto de continuidade com relação à escrita de Dias Cabral é o destaque das potencialidades geográficas da região nos momentos de combate, sendo novamente fruto da cobiçada do invasor,

É verdade que posição de Porto Calvo, situada esta povoação em uma especie de península, entre dous rios, cujas margens se alagam, e cujo isthmo é protegido por uma camboa, era mui facilmente defensavel; mas todas estas vantagens foram então improficuas por ser mui diminuta a força que ahi conseguiu-se fazer estacionar ás ordens de Bagnuolo;¹⁶⁷

Mas não bastaria somente a descrição desse espaço, Araújo Jorge realiza um recorte onde demonstra as especificidades de Alagoas, as diversas reviravoltas nos episódios desse combate a ser histórico, mas, acima disso, a participação épica dos ditos

¹⁶⁴RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, pp. 30 – 31. (Grifo nosso.).

¹⁶⁵RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 33.

¹⁶⁶RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 40. (Grifo nosso.).

¹⁶⁷RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 35.

alagoanos, pois “[...] bem raros foram os combates, em que, não tomaram parte dos contingentes fornecidos pelas populações alagoanas”¹⁶⁸. Nesse sentido, tudo irá congrega para este fim, culminado com a expulsão dos Holandeses das águas do S. Francisco¹⁶⁹ e cumprindo assim, “o dever de Alagoas” no histórico deste combate.

A escrita de Dias Cabral e Adriano Jorge são marcadas pelo desenvolvimento de narrativas, onde a descrição das paisagens naturais é envolta de um discurso de valorização das supostas belezas e singularidades histórico-geográficas da dita flora alagoana, assim como, a capacidade e superioridade dos atributos do “homem banco” e/ou português para conquistar, tanto esse espaço/terreno, como qualquer inimigo interno ou externo que pretendesse por em risco a obra colonização portuguesa. Por essa óptica, esse território estaria quase predestinado ao mando senhorial português.

Como se afirmou anteriormente, estes autores compõem, fundamentalmente, a escrita de continuidade na representação da cultura do que está sendo Alagoas, que se modifica e afasta-se gradativamente dos representantes da ilustração imperial para os autores do período republicano. Diz Dirceu, “o século XIX alagoano politicamente acaba em 1912, com a rebelião urbana que derrubou, do poder a oligarquia Malta; [...]”¹⁷⁰ Dado importante, pois após a nova configuração política que é imposta com a República não nos parece por acaso que se observem mudanças interpretativas em alguns trabalhos do século XX.

¹⁶⁸RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 34.

¹⁶⁹RIAGAL, nº I, Volume III. Ano, 1901, p. 65.

¹⁷⁰LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província: Estudos da Cultura Alagoana**. Maceió, EDUFAL, 2005, p.91.

CAPÍTULO 2

O “ÍNDIO” ENTRE A FILOLOGIA E A HISTÓRIA

O século XIX será capital para pensar a História e a escrita sobre os povos indígenas no espaço que se convencionou chamar de Alagoas. Dois elementos destacam-se neste contexto: o Estado Imperial Brasileiro, por meio de seus representantes, esteve atuando na reestruturação das bases econômicas ligadas ao latifúndio, à propriedade privada e as relações de trabalho¹⁷¹. E por meio do próprio Imperador incentivou à criação e construção do que se convencionou chamar de *história oficial* para o Brasil¹⁷².

As questões acima incidem sobre a existência real e discursiva desses povos situados no “Nordeste”¹⁷³ e demais regiões. Desde os esbulhos de suas terras¹⁷⁴ à elaboração do lugar reservado a essas populações na historiografia nacional¹⁷⁵ legada as futuras gerações¹⁷⁶. Tais componentes estão relacionados e inseridos nos processos de construção e constituição de possíveis culturas e identidades nacionais, como também, nas políticas de reorganização e transformação espacial praticadas no país.

Entretanto, qual ou como seria a relação entre o operar historiográfico e os processos de expropriação de terras das aldeias indígenas? A escrita acerca dos indígenas estaria condicionada aos ditames advindos da expropriação promovida pelos representantes do Governo, ou o inverso, a ação do Governo estaria na dependência da produção historiográfica acerca desses povos?

¹⁷¹COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

¹⁷²CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à Construção do Tiradentes**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, pp. 59-83. 2001.

¹⁷³ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo, Cortez, 2009.

¹⁷⁴ARRUTI, João Maurício Andion. **Morte e Vida do Nordeste Indígena: A Emergência Étnica Como Fenômeno Histórico Regional**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 8, nº 15, janeiro/junho, 1995, pp. 57 – 94.

¹⁷⁵ALMEIDA, M. R. C. de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

¹⁷⁶MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A Representação Sobre os Índios nos Livros Didáticos de História do Brasil**. (Mestrado em Educação) João Pessoa, 2006.

Quanto ao último movimento, Vânia Moreia¹⁷⁷ demonstrou que a utilização da historiografia produzida pelo IGHB, serviu em certas condições, como referência para legitimação de direitos ou a negação dos mesmos às algumas populações indígenas no Período Imperial. Assim, pode-se considerar possíveis interações circunstanciais entre as partes. Em certo momento as ações oficiais estiveram submetidas à historiografia. E o que dizer sobre a influência das ações do Estado sobre a escrita sobre os povos indígenas? As vejamos um caso referente a esta questão.

Para alguns pesquisadores os três últimos decênios do século XIX significam para história indígena alagoana um silêncio oficial e, por consequência, historiográfico. Consideração empreendida por meio da interpretação do ato legal provincial que determinou a extinção das aldeias antes existentes. Destaca-se a interferência do poder político local sobre o *fazer* historiográfico do período, como elemento que definiu um abrir e fechar de cortinas, responsável por promover uma lacuna historiográfica.

Entre os interpretes deste posicionamento político e teórico-metodológico dentre os quais, um primeiro é, Amaro Hélioda Silva, que em publicação apresentada em São Paulo na ANPUH – 2011 realiza a seguinte reflexão,

“As Falas dos Presidentes da Província e os Relatórios dos Diretores dos Aldeamentos Indígenas das Alagoas, século XIX, são um dos poucos registros históricos sobre os índios de Alagoas, inclusive sobre os índios das matas, que **depois de 1870, foram considerados extintos pelo Estado e desapareceram da historiografia oficial.**¹⁷⁸

Este seria o mais recente trabalho desta lavra, podemos retroceder e encontrarmos o segundo exemplo a ser citado, Aldemir Barros Silva Junior, se referindo ao mesmo processo, defende em sua dissertação pela UFBA em 2007, posição semelhante, afirmado o seguinte,

¹⁷⁷MOREIRA, Vânia. **O Ofício do Historiador e os Índios**: Sobre uma Querela no Império. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010, pp. 53-72.

¹⁷⁸SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Trabalho Indígena na Formação das Alagoas (Século XIX)**: Os Índios das Matas nas Falas e Relatórios Oficiais. Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011, pp. 02. (Grifo nosso.)

A extinção dos aldeamentos aconteceu de forma particular em cada Província. **Em Alagoas, ocorreu por decreto provincial datado de 1872.** A partir desta extinção, há uma alteração na forma como se apresenta a relação índio e Estado. Era oportuno para o Estado, **naquele momento, o entendimento de que não havia mais índios a assistir, por isso iniciou-se um silêncio oficial.**¹⁷⁹

É perceptível à posição de ambos em relação à defesa da seguinte hipótese: depois de baixado o decreto provincial que determina o fim dos aldeamentos, ocorrerá um silenciamento oficial acerca dos povos indígenas nos anos que se sucederam no período Imperial. Segundo eles, temos um período de aproximadamente trinta anos onde as discussões acerca dos povos indígenas cessam em Alagoas.

Inicialmente é neste período que iremos nos lançar e empreendermos nossas investigações. Para isto, far-se-á uso das antigas Revistas do atual IHGAL, seu porta-voz oficial.¹⁸⁰ A existência da temática indígena em suas publicações paralelamente a um período onde não se tem, até o momento, outra evidência da discussão acerca da temática indígena na província derruba as teses mencionadas. No entanto, nos limitaremos a analisar alguns textos em virtude do nosso recorte temático para este capítulo¹⁸¹.

Retornando a questão, referindo-se aos mesmos processos discutidos acima, embora contribuindo com outros elementos. Temos um terceiro pesquisador, em *Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas* – (1991), Luiz Sávio de Almeida inicialmente discorre quanto à representação escrita dos povos indígenas no momento de formalização da historiografia alagoana, ou seja, se referindo a institucionalização do fazer historiográfico em Alagoas, por meio, da fundação do IAGAL. O mesmo considera o seguinte,

[...] A uma liquidação legal, correspondeu uma liquidação historiográfica e isso transparece nos primeiros números da Revista

¹⁷⁹SILVA JÚNIOR. Aldemir Barros da. **Aldeando Sentidos: Os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano.** (Dissertação Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2007, pp. 17–18. (Grifo nosso.).

¹⁸⁰Fizemos a opção de permanecer com a sigla que representa o nome da instituição na época – Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano.

¹⁸¹Limitamos nossa análise aos três artigos fazem menção do elemento indígena por meio da dita condição linguística.

do Instituto Histórico. Ele [indígena] aparece por via de seu passado e não por via de sua atualidade. [...] Vai para condição arqueológica, [...] Vai para condição linguística [...] Ou para breves anotações incrustadas na idéia de povoamento, no que é imerso na história branca, [...] ¹⁸²

Talvez Almeida seja quem primeiro considerou e difundiu a ideia de que o “*Decreto de 1872*”¹⁸³ seria a marca da influência do poder estatal sobre a historiografia local da qual Hélio e Silva Junior fizeram uso. No entanto, em seu *Memorial biográfico de Vicente de Paula, Capitão de Todas as Matas: Guerrilha e Sociedade Alternativa na Mata Alagoana*– (2008) Almeida referindo-se acerca historiografia produzida pelo IHGAL chega à seguinte conclusão,

A construção desse tipo de historiografia vai destacar elementos para que a sociedade se demonstrasse perfeita e acabada; é uma forma aparentemente ingênua de celebrar o triunfo do poder. Daí argumentar o herói nas entrelinhas, mesmo quando se dedicava a falar do anti-heroico e, nisso, até mesmo os vilões da trama construída carregavam a aura do mando. Desse modo, a historiografia seria tão seletiva quando o próprio poder era; e sentia-se livre para fazer-se sem o conjunto da massa humilde; imputava-se sobre esta massa (ao aparecer menção) e retirava-se, então, qualquer referência de identidade política. ¹⁸⁴

Desse modo não se faria necessário à existência de um ato legal, já que, independentemente do qualquer decreto o caráter elitista, sectário e “despolitizador” desse *fazer* historiográfico local justificaria sua produção discursiva, sendo assim, livre dos reflexos legais do Estado.

Anos antes desse debate, Dirceu Lindoso em sua obra *A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real*– (1983) a partir de outra perspectiva contribui para o debate. Ao posicionando-se contra uma vertente historiográfica do

¹⁸²ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). **Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999, pp. 17 –18.

¹⁸³O uso dessa expressão se dá porque o decreto é oficializado no ano de 1872. Ver: Relatório do Presidente da Província de Alagoas Luiz Rômulo Perez de Moreno. Maceió, 22 de dezembro de 1972. Typographia Commercial de Antônio José da Costa. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). Idem, 1999, pp.78 – 79.

¹⁸⁴ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, Capitão de Todas as Matas: Guerrilha e Sociedade Alternativa na Mata Alagoana**. Maceió, EDUFAL, 2008, p.25.

Império, fazendo uso de parte do discurso do assim chamado “*mestre da História geral do Brasil*”¹⁸⁵ para denunciá-lo:

[...] o índio desse discurso etnográfico estamental não é o índio real da época, mas o índio histórico dos cronistas e escrivinhadores da época colonial. [...] o índio do Varnhagen é um índio visto a distância, onde prevalecem as condições da escrita estamental[...] É um discurso explícito que oculta, por elipse, um discurso histórico simétrico, justificatório da nacionalidade recente estabelecida com a implantação do Império sesmeiro-escravista¹⁸⁶.

Lindoso oferece duas questões que nos vem ao caso: a primeira é a defasagem das fontes com relação aos diversos processos sócio-históricos vivenciados pelos povos indígenas, que poderia causar problemas à compreensão do atual estado daquelas populações; segunda é a construção da nacionalidade, por meio de uma escrita, enquanto projeto político resultado e promovido pela implantação do Império sesmeiro-escravista.

Desta feita, espera-se fazer compreender que o caráter historiográfico inerente à produção desses textos, assim como, a representação dos indígenas é se esclarece se debruçarmos sobre a questão da construção e identificação de um espaço nacional (o Brasil) e local (Alagoas), imaginário e coletivo¹⁸⁷, elaborado e sedimentado a partir de práticas teórico-metodológicas específicas para manutenção do *status quo*.

Entende-se que por meio do decreto de 1872 o Estado estaria dando continuidade aos processos de destruição de vidas e culturas indígenas efetivamente. E por meio da historiografia estaria promovendo, entre outras coisas, a construção discursiva de estereótipos sobre esses mesmos povos. Em síntese: conseguinte a destruição efetiva se promoveu a construção de uma categoria histórica, genérica, generalizante e defasada: o “índio”. A nosso ver, apesar desses movimentos não se influenciarem, ambos são variantes processuais da relação histórica entre os povos indígenas e o Estado Imperial.

¹⁸⁵RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008, pp. 151 –173.

¹⁸⁶LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, pp. 212 – 213. (Grifo nosso.).

¹⁸⁷ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

Índios raça

“Les Langues Sont Pour Les Ages Prehistoriques Ce Que Sont Les Fossiles Pour Les Ages Antidiluvienes.”¹⁸⁸E.LITTRÉ¹⁸⁹

“Aos cuidados dos primeiros observadores são devidas as acanhadas noções de uma lingua, desbotada por acontecimentos estranhos e quasi perdida pela incuria”¹⁹⁰.

As passagens acima salientam questões a serem desenvolvidas: a influência europeia no *fazer* historiográfico local percebida na referência ao discípulo do “pai do pensamento positivista”, August Comte. Transparecendo de forma indiciária a apropriação de expressões de cunho científico e bíblico, *pre historiques* e *antidiluvienes*, correspondentes aos debates travados na época entre monogenistas e poligenistas¹⁹¹; e a crítica ao que, segundo Dias Cabral, corresponde à situação dos trabalhos acerca de temas nacionais.

Portanto partimos da adoção de propostas temáticas e metodológicas reinantes na época, considerando a possível precariedade de condições materiais a realização do *fazer* historiográfico local, deste modo, observamos como os saberes são recebidos e adaptados as peculiaridades locais.

Observemos por onde essa escrita se articula, quais interesses motivam seu percurso, ao passo que constitui e institui sua legitimidade. Tomemos um caminho abrangente em articulações, quase genealógico e totalizante, pois:

As semelhanças com o modelo francês parecem bastante evidentes: da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em

¹⁸⁸Tradução: [As línguas são para as idades pré-históricas o que os fosséis são para as idades antediluvianas.]. Citação encontrada no *caput* do texto de Dias Cabral.

¹⁸⁹Filosofo e lexicógrafo francês, divulgador do pensamento de Augusto Conte. Disponível In: https://fr.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile_Littr%C3%A9. Acessado em 10/08/15.

¹⁹⁰RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876p. 203.

¹⁹¹SCHWARCZ, Lilia Moritz. Idem, pp. 48 - 66.

Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias. Integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira¹⁹².

A influência das academias francesas na operação historiográfica do século XIX faz que tal articulação possa ser entendida como parte de processos de formalização da História, enquanto campo de saber, vivenciado na Europa¹⁹³ que chega ao Império Brasileiro¹⁹⁴. Demonstrando que questões teórico-metodológicas terão função decisiva na sedimentação da História enquanto ciência e na utilização da mesma para vestir a nação sobre o Estado, sendo capaz de arquitetar uma *forma* de escrita para criar historicamente o Brasil, como no caso da França¹⁹⁵.

A mentalidade desses artífices é questão considerável. Notasse nas entrelinhas, em meio à erudição, que existia para esses homens a sensação de estarem incumbidos de um dever moral para com a pátria e a ciência.

Ha-de o estudo salvar tudo isto, enchendo o desprovido mealheiro, para que não continue o clamor a acusar o desbaralo da opulencia patria. E' ingrato o trabalho; não importa: a diiliculdade é que estimula a fé. Ao futuro pertence o julgamento - se foi acerto mutilar uma raça; se obra meritória pôr em relevo apagadas lembranças que estreitam os vinculos da união dos que cá nascemos. **Seja ou não indiferente ao Estado a pesquisa que serve de base a regeneração dos condemmados, deve a arte soccorrer a sciencia, a linguagem explicar a historia, para que o ouro da nacionalidade não o deturpe o enxurro de paixões mesquinhas.**¹⁹⁶

A “recuperação” e “preservação” desse conhecimento histórico atesta uma “missão de salvamento” em favor dos símbolos nacionais que diante da dita indiferença dos demais deveria ser realizada. Pessimismo que, em certo sentido, pode ser entendido

¹⁹²GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de Uma História Nacional.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988, p. 8. (Grifo nosso.).

¹⁹³WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX.** São Paulo, EDUSP, 2008.

¹⁹⁴REIS, José Carlos. **A História, Entre a Filosofia e a Ciência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

¹⁹⁵HARTOG, François. **O Século XIX e a História: O Caso Fustel de Coulanges.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

¹⁹⁶RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 206.

enquanto tentativa da afirmação destes letrados sobre os demais, pois ao criticar os “*outros*”, estes, por consequência se afirmam enquanto *homens ilustres* demonstrando suas virtudes.

Transparece que no contexto social provincial alagoano a formalização do Estado, à construção da nacionalidade e a formação de um corpo letrado estariam em articulação. Questão que permite observar o *fazer* historiográfico “dentro” e “fora” dos ditames e necessidades políticas do período. Tomemos como exemplo a filologia, instrumento interpretativo utilizado no *métier* de historiadores¹⁹⁷, literatos e pesquisadores europeus desde meados do século XVIII ao início do XIX¹⁹⁸.

Algo que, sem muito exame, deve ter se tornado uma tendência a ser realizada dentro dos Institutos Históricos. Ao menos é o que faz entender Theodoro Sampaio, nas afirmações de *O Tupi na Geographia Nacional. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*(1901):

Não é novo, antes, pelo contrário muito frequentemente debatido é o objecto do presente estudo. Sobra-lhe, porém, interesse histórico, exalça-o notavelmente o valor que assume na geographia nacional e, sobretudo, o recommenda a attenção sympathica que sempre logrou despertar no nosso meio litterario”. [...] **“Já ninguém desconhece o valor da philologia nos estudos históricos, a qual, como é sabido, explicou as migrações dos povos, anteriores a qualquer, tradição oral ou escripta.**¹⁹⁹

Theodoro menciona uma série de trabalhos com a mesma temática anteriores ao seu, inserindo como baliza temporal para início dessas primeiras divulgações acerca das línguas indígenas a publicação do “[...] Dr. Francisco Freire Allemão, em uma Memoria, publicada no Instituto Historico (tomo 45, pag. 351) em 1850, [que] tractou do assumpto

¹⁹⁷HARTOG, François. **O Século XIX e a História:** O Caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p.106.

¹⁹⁸SAID, Edward W. **Orientalismo:** O Oriente Como Invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 188 – 202.

¹⁹⁹SAMPAIO, Theodoro. 1901. **O Tupi na Geographia Nacional. Memoria Lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo.** São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. In: Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi, Acesso em: 19/04/2014, pp.3 – 4. (Grifo nosso).

sobe o título: <<*Questões Propostas Sobre Alguns Vocabulos da Lingua Geral Brasileira*>>²⁰⁰.

Logo, o primeiro dispositivo ideológico a serviço da ordem e dos poderes refere-se à presença da “língua indígena” na província, podendo ser inserido no conjunto de trabalhos que vai de Freire Allemão (1850) à Sampaio (1901), estabelecendo uma delimitação para compressão dos eventos que incidem sobre a elaboração das publicações.

Outra contribuição do texto deste associado ao IHGSP é a evidencia do diálogo com Francisco Freire Allemão, sócio do IHGB²⁰¹flexibilizando a noção acerca das rivalidades entre esses Institutos²⁰². Apontando a importância de uma micro-análise para se demonstrar que as relações e circularidades entre trabalhos publicados no país poderiam extrapolar as rivalidades locais e institucionais²⁰³.

Percebe-se que o diálogo estabelecido entre o IAGAL e interlocutores nacionais e internacionais toma posição significativa na análise de seus trabalhos. Um deles é Francisco Adolfo de Varnhagen, que apresentou em 1º de Agosto de 1840no IHGB um primeiro trabalho *sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do brasil*. Onde se dizia:

Os que se inclinarem ao Francez possuirão uma lingua util na sociedade: quem preferir a vida maritima e comercial terá vantagens no Inglez; a lingua allemã esclarecerá o espirito com a sua filosofia, e offerecerá escriptos classicos pouco conhecidos a respeito do Brasil; **e as línguas indígenas permitirão ás ordens religiosas desempenhar a sua missão, e servirão de grande auxilio ao litterato que se occupar em litterarias para bem da patria, alimentando o espirito de nacionalidade, que na juduciosa opinião do Americano Ellery Channing é a litteratura nacional a primeira base para se firmar a independencia e integridade das nações.**²⁰⁴

²⁰⁰SAMPAIO, Theodoro. Idem, pp.5 – 9.

²⁰¹MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas, (tese de Livre-docência), 2001. Capítulo 7: Entre o Gabinete e o Sertão, p. 148. Monteiro demonstra que Francisco Freire Allemão é sócio do IHGB.

²⁰²Em seu importante trabalho acerca da questão racial no Brasil Schwarcz ao analisar as duas instituições aponta para a rivalidade entre ambas instituições. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Idem, p.126.

²⁰³GINZBURG, Carlos. **O Queijo e os Vermes**: O cotidiano e as Ideias de Um Moleiro Perseguido Pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p.86.

²⁰⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfe de. **Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do brasil**. In RIHGB, Rio de Janeiro, 1860, p.59.

Em um de suas primeiras publicações Dias Cabral dirá: “Em 1611 não era insignificante o núcleo de sua população, pois no mapa da razão de estado acha-se a Lagoa do Norte designada como villa, segundo a verificação do sr. Varnhagem inserida em seu livro sobre a luta holandesa no Brasil”²⁰⁵. Demonstrando o diálogo entre esses autores. Permitindo-nos pensar a possível influência de Varnhagem sobre o pensamento de Dias Cabral e dos demais autores como motivador do estudo das ditas línguas indígenas. Embora se saiba, que:

Advogando posturas coercitivas e violentas no trato dos aborígenes, Varnhagen nadou na contramão de uma das convenções estabelecidas pelo IHGB sobre a questão: uma visão filantrópica que apregoava a utilização de meios brandos como maneira de chamá-los aos cômodos da civilização.²⁰⁶

O diálogo com político-teórica uma vertente perigosa ao futuro das populações indígenas denota duas possibilidades: o desconhecimento dos autores, possivelmente causado pela dita precariedade científico-cultural da província, com relação à polêmica discussão envolvendo declarações de Varnhagem²⁰⁷, após a publicação da primeira *História Geral do Brasil*; ou a concordância direta com a vertente pessimista sobre o futuro das populações ameríndias, provocadas, por exemplo, pelo pensamento científico racial europeu de época.

Em seu *Ensaio Acerca da Significação de Alguns Termos da Língua Tupy Conservados na Geografia das Alagoas* o diálogo com a produção internacional é reforçado, dizendo: “Não morrem as línguas, disse Villemain, e se conservam quer pela comunicação dos espíritos quer pela isolação”²⁰⁸. Ao que parece Dias Cabral se refere ao escritor e político do Estado Francês, Abel-François Villemain²⁰⁹.

²⁰⁵RIAGAL, nº II, Ano: 1873, pp. 8 – 11.

²⁰⁶DORIGUELLO JÚNIOR, César Augusto. **Os Indígenas nas Páginas da Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Assis, 2008.

²⁰⁷PUNTONI, Pedro. **O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo: O Índigena e o Indianismo Perante a Historiografia Brasileira**. In: JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

²⁰⁸RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p.203.

²⁰⁹Disponível In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abel-Fran%C3%A7ois_Villemain Acesso em: 28/04/13.

Em *Observações Sobre A Língua Tupy Pelo Snr. José Alexandre Passos*, se realiza uma compilação linguística onde os subtítulos do texto revelam fontes e interlocutores. Por exemplo, os *nomes extraídos do vocabulário que vem no fim do dicionário português de D. José de Lacerda*²¹⁰ e o *Dicionário da Língua Tupy*–(1858) de Gonçalves Dias. A provável apropriação da obra deste último autor identifica como os povos indígenas eram visibilizados.

Gonçalves Dias terá uma série de publicações de caráter linguístico e etnográfico de repercussão nacional, as quais defendiam a inferioridade dos indígenas e “profetizavam” o desaparecimento dos mesmos²¹¹. Algo que o próprio estado de coisas provaria o contrário, mas que apesar disto, vem sendo reproduzido até os dias de hoje, por meio do ensino público escolar, onde o livro didático faz uso da chamada “narrativa da destruição”²¹².

Há outro trabalho utilizado na seguinte passagem, “alguns autores consideram uma só língua geral desde o Paraguai até ao Amazonas e o snr. conselheiro José de Alencar no seu romance *O Guarany* (historia de um índio na província do Rio de Janeiro) mostra que é desta opinião.”²¹³ Durante o período Imperial a produção etnográfica estará muito próxima da literatura nacional²¹⁴, por isso, a autoridade conferida à obra *O Guarani* deve ser compreendida nos devidos termos:

[...] Se o indianismo romântico marchava ao lado dos progressos da ciência histórica, isto significava que seus partidários dividiam o exercício de sua imaginação com o da leitura metódica dos cronistas e da documentação sobre nosso passado colonial. Porque era aí que estavam seus personagens. Jamais os índios vivos, presentes. Nesse sentido, podemos dizer que o indianismo propriamente literário alimentava (e era alimentado por) um indianismo “etno-histórico”.²¹⁵

²¹⁰ Quanto ao mesmo não foi encontrada referência.

²¹¹ PEREIRA, Iuri Bauler. **Escrita e Oralidade na Língua Tupi na Obra Etnográfica de Antônio Gonçalves Dias**. Trabalho Apresentado no Encontro Regional da ANPUH-RIO, Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Onde o autor dedica-se ao caráter linguístico.

²¹² MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A Representação Sobre os Índios nos livros Didáticos de História do Brasil**. João Pessoa, 2006. (Dissertação de Mestrado em História). BARBOSA, Felipe. TAYSA KAWANNY, Ferreira Santos. FERREIRA, G. G. **Uma Reflexão Sobre o Ensino da História e da Cultura Indígena em Sala de Aula**. Maceió, PSIC - Cesmac, 2012.

²¹³ RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 200.

²¹⁴ MONTEIRO, John Manuel. Idem, p.171.

²¹⁵ PUNTONI, Pedro. **O Sr. Varnhagen eo Patriotismo Caboclo: O Índigena eo Indianismo Perante a Historiografia Brasileira**. In: JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p.635.

Na hipótese que os três autores não tiveram contato direto com os povos indígenas da província ou com qualquer documentação oficial referente aos mesmos, restava-lhes informações elaboradas por literatos, a exemplo das citadas acima, e viajantes estrangeiros, como a citada abaixo, por Dias Cabral: “**Juquiá**: Também é nome de um peixe d'agua doce, segundo Gabriel Soares em seu roteiro do Brazil”²¹⁶. Obtidas a partir do *Tratado Descritivo do Brasil de 1587*, de Gabriel Soares de Souza. Onde se afirma: “Juquiás chamam os índios a outros peixes da feição dos safios da Espanha, mais pequenos; os quais se tomam às mãos, entre as pedras; o qual peixe não tem escama, e é mui saboroso”²¹⁷.

Essas fontes poderiam ser obtidas por meio dos *oferecimentos* ou através de viagens realizadas pelos sócios, questão relevante, pois a busca por produções diretamente ou indiretamente ligadas as questões pesquisadas enunciaria os anseios em relação à falta, fornecendo informações acerca das condições de pesquisas.

José Alexandre Passos, em viagem a capital do Império, relata sua experiência:

Muito tenho desejado emitir minha fraca opinião acerca de alguns nomes da lingua tupy que existem nesta provincia; **mas a falta de um diccionario completo, onde podesse encontrar a explicação de todos os nomes d'aquella lingua, me tem privado de satisfazer o meu desejo.** Alguns vocabularios que tenho visto são deficientes. **Procurei com diligencia no Rio de Janeiro esse diccionario completo, e ninguem d'elle me deu noticia. Alguns escriptos que apparecem explicando nomes da lingua tupy não são mais do que ensaios devidos á boa vontade de alguns brasileiros em dizerem seu modo de pensar acerca de cousas pátrias.**²¹⁸

Apesar da dita dificuldade material, Alexandre Passos não menciona, em seu trabalho, alguma referência ao IHGB, óbvio espaço de pesquisa. Parece-nos que as limitadas condições de pesquisa se impuseram sobre os membros da agremiação alagoana gerando particularidades em relação a suas produções.

²¹⁶RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 204. Fotogramas: Pasta: 1872-1901 > 001 > Fotos: 0177.

²¹⁷SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>. p. 296.

²¹⁸RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 199. (Grifo nosso).

Concluiu-se após a análise externa que ao publicarem seus textos esses letrados enunciavam indiretamente suas sociabilidades. Este processo demonstrar que tais elaborações não estavam fechadas em si mesmas ou ligadas a uma produção local, mas sim, conectada a toda uma rede de obras que atuavam como suporte prático-teórico orientando suas reflexões, sugerindo uma forma de alinhamento com um tipo específico produção da época, mas por outro lado, revelava em que aspectos essa escrita se distinguiu das operações usuais do período criando algo particular.

Continuando...

“Á exemplo destes, tambem vou timidamente dizer perante este venerando e douto instituto o que me parece acerca de alguns nomes da lingua indigena brasileira.”²¹⁹

Após constatarmos o que esta “por fora”, o geral, e passemos as articulações contidas no que está “por dentro”, o particular, analisando diretamente o que se refere aos povos indígenas. Em *Origem de Alguns Nomes Patronimicos da Provincia das Alagoas Memoria Pelo Dr. João Severiano da Fonseca*²²⁰ encontramos uma particularidade, diferente de seus pares, o autor não mencionou motivações pátrias ou informações acerca dos indígenas, tratando somente em breves dizeres, de dúvidas ou comentários referentes às verbetes.

Na busca por nomes patronímicos, Fonseca reúne verbetes atribuindo-lhes distintas origens, como africana; “**Quitunde**, povoado, vem de quetanda, feira em **língua Bunda**. [...] **Quebrangulo** – vem de quiabongolóla, reunião, coisa ajuntada – palavra procedente de ocubongolola, reunião, confederação na **língua Bunda**. [...]”²²¹

²¹⁹RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, pp.197 – 199.

²²⁰Os textos estão publicados In: RIAGAL de nº VIII, Maceió, 1876, mas produzidos em datas diferentes. 15 de julho de 1873, “**Ensaio Acerca da Significação de Alguns Termos da Língua Tupy Conservados na Geografia das Alagoas**. J. F. Dias Cabral ”; 11 de abril de 1874, “**Observações Sobre a Língua Tupy**. José Alexandre Passos”; Março de 1874, “**Origem de Alguns nomes Patronimicos da Provincia das Alagoas**. João Severiano Da Fonseca”.

²²¹RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p.198.

E a indígena “**Cotinguiba** – povoado – Erra Gonçalves Dias (dice. da **lingua tupy**) dizendo que vem de coting vela e iba –arvore, pau, mato: mastro de vela.Vela é çoting e não coting e então se pronunciaria çotinguiba. ”²²²

Muitos pesquisadores do século XIX baseavam-se numa espécie de “coleccionismo”, para tal, faziam uso de observações, coleta de informações/dados e classificações.²²³E certamente Severino Fonseca, Dias Cabral e João Passos são quem primeiro empreendem uma “catalogação” acerca destes nomes contidos na geografia provincial.

“O coleccionismo do século XIX orientava-se pela certeza da extinção iminente das populações nativas das Américas e pela conseqüente necessidade de registro sistemático de uma etapa da história da humanidade assimilada ao estágio de natureza. ”²²⁴É através dessa concepção “prático-científica” que identificamos a que corrente de pensamento e implicações político-ideológicas essas publicações estão subordinadas.

Por meio de diversas práticas, parte da intelectualidade oitocentista e a política indigenista elaborada pelo Império faram uso da dicotomia *Tupi x Tapuia*, modelo dicotômico de classificação que remonta ao período colonial, que inclusive relacionará a ideia de raça a de nação nos debates sobre as origens da nacionalidade²²⁵, no entanto, como seriam esses modelos de representação e qual destes interessou a estes autores?

Para fins práticos, os índios se subdividem, no século XIX, em “bravos” e “domésticos ou mansos”, terminologia que não deixa dúvidas quanto à idéia subjacente de animalidade e de errância. [...] **Há primeiro, o Tupi e Guarani, já então virtualmente ou extintos ou supostamente assimilados, que figuram por excelência na autoimagem que o Brasil faz de si mesmo. [...] A segunda categoria é o genericamente chamado Botocudo. [...] Sua reputação é de indomável ferocidade. [...]** coincidência ou não, os Botocudos são Tapuias, [...]²²⁶

²²²RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p.197.

²²³OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Idem, p.94.

²²⁴AMOROSO, Marta. **Crânios e Cachaça: Coleções Ameríndias e Exposições no Século XIX**. Revista de História, nº. 154, jun, 2006, pp. 119-150,USP. Disponível In: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022043006>. Acessado em 10/09/14.

²²⁵KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: Etnografia do IHGB Entre as Décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, pp. 107 – 124.

MONTEIRO, John Manuel. Idem, p.171.

²²⁶CUNHA, Manuel Carneiro da, Idem, p.136.(Grifo nosso).

Assim, por meio de seu representante, similarmente aos demais institutos, o IAGAL fez escolha do idioma tupi como referencial para contribuir com os estudos da língua nacional, mas por outro lado, contribuiu para sedimentação de uma categoria romantizada: o “índio” Tupi-Guarani. Simultaneamente excluindo, via produção ideológica, a possibilidade do reconhecimento da multiplicidade e diversidade destes povos.

No *Ensaio Acerca da Significação de Alguns Termos da Língua Tupy Conservados na Geografia das Alagoas Memoria por J. F. Dias Cabral*, elaborado pelo evolucionista alagoano²²⁷ pratica-se uma argumentação de certo modo tanto esperada. Desenvolve-se a ideia de superioridade da cultura branca em detrimento das culturas pertencentes aos povos indígenas.

Na tentativa sutil de sugerir compreensão do leitor um suposto estado de errância inerente aos povos indígenas.

As desavenças cruentas que separaram a valente raça que do norte veio derramar-se no litoral do nosso território, **a luta de externimio entre os tupys e tapuyas em tudo contrarios, as oscillações do predomínio de diversos povos conquistadores, haviam de modificar as expressões de gente bravia, que no jugo perderia seus usos, sem podel-os impôr á extranhos nas mingoadas relações em que primaria a importancia da parte a mais culta.**²²⁸

Justificando que a tal condição se seguiu a dominação que, por sua vez, resultou naturalmente na crescente perda e desvalorização do próprio idioma em face da suposta cultura “mais elevada”, a européia.

O discurso da inferioridade é narrado desconsiderando a amplitude das relações sócio-históricas estabelecidas entre europeus e esses povos. Deste modo, as ações indígenas são narradas em um enredo semelhantemente a uma tragédia romântica, digna do apreço do autor.

²²⁷Lindoso, Dirceu. **Representação Social na Escrita da Cultura Alagoana no Século XIX**, In: Rocha, José Maria Tenório. **Cadernos de Cultura - 2**. Maceió, Secretaria – Secult, 1985, p.67.

²²⁸**RIAGAL**, nº VIII, Maceió, 1876, p. 203. (Grifo nosso).

Embora tenham as circunstâncias da invasão e deleixo alterado e amesquinhado o vocabulário típico, é tempo de reunir o que por aí anda a usmo e se nisto não transparecer o reclamo do patriotismo, manifeste-se a *sympathia* ao carácter **d'quelles que preferiram exilar-se com a liberdade a permanecer no lar manchado pela servidão.**²²⁹

Essa elaboração textual, não menciona o termo usual “descoberta” e sim invasão, sutileza retórica, pois a suposta crítica às ações dos invasores não é dirigida ao lugar onde, por imposições econômicas e político-ideológicas, estão ocorrendo à expropriação de terras, a eliminação de vidas e culturas, mas sim a um passado longínquo, onde não se se questiona as bases desse processo em curso. Sob essas condições a “crítica” não apresenta riscos ao presente, nem benefícios aos indígenas.

A análise interna desses textos demonstra que os mesmos compactam com as chamadas, *políticas simbólicas*²³⁰, “[...] conjunto de dispositivos e ações colocadas em prática pelas autoridades públicas para fabricar uma imagem idealizada e consensual da ordem nacional e proceder ao mesmo tempo uma autolegitimação do poder”²³¹. Deste modo, os “índios” ganham espaço no campo historiográfico, para em seguida, desaparecerem ou evidenciarem seu futuro desaparecimento, caracterizando um fratricídio tranquilizador²³² em favor da nação, restando-lhes apenas um lugar na memória coletiva dos cidadãos²³³, a revelia dos processos vivenciados por essas populações até os dias de hoje.

Concluisse que a historiografia local por meio do *fazer* desses letrados, desenvolveu e reproduziu, em articulação com os processos de afirmação do Estado e criação de uma *história oficial*, discursos para criação e aplicação designativa de um estereótipo sobre diversos povos indígenas. Entretanto, falta-nos discorrer sobre como essa produção reverbera para construção do espaço provincial.

²²⁹RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 203. (Grifo nosso).

²³⁰MICHEL, Johann. **Podemos Falar de uma Política do Esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, nº. 3, ago. – nov. 2010, p.14.

²³¹MICHEL, Johann. **Podemos Falar de uma Política do Esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, nº. 3, ago. – nov. 2010, p.14

²³²ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp.171 – 177.

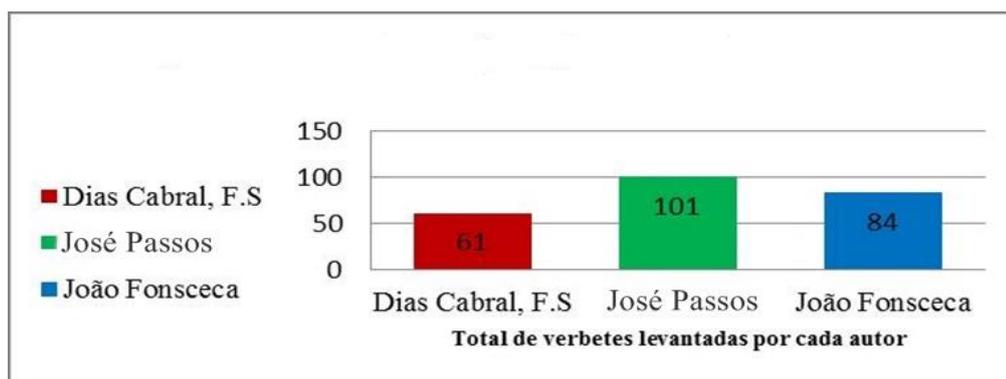
²³³HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo, Centauro, 2003.

Se não se tem certeza, o que se tem então?!

“Vão os nomes segundo a ordem alfabética e pronúncia de hoje, seguindo-se a decomposição dos termos e logo a aceção tanto exacta como presumida.”²³⁴.

Após elaborarmos considerações a respeito dos processos de (des)alinhamento temático e metodológico, aprofundemos naquilo que seria os resultados de uma realização filológica, etnográfica e/ou histórica local. Diante do que foi coletado e catalogado encontramos os seguintes dados:

Gráfico 4 – Número de verbetes de origem indígena contidas na província elencadas por cada autor:



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor da dissertação, 2015.

Contabilizamos aproximadamente duzentos e quarenta e seis verbetes, os quais talvez compoñam convencionalmente o léxico da língua portuguesa. Entretanto, os números em si não oferecem grandes informações. Neste momento algumas provocações serão oportunas, por exemplo: quais critérios garantiriam autenticidade a essa classificação ou como a validade dessa classificação garantiria legitimidade político-ideológica quando relacionadas a outras questões?

A primeira provocação causaria transtorno a nossa reflexão, contraditoriamente os textos apresentam argumentos que desvalidam quaisquer critérios de autenticidade científica, por repetidas vezes, de “forma indireta” em suas explicações:

²³⁴RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 204.

Muitos nomes desta lingua tem sido corrompidos pelos portuguezes, já mudando a dos pelos portuguezes, já mudando a desinencia aguda *u* e *i* para *um* e *im*, como em *araticum*, *geremum*, em vez de *araticú*, *gerimú*, *camboim*, *camurim*, *mandim*, *maruim*, em vez de *cambohy*, *camury*, *mandy*. *maruhyoumeruhy* (mosquito); já invertendo ou alterando os sons vogaes ou consoantes, s as vezes as syllabas, como no nome *pitú*, em vez de *poty* (camarão), e as vezes se diz *pitú assú* (camarão grande): *Paranabuca* foi alterado para *Pernambuco*, assim como *Pirassinunga* para *Persinunga*, *Parana/nba* para *Parnahiba*, *capivara*, *piassava*, em vez de *capibara*, *piassaba*, (o 2º pouco usado na fôrma alterada); as vezes supprimindo vogaes, como em *caju*, *cajá*, *peba*, *nambu*, em vez de *acaju*, *acajá*, *ipeba*, *inambu*.²³⁵

Ou mesmo de “forma direta” em suas reflexões: “Attentas estas alterações, difficil se torna dar precisamenle a etymologia de alguns nomes indigenas; e quase tudo o que á este respeito se póde dizer vem a ser conjecturas”²³⁶. Essa constatação é fortalecida ao percebemos que o querer desses sujeitos é a busca por um referencial cultural – o idioma – em estado puro, em síntese: na visão desses pesquisadores os elementos referenciais de uma cultura são entendidos enquanto objetos estáticos.

A incompreensão do caráter dinâmico do que se está pesquisando gera dúvidas e imprecisões, transparecendo em todos os trabalhos, a exemplo:

Cajuhipe - cájù e ipe: lugar onde abundam os cajùs. Chitro á? serra - de seri-uruá: conclta de seri? Exú ou Eixú - serra - E' corrupção de eirú - especie de abelha pequena descripta por Pisão, liv. 2º 112. Virá de Dzú - agoa - no dialecto Gês? ou - de ay xuú morder ? Mart. glossario. Gurganema rio – será Curupanema? De cururú - sapo e inema - podre? Procederá tambem - de carucaba, panema – garganta vasia, de cororong acanhema - roncar dormindo, assustado, pesadelo, de coruru anama - pai do sapo ou de cororong - anhenhe - dormir logo? Cumpre elucidar.²³⁷

Repensemos a proposta inicial desses autores, o que estes autores pretenderam realizar? Segundo Dias Cabral, “Foi sempre o estudo das línguas o recurso supremo ás

²³⁵RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 200. (Grifo nosso).

²³⁶RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 200. (Grifo nosso).

²³⁷RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 198. (Grifo nosso).

investigações que procuram lêr na lapida de uma geração sumida a inscrição que perpetua a vitalidade de uma epocha, a historia de uma raça”²³⁸. Ou seja, de certo modo, propõe-se a reconstrução de um passado por meio das línguas, mas seriam eles capazes de tal realização, já que as propostas de reconstrução de um passado histórico, por meio do uso de dados linguísticos revelam, reconhecidas, dificuldades até os dias de hoje?²³⁹ Sem esquecermo-nos das limitadas condições de pesquisa, agravante destacado anteriormente.

Deixemos, momentaneamente, de lado o que dizem os textos e busquemos o que estes podem revelar se tomados a contrapelo. Inicialmente, o porquê da escolha desta “língua nativa” advém do *status* atribuído ao Tupi²⁴⁰, pois à mesma é entendida enquanto transmissora de uma ancestralidade, um passado histórico, aquilo que restou e, que ainda pode ser salvo. Entretanto a quais interesses essa recuperação corrobora? Neste momento os textos “falam” mais acerca de quem os criou, do que propriamente aquilo que pretenderam informar. Desta perspectiva podemos responder a segunda indagação acerca da legitimidade político-ideológica que esses trabalhos projetam sobre outras questões.

Lembremo-nos do que Dirceu Lindoso chamou de “*geração de 1860*”, segundo ele, geração composta por intelectuais que em trabalhos distintos desenvolvem uma literatura acerca desse espaço desmembrado de Pernambuco²⁴¹. Portanto, quando se faz uso do passado indígena ou a alguma suposta referência a as línguas, essas realizações servem intrinsecamente aos interesses de um grupo e lugar, a partir do qual, se produz e reproduz idealizações acerca desse *espaço* paulatinamente e convencionalmente chamado Alagoas. Em síntese: se faz referência ao próprio instituto, a seus sócios e seu projeto de criar uma História para Alagoas. A elaboração dessa *escrita* retorna indispensavelmente a tal premissa.

²³⁸RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 202. (Grifo nosso).

²³⁹Urban, Greg, **A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil 2ª ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1998. pp. 87 - 102. Montserrat, Ruth Maria Fonini. **Línguas Indígenas no Brasil Contemporâneo**. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Org. **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. pp. 93 - 104.

²⁴⁰Sabe-se que os povos indígenas possuíam e possuem uma diversidade linguística eo Tupi é um tronco linguístico entre outros.

²⁴¹ROCHA, José Maria Tenório. Idem, p.87.

Daí a busca por elementos que suportem a construção de um sistema de identificação e classificação é essencial. É na defesa deste sistema que entenderemos a seguinte crítica:

Raro é o escriptor nacional que tratandode cousas de casa estaquediante do estranho som de um nome que designa o regato, a collina, o valle. a esplanada em que assentára a aldeia, o antro de refugio a perseguidos. Foge ligeiro a impressão e nella morre a traducção de um acidente local, a lembrança de um feito ignorado, o vestigio de uma catastrophe irreparavel; passam as gerações sem excavar o solo, como o caminhante que teme o arremesso da tempestade ou a investida insidiosa do Beduino no deserto.²⁴²

Por supostamente integrarem-se ao idioma, o que se pretende salvarnesses trabalhos são topônimos capazes de criar identificação e classificação topográfica ao espaço geográfico local, considerando-os elementos diacríticos na composição de um aspecto histórico relacionado à nação e a nacionalidade²⁴³.

O desdobramento deste processo de “salvamento” é a elaboração de um construto imaginário, político e discursivo, a partir do qual, é desenvolvido a construção das delimitações e descrições desse espaço a ser histórico-geográfico. Essa elaboração produz um *efeito de realidade* baseado na crença da “originalidade ancestral” desses verbetes, condição fundante no ato de nomear alguns municípios locais.

[...] podemos afirmar que **os fatores de natureza motivacional, mais recorrentes no ato de nomear municípios alagoanos por meio de nomes de étimo indígenas foram a vegetação do espaço (representada no léxico pelos fitotopônimos) e a hidrografia (representada no léxico pelos hidrotopônimos) da região a ser nomeada.** E, ainda, registramos outras características do ambiente natural como a constituição e forma do relevo local.²⁴⁴

²⁴²RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 203. (Grifo nosso).

²⁴³HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa, Mito e Realidade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 126.

²⁴⁴MELO, P. A. G. de. **Toponímia Indígena: Um Estudo Lexical dos Nomes de Municípios Alagoanos de Étimo Tupi.** In: VEREDAS FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências – V. 6, n. 1 – janeiro a junho de 2013. (Grifo nosso)

Cada um desses autores será artífice dessa elaboração, a começar por João Severiano da Fonseca que apesar de não dedicar-se singularmente aos ditos verbetes indígenas terá sua proposta relacionada à de seus companheiros por comungar o mesmo objetivo: a reunião de um apanhado de elementos históricos e culturais que achem uma formatação, um *lugar* para o espaço chamado Alagoas entre tantos outros. Utilizando nomes de rios:

Manguaba - lagoa - vem de mangaba, - fructo, ou do adverbio indae - como - que é da desinencia g-u-aba - do verbo a - ú - comer Mbae-g-u-aba: o que se come? Virá também o nome de Hanhagabahy: agoa coberta do passaro anhinga? Manaia - Serra, de mandaia ou mandaçaia - formiga. [...] **Maragogipe** - rio, vem de embaracajú - gato - pé, agoa: rio do gata. Miaú ou Miauhú - ilha - vem de ibi -terra, hy - agoa, jubaó - fugir: terra que sae d'agua. **Moxotó** - rio. Segundo Martius significa - cauda de boi: não sabemos, porém, qual o fundamento. **Mundahú** - rio, vem de manji - especie de peixe e a-uú. comer, ou de mondéo - armadilha. **Pajuçara** - lugar, voz hybrida, composta do portuguez, páu e de juçara. Parangaba, de paraná, iguá - bom e aba, homem. **Paripoeira** - rio, vem de hy; agoa, paba - tudo e a terminação portugueza - eira, tudo é agua: alagadiço, segundo Martius. Creio que vem de pira, peixe e pore salto, sendo corrupção de Pirapore.²⁴⁵

José Alexandre Passos usará nomes de municípios, povoados e rios:

Sómente observo que na comparação dos nomes **Coruripe** e **Jacuipe** ha idendidade da desinencia ipe, sendo os radicaes diferentes. Coruripe ou Cururipe precede de cururú - sapo, com a desinencia ipe; assim como **Jacuhipe** vem de Jacú - ave, com a desinencia ipe. Os que escrevem *Ipioca* laboram n'um engano, persuadidos dce que este era o nome dna povoação. O nome *ipiocas* só poderia ser applicado ao rio *ig* - agua, e pioca - o lugar rio de *Pioca*, mas o rio de Pioca chamase rio *Merim*. Alguns querem que o nome **Jacarassica** seja mudado para **Jacaréssica**, fundados no conjectura de ser derivado de jacaré e a desinencia - grude, mas a prudencia aconselha que nenhuma alteração se faça neste e outros nomes de rios ou lugares, cuja etymologia é duvidosa.²⁴⁶

²⁴⁵RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 198. (Grifo nosso).

²⁴⁶RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, p. 202. (Grifo nosso).

Dias Cabral fará uso dos mesmos elementos no delineamento da região,

Manguaba: mangaba ou mã-guabe - que tens para comer? Pertence esta tradução ao alludido doutor - em seu glossario brasiliense, e, embora sua autoridade, resta a duvida acerca da collocação da particula mã, que segundo as regras não se antepõe aos nomes. Marituba: marú ou mari Geoff. superba; tuba ou tygba - abundancia. Lugar de muito marú. **Massagueira:** moçaraigueira - bôbo. Merim: pequeno. **Mundahú:** muudé - cilada; U - rio. Rio da cilada ou tortuoso. Rio do mandi, segundo o snr. dr. Martius.²⁴⁷

A utilização da filologia por meio da interpretação de topônimos, assim como, a própria publicação desses trabalhos corresponde ao esforço em rastrear *origens*, mapear lugares, identificar significados simbólicos, como referencial de populações afastadas no tempo e, não as que por ventura existissem na província, a fim de convertê-los em discursos e por meio deles afirmar, ainda que inconsciente, à ideia de uma especificidade nacional, assim como, a criação de uma comunidade imaginária específica, a alagoana.

Construída a partir de procedimentos prático-operatórios sob influência de obras específicas da época, se apropriando e re-criando representações acerca das poluções indígenas em benefício das forças que permitiam sua existência, ou seja, o poder local institucionalizado essa *escrita* historiográfica, da década de 1870 no IAGAL, cumpriu a função de legitimar o *status quo* afirmando a ideia de nação por meio de sua contribuição a língua nacional.

Neste momento a instituição alagoana estaria efetivando a centralização historiográfica proposta pela instituição carioca, adequando-se a “proposta nacional” ao fazer uso da filologia como dispositivo ideológico, afirmando os interesses dos representantes do Estado em detrimento das populações indígenas. À exemplo da filologia “veremos” que a *arqueologia* foi um meio diferente para conquista de semelhante objetivo.

²⁴⁷RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876, pp. 204 – 205. (Grifo nosso).

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA ARQUEOLOGIA DE ALAGOAS: Surgimento e desenvolvimento da Arqueologia Local como premissa historiográfica

É possível identificar basicamente dois pressupostos teórico-metodológicos inerentes ao processo de realização de uma *história do Brasil* durante a formalização da historiografia a ser nacional do país. Estes farão parte de uma plataforma fundante e imanente, sobre a qual, todos os demais autores iram desenvolver suas construções narrativas.

O primeiro, elaborado pelo naturalista e etnógrafo Karl Friedrich Philipp von Martius²⁴⁸, dará conta das personagens contidas nessa narrativa a ser histórica: *índios, negros e europeus*. O segundo, desenvolvido pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos, estabelecerá três grandes períodos, balizas cronológicas que possibilitaria divisões e subdivisões no roteiro da trama oficial, o primeiro momento, anterior à presença portuguesa; o segundo, correspondente ao descobrimento e administração colonial; e o terceiro, concernente aos acontecimentos nacionais, o de independência²⁴⁹.

Tais pressupostos fazem parte do imaginário histórico social produzido por aqueles que se propunham a pensar e “reconstruir” a formação social desenvolvida em um espaço que agora se pretende nacional na tentativa de inseri-lo em uma história linear e universal. Ao que parece, é do encontro entre os primeiros personagens e o primeiro período histórico que irá emergir diversas questões acerca da produção arqueológica, pois a partir dessa concepção histórica, isso significava o esclarecimento das origens históricas dessa dita nação.

Seguindo as provocações de Benedict Anderson²⁵⁰, Edward Said²⁵¹ e John Langer²⁵² seria interessante uma análise aprofunda da linha evolutiva do surgimento dos

²⁴⁸GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001, p.127.

²⁴⁹KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: A Etnografia do IHGB Entre as Décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora FRIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p.66.

²⁵⁰ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp.226 – 255. Neste capítulo, analisando a criação do Estado colonial em regiões hoje entendidas como Ásia e África, Anderson procura demonstrar como paralelamente ao processo de dominação sob os territórios e populações no plano real, ocorria no plano ideológico, outra forma de dominação por meio da utilização de

museus pelo mundo durante o século XIX buscado observa o papel político-ideológico desempenhado por estes durante a criação e estabelecimento dos Estados Nacionais, por enquanto pode-se afirmar que os Institutos Históricos e Geográficos e demais Instituições de Estado terão de responder a por uma produção arqueológica e historiográfica a ser histórica.

Durante este período existiram três grandes museus espalhados pelo país: O Museu Real (1808), posteriormente chamado de Museu Nacional; o Museu Paranaense Emilio Goeldi (1866) e o Museu Paulista ou Museu do Ypiranga (1894), todos produzindo em maior parte trabalhos para área das ciências naturais²⁵³, já que a criação, formalização e afirmação da arqueologia enquanto campo de saber científico específico só estará consolidado na Europa e nas Américas um século depois.²⁵⁴

No IHGAL o termo “Arqueológico” esteve estampado em seu periódico, enquanto referência a sua produção a partir da edição de número I (1872) até a publicação do volume XV (1931)²⁵⁵, a fixação termo é por provável influência do IAHGP no momento de sua fundação, que em certo modo, obrigando-o a produzir e apresentar algo do gênero ao público. Contudo, o fluxo constante de publicações propriamente arqueológicas corresponderia à superação de diversos obstáculos, que a julgar pelo número de publicações do Instituto não foram superados.

É entre o *possível* e o *ideal* que encontramos a materialização dos processos constituintes da matriz do pensamento arqueológico a serviço do Império. Neste ponto de inflexão, inicialmente, “reconstruiremos” essas configurações em processo dentro do IAGAL a partir do estabelecimento de seu museu de arqueologia e, necessariamente, as articulações entre a arqueologia, os povos indígenas e a história.

museu, senso e mapas. Estes entendidos enquanto extensões do aparelho burocrático estatal durante a dominação dessas regiões.

²⁵¹Semelhante a Anderson, mas em outras condições, Edward Said utiliza-se da mesma ideia. In: SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

²⁵²LANGER, Johnni. **Ruínas e Mitos: A Arqueologia no Brasil Imperial**. (Tese Doutorado em História) UFPR. Curitiba, 2001. Neste trabalho, a hipótese central Langer, se concentra na utilização da Arqueologia pela monarquia brasileira, como auxiliar na construção simbólica da nação.

²⁵³SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil-1870 – 1930**. São Paulo, Cia das Letras, 1993, Cap. 3, pp.70 – 89.

²⁵⁴BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo, Editora Herder, 1972.

²⁵⁵RIAGAL, Volume: XV Ano LXIII. Ano: 1931.

O Museu ou Gabinete de Arqueologia do IAGAL

Meses após a inauguração do IAGAL, a 31 de Julho de 1872, Ladislau Netto naturalista integrante da comissão arqueológica do IHGB e diretor interino do Museu Nacional emitia a Dias Cabral os seguintes dizeres:

Illmo. Snr. Cumprindo uma promessa por mim he tempos feitas, não sei já se officiosa ou si officialmente, mas em todo o caso para auxiliar o desenvolvimento intellectual de nossa provincia, remetto nesta data ao Instituto Archeologico Alagoano varios objectos de Historia Natural, destinados ao novo Gabinete dessa Associação que melhores e mais numerosos espero os ira recebendo para o diante á medida que ao Conselho Administrativo do Museu Nacional sobrarem lazeres e duplicatas convenientes e apropriadas ao novo estabelecimento scientifico de Alagoas. Juncto segue o catalogo destes objectos que terão mais ampla e minunciosa classificação quando me for dado revel-os ahi, sendo provavel haver um outro engano ou descuido na determinação que levão, que somente as pressas poude ser feita. Ao Museu Nacional, assistindo a esperança de puder continuar a auxiliar o novo Gabinete de Historia Natural, fica são offerecer os membros do Instituto Alagoano. Deus Guarde a V. S.²⁵⁶

As cartas trocadas entre Dias Cabral e Ladislau Netto não só narram o histórico da relação entre esses dois amigos, como demonstram o início de um longo alinhamento teórico-metodológico e político-ideológico estabelecido entre o IAGAL, desde a criação de seu museu, com a principal instituição arqueológica do período imperial no desenvolvimento da produção arqueológica durante as últimas décadas do século XIX, ou seja, é mostra de como a matriz do pensamento arqueológico do período imperial é criada, aplicada, desenvolvida e reproduzida em outra instituição.

Entretanto, mesmo que o recebimento desses “objetos de história natural” indiciasse o mencionado alinhamento e pudesse “auxiliar o desenvolvimento intellectual” da província, tais artefatos provinham de outras regiões, em desconformidade com uma cláusula do estatuto que dizia: “7º – Procurar crear um museo de productos naturaes e artisticos afim de que se tornem conhecidos a riqueza e adiantamento da Provincia”²⁵⁷.

²⁵⁶RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.125.

²⁵⁷RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 1.

Tais oferecimentos encontrando-se à revelia desse e dos demais fins instituídos, pois enquanto objetos originários de outra província, não contribuíam para construção de um patrimônio arqueológico especificamente local.

No mesmo ano (1872), buscou-se fazer jus ao estatuto com a criação da *comissão de trabalhos históricos e arqueológicos* composta inicialmente por; “Thomaz do Bomfim Espindola, padre Antonio Procópio da Costa, agrimensor Manoel de Souza Braga, José Alexandrino Dias de Moura, Jacintho Paes de Mendonça Jaraguá e Roberto Calheiros do Mello”²⁵⁸, os quais seriam responsáveis por administrar esses assuntos. Tal comissão seria acompanhada da proposição de medidas junto ao poder público registradas na *ordem do dia*:

O snr. Olympio requereu que se solicitasse do governo da provincia uma copia do officio que o ex-presidente Moreira de Barros dirigio ao governo Imperial, dando noticia da existencia de certos caracteres gravados em rochas á margem do Rio do S. Francisco, ou alguns de seus, affluentes desta provincia; bem assim copia do que por ventura existir na secretaria acerca dos fósseis descobertos e remetidos para a côrte pelo fallecido dr. José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva.²⁵⁹

Essas iniciativas demonstram a preocupação em reunir e articular diversos materiais arqueológicos dispersos no tempo e espaço para garantir origem, formação e formato ao patrimônio arqueológico a ser originalmente provincial vindo a “auxiliar o novo Gabinete de Historia Natural” e, conseqüentemente a sedimentação da formação virtual e imaginária do território a ser historicamente alagoano.

Outra prática que corrobora para este processo são as “doações”, rastreamos alguns exemplos entre os *oferecimentos*, durante 1872 e 1873, registrasse: “pelo padre Getulio Vespasiano Augusto da Costa – alguns fragmentos de ossos fosseis encontrados nesta província”²⁶⁰, e “[...] pelo snr. capitão Alipio Coelho de Barros Lima – alguns ossos fosseis, achados em um Valle nos limites desta província com a freguesia do Bonito em Pernambuco; quatro pedaços de resinas fosseis e uma maxadinha de pedra –

²⁵⁸RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 27.

²⁵⁹RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 24.

²⁶⁰RIAGAL, nº I, Maceió, 1872, p. 25.

instrumento indígena.”²⁶¹ Além do potencial indiciário para realização de futuras escavações na região, a descrição das “doações” exemplifica o conhecimento e diversidade dos “achados” que serão reunidos, identificados e significados, ao mesmo tempo, permitindo a identificação e significação do espaço onde foram encontrados. Essa ambivalência é o mecanismo epistemológico que produz e reproduz ideologicamente a especificidade local, efetivando o papel no Instituto enquanto lugar autorizado e autorizador na produção de uma *Alagoas*.

O conjunto das discussões que tratam de “índios” e arqueologia, contida na RIHGAL, as quais refletem paralelamente o histórico de funcionamento de seu museu arqueológico não se resumem a doações. Articula-se a outros registros: *oferecimentos*, transcrições de ofícios, correspondências, discursos, coleções etnográficas e artigos. A variedade das formas e diversidade de conteúdo traduzem um mesmo aspecto político-ideológico e teórico-metodológico desenvolvido, reproduzido e sedimentado até os dias de hoje, responsável por um longo processo de destruição de vidas e culturas. Vejamos com esse conjunto de ideias e práticas se estruturam.

O Museu Arqueológico Alagoano e a Arqueologia Imperial: O alinhamento sócio-político

“[...] derrubando o proprietário os matagaes da chã da Cajazeira, afim de plantar semente de algodão, descobriram os trabalhadores, logo abaixo do solo, diversas fôrmas, umas grandes, outras pequenas, tendo algumas uma tampa em fôrma de tina.”²⁶²

Apesar da promoção de medidas, anteriormente mencionadas, a primeira e maior aquisição de material arqueológico obtido em uma escavação acompanhada pelo IAGAL foi descoberta por acaso. É o que nós faz entender Dias Cabral, mediante ofício, dirigido ao Museu Nacional por intermédio do ministério da agricultura, observado na citação acima.

Ocorrido em meados de 1873 e publicado em junho de 1875 na Revista de número VI tornando-se historicamente no primeiro trabalho que relata uma escavação arqueologia

²⁶¹RIAGAL, nº III, Maceió, 1874, p. 45.

²⁶²RIAGAL, nº VI, Junho, Maceió, 1875, p. 161.

sob a responsabilidade do IHGAL. A assim chamada *descoberta de Taquara* provocará grande repercussão. Registrada internamente, tomando todo o expediente como pauta na *Ordem do Dia* e, externamente, nas páginas do jornal *O liberal*:

“A ordem do Dia^{1ª} parte - apresentou o secretario perpetuo o seguinte requerimento: Tendo sido encontradas em terrenos do engenho Taquara, pertencente ao municipio de Anadia, **diversas talhas com a denominação de kiçabas ou içaçabas e outras cousas do uso domestico dos indigenas, segundo referiu a gazeta Liberal em seu n. 139 de 4 de julho deste anno, [1873] tendo agora o Instituto recebido o presente de quatro rodas de fuso d'ahi vindas; convindo figurem no museu as içaçabas e mais artefactos descobertos, senão em abono da instituição ao menos em proveito da ethnographia, requeiro: peça o Instituto aos socios correspondentes dr. Joao Francisco Duarte e professor Nicodemos do Souza Moreira Jubim procedão a pesquisas enviando as preciosidades que obtiverem, vindo tudo acompanhado - do succinto relatorio, devendo o Instituto auxiliar as despezas de condução. Posto em discussão foi approved sem contestação o requerimento.[...] **Nao havendo materia para a 2ª e 3ª partes da ordem do dia, addicionou o snr. presidente ao ponto de palestra ja apresentado os seguintes: tinham os indigenas algum direito estabelecido que regulasse a nomeação e successão de seus caciques? Possuão algum rudimento de codigo penal? Conhecião a propriedade e consagravão-lhe direito algum? A's horas do costume encrrada ficou a sessão.** Feligonio A. Jucundiano de Araujo, 2º secretario interino.”²⁶³**

E ainda nas “doações” dos dois sócios correspondentes envolvidos na descoberta, pois o Instituto recebera naquele ano de:

“[...] Duarte e professor Nicodemos um pequeno vaso dê argilla grosseira, fórmula conica, parecendo ter servido de cachimbo, uma peça do ornato lenticular parecendo arreçada ou pingente de collar, ambos estes objectos achados dentro de talhas no sitio Taquara, de Anadia. Declara o snr. presidente que todos os offerecimentos são recebidos com muito agrado.”²⁶⁴

²⁶³RIAGAL, nº IV, Junho Maceió, 1874, pp. 77 – 78.

²⁶⁴RIAGAL, nº IV, Maceió, 1874, p. 79.

Tal acontecimento tornará oportuno o pronunciamento presidencial de Roberto Calheiros de Melo, onde o mesmo destaca novamente o conhecimento e potencial arqueológico e paleontológico da província diante de antigas e possíveis descobertas.

“[...]As vastas planicies alluviaes do baixo S. Francisco encobrem em suas camadas seculares innumerous depositos fósseis de animaes de varias especies, muitas das quaes pertencem é fauna antiga. No museu da Côrte pára o esqueleto do famoso megatherium, achado nas immediações de Pão de Assucar no anno de 1855, e desenterrado sob a direcção do intelligente e estudioso dr. José Vieira Rodrigues de Carvalho Silva (de soudosa memorial) juiz de direito então da comarca do Penedo. Muitas outras petrificações osseas do animaes da classe dos peixes e reptis encontrão-se nos diversos lugares da provincia, ora á margem dos rios, ora nos luga e seccos e elevados.”²⁶⁵

Segundo Dias Cabral no *relatório dos trabalhos no anno de 1873*, este presidente do IAGAL chega a propor “[...] para thema de palestra diversas theses concernentes á organização social de nossos aborígenes”²⁶⁶. Afirmando interesse e incentivo acerca do assunto. De acordo com esse secretário percebe-se entre os *oferecimentos*, pela primeira vez, um aumento no fluxo de “doações” de objetos de uso indígena, assim como, a articulação com seu congênere o IHAGP.

“Obteve a archeologia ampla colheita, já de armas e moveis dos bugres do Paraná, já de rodas de fuso, fragmentos de um cachimbo, tudo de argilla, arrecada ou pingente de collar, objectos encontrados em igaçabas no sitio Taquara, municipio de Anadia. Foi o acaso o descobridor dessa maravilha, pois meados deste anno abrindo o snr. Luiz Antonio Gomes de Medeiros, proprietario da Taquara, sulco ás suas sementes patenteou o instrumento do trabalho uma renque de **dezenove fórmis, servindo urnas ás outras de tampa contendo as inferiores esqueletes humanos**, moveis e ornatos. **Tendo o Liberal em seu n. 139 vulgarizado o aconteimeutoalvorogou-se** o Instituto e certo da constante coadjuvacao dos socios correspondentes dr. Joao Francisco Duarte e professor Nicodemos Johim pediu-lhes houvessem de investigar o jazigo, remettendo de tudo uma descripção acompanhada dos vasos enterrados, para que se completasse a collecção. **Em hreve despachado sera o desejo, guardando o museu uma das reliquias que serviu de encerro**

²⁶⁵RIAGAL, nº IV, Junho, Maceió, 1874, p. 86.

²⁶⁶RIAGAL, nº IV, Junho, Maceió, 1874, p. 88.

funebre a um membro da raça tupy e enviando ao Instituto de Pernambuco [...]²⁶⁷

No *Expediente* durante a primeira sessão do ano, 7 de março de 1874, o Presidente Calheiros informava aos demais sócios os primeiros resultados obtidos com as escavações: “[...] Affirma o Sr. Dr. João Francisco Duarte que se esforçaria em cumprir as exigências do Instituto relativamente aos objetos encontrados no jazigo da Taquara, e remette pelo Sr. professor Nicodemos Jubim duas igacabas, pedindo pagamento ás despesas de condução[...]

”²⁶⁸ Este ato burocrático é parte constituinte do alinhamento político-institucional entre o IAGAL e o MN. Pertencente, em resumo, ao seguinte contexto: após popularizarem-se as descobertas em meados de 1873, a 2 de setembro, o Ministro de agricultura da província recomenda ao IAGAL o envio das descobertas a Corte. No mesmo ano segundo João Francisco Duarte, a 26 de outubro, o IAGAL encarregava-o junto a Nicodemos de Souza Moreira Jobim, também sócio correspondente residente em Anadia, o comando de uma comissão responsável por escavar e transportar os materiais arqueológicos²⁶⁹. Do Sitio Taquara a cidade de Anadia, em seguida ao IAGAL e, finalmente, “para que podessem as pessoas competentes julgar do achado, estudando-o convenientemente”²⁷⁰ algumas remessas seriam enviadas ao MN e ao IAHP²⁷¹.

Contudo, experiência semelhante não pôde ser verificada no ano seguinte (1876), pois consta entre os oferecimentos: “[...] pelo sr. dr. Pedro Antonio da Costa Moreira – um vaso de argilla servindo de cachimbo, encontrado em terms do engenho Espirito-Santo da Atalaia, onde foram vistos outros artefactos demonstrativos da existencia de antiquissima povoação borigene[...]

”²⁷² Indicando que outras escavações seriam possíveis, mas poderiam esbarar no acesso a propriedade privada, na disponibilidade de sócios e na centralidade de recursos para financiar escavações.

Para o IAGAL a possibilidade de novas escavações e o próprio desenvolvimento de pesquisas arqueológicas na província passava pelo fator econômico, a 2 de dezembro de 1873, Dias Cabral coloca essa questão em evidência:

²⁶⁷ RIAGAL, nº IV, Junho, Maceió, 1874, p. 90.

²⁶⁸ RIAGAL, nº VI, Junho, Maceió, 1875, p. 137.

²⁶⁹ RIAGAL, nº VI, Junho, Maceió, 1875, p. 159.

²⁷⁰ RIAGAL, nº VI, Junho, Maceió, 1875, p. 163.

²⁷¹ RIAGAL, nº VI, Junho, Maceió, 1875, p. 163.

²⁷² RIAGAL, nº VIII, Mês - Junho, Maceió, 1876, p. 209.

“além dos esclarecimentos pedidos pela douda associação e de interesse ao estudo da ethnographia. A structure do nosso solo não pertence sómente á geologia; ha nelle solidas camadas denunciando gerações e epochas que de fracas e perseguidas se aluirão. A cabana do fugitivo Caneté cobriu-a a alluvião dos invasores; a estacada do ultimo rerlucto palmeireNSE, escondeu-a a pedra que da serra desabou; os espaldões dos fortes de Mathias de Albuquerque, soterrou-os o deleixo. Revolveriamos a terra, seriamos sapadores se a pobreza, como o cilicio que sangra as carnes, não nos levasse á fraqueza do penitente. Mingoados são nossos recursos e, embora impedido se ache o consocio thesoureiro que só agora é que regressou á capital, tenho notas para demonstrar o enunciado. Do anno passado ficou um saldo de 1:463\$850 que junto a quantia de 800\$000, sendo 50079000 da subvenção e 300\$000 producto de joias, mensalidade e assignatura dos annaes da associação fez a somma de 2:263\$850, constituindo a receita deste anno. O orçamento fêl-a subir a réis 2:356\$850, mas a cobraças das verbas provou que elle se enganára. Oscillou a despeza entre 1:500\$000 e 1:400\$3000 que é a menor quantia que podemos despender, segundo os calculos da experiencia. De saldo terá nosso cofre 700\$3000 a 800\$000, resto que unido a subvengéo dos 5005000 e ao rendimento anno de 300\$000 Perfaz a receita e despeza no vindouro anno, sobejando uma rediculez incapaz 'de nos auxliar na tarefa de 1875. **Cedo teremos que incurtar os gastos para que a garra do credor não nos esmague debaixo do martello do leiloeiro. De tamanha vergonha cumpre appellar, senão á generosidade particular ao menos aos poderes publicos e bem sabem elles que não somos ingratos a seus beneficios nem indignos de sua confiança. [...]**”²⁷³

No relatório anual de 1873 ao empreende uma alusão histórica em relação aos eventos ocorridos, Dias Cabral submeti a análise e ampliação dos estudos arqueológico são fator citado, reafirmando a escassez de recursos financeiros e entendendo a “casa”, neste momento, como dependente da relação com poder público. Nesse sentido, as despesas pelo trabalho realizado em Taquara devem ter ficado a cargo das instâncias envolvidas: o Governo Provincial, o IAHP ou o MN.

Mesmo em condições adversas as últimas duas décadas que antecedem o início da República representam para o Museu do IHGAL um período de discussões entorno da arqueologia, principalmente, por meio do diálogo com o MN.

A 13 de Fevereiro de 1876 Ladislau Netto confirmava o recebimento de seu certificado de sócio e anunciava do Rio de Janeiro uma forma de auxilio que marcaria por anos sua relação com o Museu.

²⁷³RIAGAL, nº IV, Junho, Maceió, 1874, pp. 90 – 91.

“Nenhuma das propectas e illustres Academias europeas, a que indignamete pertenço, me causou praser igual ao que agora experimentei, recebendo dessa associação tão novel, tão desacompanhada de renome e tão modesta (se bem que de futuro e de esperanças acercada se me afigure) o titulo de seu associado. É que eu me sinto intimamente amplexado á provincia das Alagoas não somente pelos laços do nascimento, mas tambem pelo interesse e amor que do meu nada social constantemente lhe consagro. E pois que me acho de oravante unido á existencia do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, cabe-me porpor-lhe a instituição, desde já, do Museu projectado nos seus estatutos; - instituição para a qual muito desejo que concorra o Museu Nacional, onde já formei uma collecção archeologica exclusivamente de nossosautochtones primitivos e que, sem receio de demasiar-me no asserto, é a mais bella e a mais completa das que até hoje conhecemos nos museus do velho mundo. Queira-me V.S. communicar, portanto, se já existem os commodos convenientes ao dito museu afim de que eu possa; dar immediatamente as ordens necessarias para a selecção dos objectos que tenciono remetter-lhe.”²⁷⁴

No ano seguinte, em 5 de Junho de 1877 é proferido o discurso: “*a archcologia na questão do homem*” pelo sócio Americo Raposo²⁷⁵. Onde se explicita o pensamento racial acerca da origem da humanidade. Esse texto virá a público no dia 2 de dezembro na Revista de número dez, neste mês são apresentadas no relatório anual algumas “doações” avulsas:

A paleontologia obteve um peixo dos terrenos secundarios da Serra Araripe no Ceará e um fragmento vegetal encontrado em Atalaia, mas sem designação da qualidade das camadas que o envolviam. A ethnographia colheu a aquisição de um vaso de argilla, de fórmula conica, com orificio parecendo de cachimbo e encontrado dentro de uma ygassana em Anadia; tambem um cherimbetá, - artefacto composto da resina do guassatunga e destinado a enfeite do labio inferior dos indigenas do Paraná, primando no polimento, que mais parece effeito de molde do que producto de differente processo.²⁷⁶

²⁷⁴RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.126.

²⁷⁵Enfatizamos essa relação, pois atualmente a instituição não o menciona na ordem de seus associados. Ver: MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, 2008, pp.114 – 127.

²⁷⁶RIAGAL, nº X, Maceió, dezembro de 1877, p. 313.

Anteriormente, em 2 de Julho de 1877, na primeira das quatro cartas enviadas neste ano, Ladislau Netto fala de sua ausência para com Dias Cabral e, em seguida, pede que auxilie o portador da carta, “[...] o professor Derby, distinto geólogo que ocupa hoje o lugar de director da 3ª Sessão deste Museu [...]”²⁷⁷ de modo que este encontre facilidade durante a excursão ao Rio S. Francisco. Por fim comenta: “Como vai o nosso Museu? Tenho uma infinidade de coisas a remeter-lhe mas sempre os trabalhos e as amofinações a m’o estorvarem.”²⁷⁸ Essa não seria a primeira vez que uma expedição vinda do Rio de Janeiro contaria com o auxílio do IAGAL, muito menos, o primeiro envio de objetos arqueológicos.

A segunda carta, datada em 15 de Novembro, está assim redigida:

Meu Caro Dr. e Amigo. Ahi vão os 3 primeiros caixotes contendo os animaes. No proximo vapor iram as respectivas listas e o Catalogo. Remetto-lhe tambem o retrato ha muito promettido e um para minhas irmãs o qual lhe peço o obsequio de fazer chegar as suas mãos. Estou occupadissimo neste momento. Obrigado pelo interesse que tomou pelos meus soffrimentos. Neste mesmo Vapor envio-lhe os 2 primeiros numeros do <<Comtemporaneo>>. No 1º ha uma apreciação sobre os Archivos do Museu, que lhe pego para mandar transcrever na imprensa da nossa terra. Aos amigos e parentes escreverei no proximo vapor. Amigo auf; LADISLAU NETTO.²⁷⁹

De acordo com as doações percebe-se que a noção de Museu que começa a ser estabelecida no IAGAL, ou seja, na Província de Alagoas está pautada sob a concepção de história natural existente no MN. A circularidade desse conhecimento científico tende a ser reforçado com o recebimento do principal porta-voz científico-ideológico do Museu carioca, o *Archivos do Museu Nacional*. Sabe-se acerca deste periódico que “a maioria dos artigos publicados foi de pesquisadores nacionais, versando principalmente sobre ciências físicas e biológicas. Apesar de reduzidos, os estudos a respeito da cultura material indígena foram extremamente importantes, encontrando ampla repercussão [...]”²⁸⁰.

²⁷⁷RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.127.

²⁷⁸RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.127.

²⁷⁹RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.128.

²⁸⁰LANGER, Johnni. **Ruínas e Mitos: A arqueologia no Brasil Imperial**. Tese (Doutorado em História) UFPR. Curitiba, 2001, pp.136 – 137.

Em 30 de Novembro 1877, prestes a aportar em Maceió para realizar sua expedição, Netto pede auxilio logístico ao Instituto. A expedição que teve entre seu roteiro a navegação pelo Rio S. Francisco e o estabelecimento nas cidades de Penedo e em Piranhas se insere no contexto das últimas pesquisas organizadas por Ladislau à frente do MN.

Os meus companheiros na exeursão á provincia são unicamente meu mano Antonio e o Capitão Manoel da Motta Teixeira empregados ambos do Museu. Prepare-me desde já um itinerario ao interior pois daqui não posso saber com precisão quaes os pontos mais importantes e que ao mesmo tempo possamos examinar sem grandes sacrificios de tempo e dinheiro. Esta viagem é um verdadeiro reconhecimento das forças naturaes da Provincia. Depois de estudal-a enviarei um ou dous desses naturalistas viajantes do Museu encarregados de colleccionar os productos naturaes desse solo abençoado, que espero tornar assim mais conhecido.²⁸¹

Finalmente em 26 de Dezembro de 1877, da cidade de Penedo²⁸² após análises em busca de *terrenos de mais remota origem*, sem obter os resultados esperados, Ladislau conclui: “[...]os terrenos metamorphicos, os micaschistos e os talcoschistos por exemplo só os poderei encontrar para cima de Traipú, ou de Pão de Assucar”²⁸³. Contudo a pesquisa arqueologia lhe ofereceu resultado mais agradável que a geológica, pois assim escreve: “derão-me as margens do rio, no percurso de Penedo á lagôa Boacica, de cujo leito agora, quasi totalmente secco, trazemos eu e os meus auxiliares, muitos vegetaes e alguns animaes, senão raros com certeza uteis para nossas collecções.”²⁸⁴

A 19 de janeiro de 1880 na primeira das sete cartas recebidas durante essa década observamos a continuidade das formas de relação praticadas na década anterior. Caracterizadas pela difusão da concepção de história natural, mediante a difusão do porta-voz científico-ideológico do MN: “Ahi vão pelo Correio uns 20 exemplares dos nossos Archivos [...]” “Peço-lhe para destruibl-os pelos amigos a quem ja mandei os

²⁸¹RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.129.

²⁸²RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.130.

²⁸³RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.131.

²⁸⁴RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p.131.

numeros anteriores, guardando para si e para o Instituto e Bibliotheca Publica os que lhes são destinados”²⁸⁵. E ainda o recebimento de animais empalhados a serem exibidos: “Tenho nova remessa a fazer-lhe com destino ao mesmo Museu: entre outros objectos ha um leão enorme. Haverá ahi logar para essa bicharia?”²⁸⁶

Na terceira carta, em 29 de Agosto de 1882, se referindo a *Exposição Antropológica Brasileira de 1882*, Ladislau escreve: “Tenho tido tanto que fazer que impossível me tem sido escrever-lhe sobre a nossa grande festa Anthropologica”. Iniciada em 29 de julho deste ano, de acordo as informações, pode-se afirmar que a famosa *Exposição 1882* contou com auxilio do secretário perpetuo do IAGAL e de objetos enviados do museu do IAGAL, ou seja, as relações entre esses museus não eram unilaterais.

Envio-lhe pelo Correio alguns exemplares do guia da Exposição. Considero que ahi continue a propaganda sobre a mesma Exposição, que ira até o fim; de Novembro. Propuz hontem sen nome entre alguns dos melhores auxiliares que tive para; que o Governo Imperial lhes de uma prova do aprego pelos serviços prestados á grande festa Anthropologia.²⁸⁷

No ano seguinte, em Fevereiro de 1883, após regressar de sua ultima excursão a Ilha de Marajó em Belém²⁸⁸, Ladislau chega a mencionar ao IAGAL a devolução de seus objetos arqueológicos:

“Não sei se devo mandar para o Instituto a collecção que aqui figurou na Exposição, pois, tendo de ser feita uma nova Exposição e dessa vez immensa, enorme, exlandida e unica, não sei si valera a pera estar e encaixotar tudo quanto veio, com risco de quebrar-se e perder-se para depois ter de vir de novo.”²⁸⁹

²⁸⁵RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, pp. 132 – 133.

²⁸⁶RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p. 133.

²⁸⁷RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p. 135.

²⁸⁸A 12 de Fevereiro de 1882, Ladislau informa que realiza “escavações” na Ilha de Marajó obtendo contato com as cerâmicas Marajoara. In: RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, pp. 133 – 134.

²⁸⁹RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p. 136.

Somente em 19 de setembro de 1883, ele informava: “Estou a preparar as colleções dos expositores, afim de serem devolvidas, e lá irá a do nosso Instituto. O retrato do Imperador fica encaixotado para seguir: é o mesmo do Museu, com grande moldura dourada, de luxo e corôa imperial no alto”²⁹⁰. A exemplo desta, a última cooperação durante o século XIX entre as instituições é registrada em 19 de Outubro de 1883 quando são embarcados do Rio de Janeiro, “[...] além de 3 exemplares do ultimo numero dos Archivos com destino aos que porventura não tenham ainda recebido, um folheto de uma Revista que me dizem ser actualmente muito acreditada na Europa.

Segundo Langer, “com o fim da monarquia, a Arqueologia nacional teve uma súbita decadência”²⁹¹. Este dado corresponde ao baixo número de publicações de caráter arqueológico durante o século XX, somente três. O primeiro entre esses textos apresentasse de forma semelhante ao do século anterior. Publicado em 1913, *Vestigios de raças prehistoricas na Viçosa*. – 1910, memoria lida na sessão de 12 de Julho por Alfredo de Barros Loureiro Brandão²⁹². É um relato de campo semelhante ao de *Taquara*. Assim dizia seu autor:

A noticia de que no municipio da Viçosa, tres leguas mais ou menos da sede da cidade, perto do sitio Cachoeira Grande, existia um lugar denominado << Chã de Cacos», despertou-me o desejo, já a muito acalentado, de fazer um estudo sobre as antiguidades de minha terra natal para as ques, que eu saiba, ainda não se voltou a atenção de nenhum investigador scientifico.²⁹³

Mas as circunstâncias eram outras, nem mesmo a descrição das localizações e características dos objetos arqueológicos seria suficiente para que o Instituto promovesse escavações ou estabelecesse diálogos com outras instituições. *A descoberta de Taquara* tornar-se assim caso *sui generis* no histórico das escavações do IHGAL.

O segundo texto, em contraposição ao declínio da produção arqueológica, vem a público na forma do *Catalogo da colecção de cerâmica, de Marajó e outros lugares do*

²⁹⁰RIAGAL, Volume: XII Ano 55. Ano: 1927, p. 137.

²⁹¹LANGER, Johnni. **Ruínas e Mitos**: A arqueologia no Brasil Imperial. (Tese Doutorado em História) UFPR. Curitiba, 2001, p.152.

²⁹²RIAGAL, Volume: IV, nº IV. Ano: 1913, pp. 28 – 39.

²⁹³RIAGAL, Volume: IV, nº IV Ano: 1913, p. 28.

Amazonas, existentes no Museu do Instituto. – 1932²⁹⁴. Reunindo cento e doze peças de diversos lugares não exclusivamente da região Norte do país. Este catálogo representa, pela primeira vez, a composição e formatação de uma coleção arqueológica e étnica elaborada no Estado²⁹⁵ por essa instituição. Graças, entre outras coisas, à antiga relação privilegiada com o MN e as “aquisições” obtidas entre os *oferecimentos*.

O último texto arqueológico do século XX na RIHGAL, intitulado “*As coleções etnográficas da Universidade Federal do Pará*. – 1981²⁹⁶. É elaborado por sócios correspondentes, representando o deslocamento das discussões arqueológicas e sua relação com os povos indígenas para outro espaço geográfico.

Após narramos o histórico das atividades desenvolvidas em torno da produção do Museu. Passemos a análise e crítica interna dos textos produzindo ao longo da existência do Museu. Evidenciando e desconstruindo o alinhamento teórico-metodológico e político-ideológico que produziram e produzem um genocídio científico as populações indígenas.

O Museu Arqueológico e a Arqueologia Imperial: O alinhamento teórico-metodológico e político-ideológico

Toda elaboração científica parte de um pressuposto teórico, uma epistemologia composta por axiomas fundantes, um *logos*, capaz de orientar uma prática. Consequentemente, até mesmo adita “*intelligenza fluante*”²⁹⁷ com sua prática corrobora para determinado interesse de classe. Em síntese: o trajeto reflexivo pelo qual caminham os resultados de um dado trabalho é reflexo da concepção científica, essencialmente política, adotada consciente ou inconsciente pelos que o produziram.

Nesse sentido, para se captar a ideologia, os erros metodológicos e as deformações teóricas da realidade histórica, sem o perigo de se estar criando um simulacro de história deve-se partir de uma crítica político-epistemológica as seus pressupostos axiomáticos, tendo como pressuposto a identificação do que se vai atingir, no caso da arqueologia, a concepção positivista.

A concepção positivista parte do seguinte sistema: primeiro, a sociedade é regulada por leis naturais, que são imutáveis e não dependem do arbítrio do homem.

²⁹⁴RIHAL, Volume: XVI Ano: 59. Ano: 1932, pp. 140 – 142.

²⁹⁵Depois dessa existiram outras, mas nenhuma delas contas entre a documentação utilizadas.

²⁹⁶RIHGAL, Volume: XXXVII. Ano: 1981, pp. 89 – 94.

²⁹⁷LÖWY, Michel. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.48.

Segundo, dessa primeira concepção extrai uma conclusão lógico-epistemológica, a de que os métodos e técnicas aplicadas no estudo da sociedade devem ser os mesmos das ciências naturais. As ciências naturais estabelecem o que é a ciência, o científico, a metodologia, os limites do possível e do impossível. A metodologia das ciências humanas não apenas seria a mesma das ciências naturais como também deveria estudar seu objeto da mesma maneira como se estuda a natureza: terceiro, já que as ciências naturais são ciências do “objeto puro”, objetividade que se instaura sem juízo de valor, que alcançam a neutralidade necessária para o estudo científico, a objetividade das ciências humanas deve atingir o mesmo modelo.

Essa objetividade deve dissecar os fatos como se fossem objetos. Para isso é imprescindível estabelecer e manter a separação entre juízos de valor e os fatos estudados. O conhecimento assim gerado não tem qualquer implicação política; quarto, a finalidade da ciência se delinea: constatar, descrever e prever²⁹⁸. Quando um ou outro destes quatro axiomas está integrado a uma investigação metodológica distinta do positivismo, pode-se falar de uma *dimensão positivista*²⁹⁹.

Na arqueologia o sistema positivista, quando desvendado, expressasse em pontos chave: na concepção de história e natureza; diferente da filologia, na arqueologia essa concepção é perceptível na totalidade dos trabalhos publicados na Revista do Instituto. Explicitamente no primeiro e único trabalho dedicado à teorização do *fazer* arqueológico. Americo Raposo, a menos de quatro anos da primeira escavação conduzida pelo IAGAL, em *a arqueologia na questão do homem* pronunciava:

E uma vez que se procura hoje, com muito interesse, estudar a humanidade em todas suas fases evolutivas, desde que se quer comprovar a origem natural ou mais particularmente a origem animal do homem, para determinar o seu verdadeiro lugar na natureza (Huxley), e ernerar-se o marco divisorio no campo onde a legenda morre e onde sómente os factos imperam, está claro que antes de manejar-se a penna, deve-se pôr em movimento o prestimoso alvião. **Por este meio é que a realidade positiva começa a aniquilar a ficção e o erro, abrindo espaço á verdade repellida pelo obscurantismo.** Por este meio é que o *mysterio dos mysterios*, como diziam-os philosophos hellenicos, ha de ser

²⁹⁸CALDAS, AbertoLins. **A Ilusão do Espelho: Avaliação Epistemológica da Arqueologia Brasileira.** (Dissertação Mestrado) UFPB, Recife, 1991, p.12.

²⁹⁹LÖWY, Michel. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e o Positivismo na Sociologia do Conhecimento.** São Paulo, Cortez, 2013, pp. 25 – 26.

perfeitamente explicado ao mundo tetrico da credualidade e da ignorancia, pela potencia soberana das sciencias naturaes!³⁰⁰

A concepção que as sociedades naturalmente passariam por estágios evolutivos, submente a existência de uma natureza ordenadora do processo histórico. Sob essa estrutura as sociedades seriam determinadas por “forças estranhas” que engendrariam a história. A história cede lugar à natureza, deixa de ser resultado de relações dialéticas historicamente constituídas e passa a ser mero reboque da *démarche* geográfica.

Os rastros dessa concepção também aparecem refletidos em seu *Vestigios de raças prehistoricas na Viçosa* – 1910 Durante a narração de suas investigações em Viçosa, Alfredo de Barros Loureiro Brandão soube “que em sitios mais perto, no Engenho <Paredões> de propriedade do coronel José Aprigio Villela, existiam diversas <chãs> onde a quantidade de cacos era tão grande que quando ahi faziam roçados difficultava a lavragem do sólo.”³⁰¹ Para onde dirige-se e verifica:

“Ahi então, atravez o algodoal que o cobria, a diffusão de cacos era tanta que fazia pensar terem sido amontoados por muitas gerações. Os fragmentos eram grossos, de tres a quatro centimetros de espessura, apresentando alguns o abaulamento peculiar a partes de grandes vasos, pelo que imaginei se tratar de restos de igaçabas. Toda louça representava o producto de uma ceramica rudimentar, não se notando o menor adorno que revelasse gosto esthetico. Era mal cozida, pois a parte voltada para cima se achava gasta, manifestando a acção dissolvente das aguas da chuva. Alem d'isto se quebrava com facilidade e tinha uma cor negra de fumaça. A materia prima empregada na confecção era uma argilla grosseira e mal trabalhada, pois a superficie de secção de um fragmento se apresentava aspera e pontilhada de pequeninos grãos de seixo branco. Em alguns pedaços, mais raros é verdade, notei que a parte concava era coberta de um vernizacinzentado, sem duvida destinado a tornar a louça impermeavel. **Um facto essencial me despertou a attenção: todos os destroços que ali se achavam eram apenas os restos de utensilios domesticos, nada havendo que podesse revelar, pelo menos no exame superficial que fiz, ruinas de construcções.**”³⁰²

³⁰⁰RIHGAL, nº X, Mês – Dezembro, Ano: 1877,p. 278. (Grifo nosso.).

³⁰¹RIAGAL, nº IV, Volume: IV. Mês – Dezembro, Ano 1913, p. 28.

³⁰²RIAGAL, nº IV, Volume: IV. Mês: Dezembro, Ano 1913, pp. 29 – 30. (Grifo nosso.).

Tal militar ao narrar sua investigação atestava sua procura por referenciais que indicassem a evolução de determinada sociedade, primeiramente, por meio da constatação de grandes monumentos e, em seguida, ao discutir a autoria de um suposto sistema de escrita presente em duas pedras na região:

Se se tratasse somente de fragmentos de louça, eu não trepidaria um momento em attribuir a autoria d'essa grosseira ceramica aos indigenas que habitavam o Brazil na epoca da descoberta ou a precederam de perto, porem as inscrições nas pedras das margens dos ribeiros vieram afastar de mim esta hypothese e estabelecer uma relação de identidade entre os povos que deixaram taes vestigios. O homem que, armando de um instmmento de ferro ou de uma ponta de silex, gravou signaes n'um rochedo, é indubitavel, tinha um fim, tinha um pensamento, havia gerado uma idéa e desejando transmittil-a por meio de uma escripta, embora rudimentar já se revelava um homem mais ou memos adiantado. **E' sabido que dos povos americanos apenas os aztecas, os yucatecas e os peruanos possuíam uma escripta [...] Essas raças porem, pelo menos nos tempos contemporaneos aos da conquista, nenhuma relação tinham com os aborigens brasileiros os quaes, errando pela vastidão das nossas selvas, representavam antes uma raça degenerada e embrutecida que marchava para o aniquilamento, do que um povo novo onde começasse a se desenvolver os germens do aperfeimento moral.**³⁰³

Esse ideário autoritário, destrutivo e evolucionista reflexo de uma concepção de história contribui discursivamente para naturalização das diferenças sob o signo da inferioridade e degeneração dos povos indígenas e, explicitamente, os hierarquiza por meio da comparação com sociedades distintas historicamente. A continuidade desse sistema ideológico e suas preposições e interesses é perpetuada, manifestando-se décadas depois, em “*As coleções etnográficas da Universidade Federal do Pará*” de Napoleão Figueiredo – 1981 quando o mesmo afirma que:

As coleções etnográficas, em todas as instituições de pesquisa e ensino, têm por função colocar ao alcance do mundo científico, para fins de estudo, comparação e análise, o equipamento ergológico

³⁰³RIAGAL, nº IV, Volume: IV. Mês: Dezembro, Ano 1913, pp. 34 – 35. (Grifo nosso.)

produzido por um grupo humano ou segmento de uma sociedade, em uma área definida e em um determinado tempo.³⁰⁴

Em todos os textos analisados se insinua a ideia de estágios evolutivos e comparação entre sociedades. Essa semelhança no modo de *fazer* representa as contínuas vitórias dessa concepção político-ideológica na arqueologia alagoana.

O segundo ponto chave resultante da influência do sistema positivista na arqueologia se manifesta na postura do pesquisador diante do sítio arqueológico. É ilustrativa a apresentação de Nicodemos de Souza Moreira Jobim acerca dos procedimentos desenvolvidos durante as escavações no sítio Taquara em cumprimento a determinação presidencial de João Vieira de Araujo, pois demonstra a operacionalização de uma concepção:

“[...]com o concurso de 26 pessoas e auxilio do subdelegado do districto do Limoeiro – Manoel Francisco de Souza Lima, 1º e 3º suplesntes do delegado do termo Antonio Luiz Gomes de Medeiros e Manoel Ribeiro de Mascarenhas, apenas se pode encontrar 73 fôrmas no circulo de 150 braças mas que não foi possível adquerir esqueleto algum nelas, com effeito depositados, visto que as maiores na mor parte foram achadas fendidas por onde visivelmente se vê ter-se introduzido a terra, tomando todo o espaço interior, e assim reduzidos osossos a estado de não se poder aproveitar inteiros, que offereça vantagem na analyse que se pretende fazer.A dificuldade de percorrer-se um circulo imenso experimentando-se os lugares com espetos de ferro at´r que na altura de 3 palmos abaixo do nível da terra se encontre a lage que preced á tampa das mencionadas formas, faendo-se preciso roçar matas, destruir legumes, próximos á colheita, não nos offereceu nem offerece uma solução completa e satisfatória, a menos que não o queira o proprietário conceder essa liberdade, o que me parece impossível, attento ter sido roçado e plantado o lugar pelo predito proprietário o capitão José de Medeiros Bittencourt e não ser tão fácil por entre mandiocas e velhos algodoeiros conhecer-se onde estão e por onde forão ellas enterradas, tanto mais quanto se conhece que forrão plantadas em linhas diversas, em numero de 3 e 4 em fôrma angular com distancias necessariamente indeterminadas, como que formando raios de um grande circulo e sempre desencontrados os grupos uns dos outros.”³⁰⁵

³⁰⁴RIHGAL, Volume: XXXVII. Ano: 1981, pp. 89 – 94. (Grifo nosso.).

³⁰⁵RIAGAL, nº VI, Junho, Maceió, 1875, p. 161.

O sítio é uma realidade limitada no espaço ocupado e ilimitado em profundidade de recomposição³⁰⁶ e a incapacidade de entendê-lo enquanto espaço de relações coaguladas impede a reconstrução das sociabilidades antes existentes nessa região. Isso se evidencia no momento em que os pesquisadores realizam as escavações, não se busca “reconstruir” sociedade alguma, mas somente retirar e transportar artefatos, nada além do que poderíamos chamar de *escavação de salvamento*, comuns as de atualmente.

A ânsia provocada pela vontade de “salvar” é reflexo da crença em compreender os objetos arqueológicos isoladamente, destruindo o sítio arqueológico no momento da retirada dos objetos, cada objeto é parte integrante de um todo social somente entendido enquanto tal, ao se começar por peças, “restos” ou pinturas importantes se está privilegiando um aspecto em detrimento do todo social. Tornando impossível o resgate da sociedade enquanto estrutura histórica, assim a arqueologia que se delineia não é Histórica, a história é distanciada servindo apenas para constar e/ou reproduzir generalizações. A operacionalização deste processo científico destrutivo conduz ao terceiro ponto chave: a transformação do objeto arqueológico em “dato objetivo” e não em História.

No momento em que são expostos os objetos arqueológicos de forma separada e isolada de sua totalidade, conclui-se o processo destrutivo. Coroando um processo que tem sistematicamente destruído todo e qualquer estatuto histórico-social do sítio enquanto vestígio de uma comunidade viva. Reduzindo sociedades inteiras a textos descritivos – os *esclarecimentos de Taquara e Vestígios de raças prehistoricas na Viçosa* – ou, como se verá anos depois, a um amontoado de artefatos classificados e descritos numericamente na forma de coleções etnográficas – *Catalogo da colecção de cerâmica, de Marajó e outros lugares do Amazonas, existentes no Museu do Instituto* e *As coleções etnográficas da Universidade Federal do Pará coleções etnográficas* –. Impossibilitado a “reconstrução” dos processos econômicos, sociais, arquitetônicos e alimentares de qualquer comunidade por meio do esfacelamento teórico e prático-operatório das possibilidades de “reconstrução” da sociedade vestigial durante todo o processo de trabalho arqueológico, do campo ao laboratório, a apresentação dos resultados, seja no museu ou na Revista.

³⁰⁶CALDAS, Aberto Lins. **A Ilusão do Espelho: Avaliação Epistemológica da Arqueologia Brasileira.** (Dissertação Mestrado em História) UFPB, Recife, 1991, p.67.

Contundo esses aspectos não se apresentam explicitamente, nem em etapas separadamente, todos os pontos atuam enquanto parte operante do sistema positivista na arqueologia. É o pesquisador que cria ou não os nexos entre a *parte* e o *todo* e vice. Tal modo de se fazer arqueologia além de desarticular e eliminar a complexidade das sociedades que “se mostraram” indígenas ou não, impossibilita a compressão dos vestígios arqueológicos enquanto vestígios indiciários, que podem ou não, atestar a posse e direito imemorial dos índios sobre uma localidade. Tornando-se, neste sentido, ideológica. Assim a descritividade descompromissada, dita positivista, “reproduzindo” a realidade, torna-se o estilo preferido e necessário para tal empresa. Tanto que todos os trabalhos que refletem diretamente experiências com objetos arqueológicos elaborados pelo IHGAL se resumem a atividade descritiva.

Em 1999, o Instituto encerra seu segundo e último ciclo de publicações, abrigando e oferecendo a visitação do público um patrimônio pertencente à experiência de dois séculos de *fazer* arqueológico e etnográfico que enquanto símbolo da barbárie tem mais a “dizer” acerca dos processos de destruição de civilizações inteiras reduzidas em sua complexidade e capacidade de “reconstrução social” a fichas descritivas, enumerações, textos etnográficos, coleções e catálogos que a qualquer conteúdo que contribua realmente para História de tais povos.

CAPITULO 4

HISTÓRIA E ETNOGRAFIA: Os Índios Entre as Mudanças e Permanências no Retorno da RIAGAL

A começar pela primeira publicação do IAGAL no novecentos, conforme afirmamos no capítulo 1, o fim do século XIX não significa uma ruptura na escrita de representação da cultura alagoana, e podemos afirma que a representação referente aos grupos étnicos indígenas, no início do século XX, acompanhou o mesmo processo.

Salvo a realização do primeiro texto sobre a fundação do Instituto: apresentando sócios fundadores, doadores, as primeiras publicações e presidentes³⁰⁷; e a proposta de uma nova periodicidade para as publicações a cada quatro meses: março, julho e novembro³⁰⁸, e não mais de forma semestral. Contrariamente à ideia de mudança, aplicável a qualquer novo ciclo, a retomada das publicações da RIAGAL em 1901 por Adriano Araújo Jorge foi marcada, em maior parte, por permanências.

Pode-se chegar a essa conclusão por meio da observação da continuidade de alguns aspectos, tais como: o alinhamento com o poder local, através da doação de sua atual sede pelo governador Euclides Malta, reafirmando a histórica relação com o poder governamental; os pronunciamentos acerca das condições de pesquisa e escassez de recursos financeiros, que podem ser entendidos como recurso político em busca de incentivos pecuniários³⁰⁹; e é claro, a postulada confiança em seus associados e nas descobertas científicas para atingirem seus objetivos enquanto instituição científica, em meio às ditas dificuldades³¹⁰.

Além disto, tanto a elaboração deste periódico como a construção dos discursos contidos nos textos, remete, originalmente, a outra época. Primeiro, porque, segundo Adriano Araújo Jorge, dois textos de sua autoria contidos nesta publicação: *Noticias Sobre os Povos Indigenas que Estacionavam no Territorio do Actual Estado das Alagoas ou Costumavam Trazer a suas Plagas Repetidas Correrias*³¹¹; e *A Guerra Hollandeza sob*

³⁰⁷RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 68.

³⁰⁸RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 7.

³⁰⁹RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 10.

³¹⁰RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 6.

³¹¹RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, pp. 67 – 84.

*o Ponto Especial de Vista de Suas Repercussões Sobre o Território das Alagoas*³¹², seriam destinados a figurar em um livro sobre Alagoas, por ocasião da festa do quarto centenário do descobrimento do Brasil³¹³.

E segundo, porque, devido ao falecimento de Adriano Araujo, a comissão editorial do Instituto deliberou em favor da publicação de tais textos em homenagem ao principal responsável pelo retorno da revista. Por tanto, esta publicação é produzida em outro século, e no que se refere à *questão indígena*, destacasse à influência das teorias raciais presente entre os anos 1870 e 1930 em diversas instituições no Brasil.

Shwarcz³¹⁴ nos oferece uma chave interpretativa que nos permite contextualizar a razão política e cultural para se compreender a maneira com que os povos indígenas foram representados na História de e em Alagoas, pois é justamente sob esta óptica que os mesmos são inseridos, pela primeira vez, em um trabalho dedicado a história indígena. E mesmo sem a utilização de notas de rodapé ou referências a obras e documentação, outro aspecto de permanência, pode-se observar um conjunto de termos que remetem a tais teorias.

Por tanto, temos um exemplo de como um conjunto de idéias, enquanto discurso, são reproduzidos entre dois séculos em descompasso a realidade atual de tais povos. E é na opção por dar continuidade a essas idéias que se percebe o efeito político e como isto incide sobre o rumo das representações na historiografia local.

Definindo uma alteridade: o “índio”

Contrariamente, em certo modo, a uma perspectiva histórica que via os povos indígenas como populações sem história restando-lhe somente a etnografia, através da análise interna da publicação de Araujo Jorge, neste aspecto, o que vê é um esforço em sentido contrário.

Por outro lado, essa narrativa histórica tem como pano de fundo a formação da nação por meio do histórico de contato entre os vários povos nativos vistos como selvagens e os portugueses civilizados. E é a partir desses últimos que os primeiros serão mencionados. Quer dizer, na perspectiva dessa *história nacional*, mesmo existindo

³¹² RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, pp.29 – 66.

³¹³ RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 84.

³¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil-1870-1930.** São Paulo, Cia das Letras, 1993.

anteriormente ao contanto, os índios só aparecem nessa grande narrativa histórica da nação a partir da existência do europeu.

A elaboração dessa história não dá continuidade à presença dos mesmos em território alagoano e passado os momentos iniciais da colonização logo desaparecem. Nesse sentido o uso da etnografia torna-se útil ao prejuízo dos à representação dos indígenas, atuando enquanto instrumento científico que imobiliza a percepção acerca da dinâmica das relações históricas ao longo do tempo entre indígenas e europeu.

Busca-se inicialmente, logo por meio do título, desarticular a noção de fixação dos índios ao território por meio do termo *correrias*, pressupondo que estes não teriam um modo de organização social sedentária. Em seguida, dividi-se o texto em quatro seções, sem indicação alguma a referências documentais ou bibliográficas, desenrolando a narração sob uma estrutura episódica e étnico-geográfica.

É provável que não existisse somente esses grupos ou que os mesmos, em determinados momentos, se fracionassem, dando origem a outros grupos. Contudo, os supostos grupos étnicos locais são descritos espacialmente na seguinte ordem do subtítulo, *situação das diversas tribus*: em primeiro, os *Potiguáras*, que segundo o autor, “[...] assenhoreavam a região que se estendia das proximidades do local, onde demora Porto Calvo para o norte, até além de Itamaracá [...]”³¹⁵.

Segundo o outro, selvagens indômitos, aguerridos e perversos esses índios anos teriam sido influenciados, anos antes, por navegantes franceses fixados em Itamaracá, por isto, impuseram dificuldades ao almejado projeto de povoamento de Duarte Coelho³¹⁶. Essas afirmativas, em sentido retórico, tende a valorizar as conquistas dos europeus por meio de sua capacidade de convencimento, por parte dos franceses, e pela tenacidade, por parte dos portugueses.

Em seguida, de acordo com texto, desenvolvesse a descrição de outro grupo, supostamente vizinho, os *Tabajaras* com semelhe atributos: valetes e aguerridos. Contudo, a valorização do português não ocorre mediante o exemplo da aplicação de sua força, mas sim devido a um suposto acontecimento onde o cunhado de Duarte Coelho Pereira, Jerônimo de Albuquerque, estando prestes a ser morto como prisioneiro, teve a seguinte felicidade:

³¹⁵RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 68.

³¹⁶RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 68.

A selvatica princeza enamorou-se do pricioneiro, de cujos feitos, aliás, já se achava favoravelmente impressionada sua imaginação, e conseguiu do bravo guerreiro seu pae que se compadecesse das lagrimas de filha que prostrada a seus pés lhe implorava a liberdade do cativo branco. Foi assim Jerônimo de Albuquerque livre da morte e arrancado ao captiveiro; e de cativo, que acabava de ser, tornou-se o esposo da princeza das selvas pernambucanas, a qual baptizou-se com o nome de Maria do Espírito Santo Arco Verde.³¹⁷

Sabe-se que muitas das alianças realizadas entre lideranças indígenas e portuguesas se deram por meio de alguns casamentos, mas que tal acontecimento fazia parte de uma rede de interdependências políticas, e não simplesmente, reduzidas a paixões amorosas desenvolvidas entre agentes sociais envolvidos.

Situados entre o São Francisco e o Rio Igarassu, o terceiro grupo, os *Caetés*. São descritos como um “[...] dos mais temíveis inimigos opostos aos portugueses, assim como eram vizinhos duramente incommodos para os proprios aborígenes pertencentes a outras tribus.”³¹⁸ Segundo o autor, eles eram antropófagos de índole extremamente anti-social e ferozmente irrequieta, que vivam em constantes correrias, ou seja, não possuíam morada fixa. Subentendido como ameaçador. Tal caracterização antecede a menção de um acontecimento que viria a ser foco de debates, anos depois na historiografia local, a respeito da morte do Bispo Sardinha.

Esse acontecimento é apresentado de forma a justificar o extermínio deste grupo étnico cujo coroamento do processo colonizador é representado por meio de “Jerônimo de Albuquerque, 3º filho do herói do mesmo nome e da princesa indígena Maria do Espírito Santo Arco Verde”³¹⁹ comandante do massacre. É como se a narrativa dos fatos quisesse dizer ao leitor que um dos principais grupos hostis à ação colonizadora foi derrotado por um descendente indígena. Vale lembrar que a tese que justificava a *guerra justa*, foi desconstruída por John Monteiro, pois o decreto contra esse grupo étnico é promulgado por Mem de Sá seis anos após tal acontecimento num contexto de crise epidemiológica e escassez de mão-de-obra na região³²⁰.

O quarto grupo seria composto pelos *Abacatiaras* situados nas Ilhas do São Francisco vivendo da pesca. Estes foram inimigos dos portugueses em 1545 durante o

³¹⁷RIAGA, nº I, Volume: III. Ano: 1901, pp. 69 – 70

³¹⁸RIAGAL, nº I, Vol: III. Ano: 1901, p. 70.

³¹⁹RIAGAL, nº I, Vol: III. Ano: 1901, p. 70.

³²⁰MONTEIRO, John. **O Escravo Índio, esse Desconhecido**. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994, pp.106 – 107.

momento de fundação da atual cidade de Penedo³²¹; seguidos pela apresentação dos *Aconas, Cariris e Coporantis* que segundo ele juntaram-se a causa dos jesuítas³²². A partir deste momento pode-se deduzir que tais apresentações correspondem ao contato com os europeus, pois não há nenhum acontecimento supostamente histórico atribuído aos últimos grupos, genericamente composto, por *moriqitos* que eram tapuyas e *Chuchurus, Vouvés, Chocos, Umans, Pipianos* e *Coropotos* que ocupavam as regiões mais ocidentais, principalmente os *Vouvéz*, segundo ele, indomáveis.³²³

Após o momento de apresentação dos grupos indígenas fica subentendido que a insuficiência de documentação ocasionou o uso de generalizações sobre os grupos indígenas. É também o momento em que o texto perde seu direcionamento histórico e se resume metodologicamente a uma apresentação etnográfica dedicada aos *caracteres físicos dos índios*, onde se realça a idéia de animalidade por meio de um modelo ou tipo biológico adaptado ao meio ambiente.

“Os indigenas das plagas alagoanas eram, em geral, de estatura mediocre, mas eram robustos em seu physico; o que se fazia bem patente no largo das espadoas, no desenvolvimento da caixa thoraxica, no musculoso do dorso. Lhes eram pequenos e negros os olhos; o nariz era achatado, mas dotado dei delicadissimo olfacto; tinham grande a bocca e grossos os labios; o rosto era como amassado, estreita e pequena a testa, negros e grossos os cabellos, e sem a minima Volta; os braços e as pernas eram bem talhados e sobretudo muito musculoso: os pés eram estreitos na parte posterior e largos na anterior (consequencia inevitavel do habito, que tinham, de em suas rapidas marchas, assentarem no solo não a planta em cheio mas a parte anterior da mesma,) sendo notavelmente afastado de seu immediato o dedo grande, emambos os pés; a pelle era. de uma cor tirando ai, de tolhas seccas. Todos estes caracteres physicos tinham sua razão de ser nos usos e habitos dos indigenas; nas suas praticas de paz e de guerra, alem da influição natural das peculiaridades climatericas.³²⁴

A terceira seção é dedica à descrição dos *costumes e práticas dos diversos indígenas*. Neste espaço os hábitos e culturas dos diversos povos indígenas são reduzidos a uma etnografia generalizante que contradiz explicitamente as especificidades

³²¹ RIAGAL, nº I, Vol: III. Ano: 1901, p. 71.

³²² RIAGAL, nº I, Vol: III. Ano: 1901, p. 71.

³²³ RIAGAL, nº I, Vol: III. Ano: 1901, p. 71.

³²⁴ RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 72.

afirmadas logo na primeira seção em nome de um *modelo* estereotipado, da seguinte maneira,

Ainda que numerosas, as tribus dos indigenas de nossas plagas, pouco differiam umas das outras em seu systema de vida. Os recursos, a que ordinariamente se soccorriam, quanto aos meios de subsistencia, eram os que derivam da caça, da pesca, da colheita dos fructos das arvores silvestres e da colheita das poucas plantas que cultivavam: mandioca, aipim, milho, fumo e outras que plantavam nas immediações das tabas.³²⁵

O texto que inicialmente se pretendia histórico partindo cronologicamente do contato inicial entre europeus e índios, a partir do momento acima, é condensa um painel cujo modelo etnográfico é aplicado a todos os povos, constituído por meio: dos hábitos alimentares, utensílios, usos de plantas, instrumentos musicais e armas de guerra, divisão social, atribuições correspondentes a cada sexo, estrutura familiar, rituais de passagem: matrimoniais e fúnebres³²⁶, vestimentas, práticas de pinturas corporais, utilização de adornos corporais³²⁷, festas e, ainda a organização da guerra³²⁸.

A quarta e última seção é dedicada ao *Estado moral dos índios*. Descrição que de maneira geral está resumida na seguinte passagem:

Na primeira idade, os indigenas eram vivaces, ageis, doces, e manifestavam o sentimento de afeição pelos com quem viviam; mas, ao passo que entravam pelos annos, davam provas de arredios da gratidão, e mais e mais predominavam nelles a sagacidade, a pérfidia, a vingança, as propensões á crueldade, e, sobretudo, se tornavam temiveis, quando se achavam sob a influencia das bebidas inebriantes, de que habitualmente abusavam.³²⁹

Após essa apresentação onde os índios são assemelhando à bestas selvagens irremediáveis. Cujas indefinições a respeito do perfil moral oscila entre seres indispostos ao

³²⁵ RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 73.

³²⁶ RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 76.

³²⁷ RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 77.

³²⁸ RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 78.

³²⁹ RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 79.

trabalho, mas incansáveis a cometerem vingança³³⁰. E ainda na contradição entre a afirmação que estes desconheciam relações sócias propriamente ditas, mas possuíam uma organização social³³¹.

A tríade determinista do evolucionismo

Cabe pontuar, apesar das publicações analisadas anteriormente, somente em “*Noticias sobre os povos indigenas que estacionavam no territorio do actual estado das Alagoas ou costumavam trazer a suas plagas repetidas correrias*”³³² é que se tratará, exclusivamente, numa apresentação totalizante do que teria sido a história dos índios existentes em território alagoano. Primeiro trabalho de um sócio do instituto onde se constata explicitamente e definidamente um modelo que representasse esses índios.

Contundo, se buscássemos alguma “segunda intenção” após a análise da descrição geral dos “índios de Alagoas”, como se algo estivesse em uma *contracapa* esperando por ser revelado, encontraríamos dificuldades para se chegar a uma conclusão. A ausência de referências torna o texto um universo fechado, quase literário, fundamentado sob discursos que, por si só, se legitimam, mas que não explicam a razão histórica e científica que o orienta. Sendo necessária uma interpretação que remeta ao contexto científico-histórico no qual o trabalho está situado. Contexto já foi discutido nos capítulos anteriores.

Cabe-nos enfatizar que correspondendo a uma concepção determinista, sob uma perspectiva “positivista” aliada às teorias raciais do século XIX, as informações e idealizações de Araújo Jorge estão estruturadas sobre a seguinte tríade: primeiramente, se realiza uma descrição do ambiente geográfico, pois segundo essa lógica, o *meio* influenciaria seus habitantes. Em segundo, correspondente, tal condicionamento exigiria a adaptação desses sujeitos, responsável por produzir “tipos humanos” cujas características físicas e biológicas estariam adaptadas ao *meio* e, por sua vez, seriam responsáveis por moldar as características morais e sociais inerentes a cada sujeito.

³³⁰RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 79.

³³¹RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, p. 79.

³³²RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, pp.67– 84.

Esse *modus operandi* determinista faz parte do exemplar modelo da representação dos indígenas na História do Brasil, perfeitos coadjuvantes na construção da nação. Afirmando e reproduzindo o processo de afirmação do Estado e de sua história oficial, por meio disto, tendesse a demonstrar a existência dos índios, mas não se dá continuidade a essa dinâmica histórica. Responsável por definir e justificar discursivamente a existência desse *outro*: o “índio”, homogeneizando a diversidade das organizações sociais e culturais inerentes a esses grupos étnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho é possível afirmar que ao longo de dois séculos o IHGAL por meio de seus representantes e suas Revistas e tornou um dos principais responsáveis por transformar o espaço convencionalmente alagoano em espaço Histórico nacional, sobretudo, a partir de seu patrimônio documental e historiográfico, inerentes a sua condição de instituição de Estado.

Esse *corpus*, sob a forma escrita, torna-se uma composição de idealizações, demonstrações de erudição, exaltações a *personagens ilustres*, sejam civis ou religiosos, cidades históricas ou a eventos considerados decisivos para constituição de um espaço geográfico que se chamou de Alagoas. Efemérides pertencentes à memória individual e coletiva da população ligada a esse espaço e/ou cultura, por isso são memoradas, esquecidas e re-memoradas cotidianamente, por exemplo, por meio de datas comemorativas, tanto no estado como em alguns municípios.

Mesmo que difusos e desconexos cronologicamente esses elementos, quando articulados, rumam em direção à criação e afirmação do Estado-Nação e dentro dela um *locus* regional específico integrado enquanto parte do projeto político iniciado com a criação do IHGB em 1838. Diagnosticando esse dado, por meio da análise da totalidade das publicações digitalizadas das revistas do IGHAL (1872 – 1999), demonstramos como essa produção a ser histórica atua enquanto instrumento político-ideológico sobre os grupos étnicos de diversas maneiras enquanto uma das várias consequências do processo de construção nacional.

A tessitura desse processo tem na elaboração dessas publicações seu reflexo, e cada uma a sua maneira colabora para construção discursiva do estereótipo “índio” sob o molde historiográfico. Seja por meio da filologia, utilizando-se das ditas línguas indígenas enquanto recurso discursivo e historiográfico a fim de identificar o espaço nomeando a paisagem a ser histórico-geográfica cuja singularidade e identidade histórica estariam supostamente assentadas sobre um referencial de ancestralidade nativa. Na arqueologia que por meio de seu *modus operandi* destruirá qualquer possibilidade de reconstrução histórica a fim de se perceber indícios de posse ancestral e registro de formas vivências entre as atuais populações e as antes existentes. E por meio da história, que sob uma

abordagem racial e determinista produzir e reproduzir um discurso que caracteriza diversas sociedades como seres inferiores e selvagens.

Não havendo eliminação historiográfica no período estudado, mas sim, o prosseguimento a partir da historiografia local, da criação, reprodução e afirmação de um discurso em descompasso com a realidade de tais povos. Pode-se “dizer”, a continuidade de uma construção colonial agora sob outro contexto, condições e interesses. A desconstrução dos discursos acerca desses grupos, nesse sentido, significa também desconstruir parte da *história oficial* do Brasil. A partir dessa compreensão pode-se entender a força que atua e permite a circulação desses estereótipos e seus efeitos político-ideológicos sob a maior parte da população, apesar dos enormes avanços em pesquisas acerca da história desses povos.

Por fim, fica evidente durante todo o texto que a História enquanto construção científico/narrativa resulta de um inescapável postar político e isso direciona os resultados de qualquer trabalho. Neste sentido, esta conclusão se materializa na forma de um combate político aos efeitos produzidos por meio da construção historiográfica do IHGAL acerca dos grupos étnicos indígenas, mas se dissolve enquanto inquietação pessoal. Nada mais há para ser dito.

Parte da hipótese que durante o contexto de formação, afirmação e reestruturação do Estado Imperial, se seguiu um longo processo cuja operacionalização possui, *grosso modo*, a aparência de duas linhas de força paralelas: uma responsável pela efetiva destruição de vidas e culturas, e outra, institucionalmente estabelecida mediante uma rede kafkiana³³³ fundada numa clivagem política, legal, burocrática e científica, que por questões sociais, políticas, econômicas e ideológicas, é capaz de arquitetar lenta e paulatinamente discursos capazes de envolver e encobrir diversidades e singularidades de múltiplas vivências em torno de ações homogeneizadoras, como a elaboração de censos demográficos³³⁴, promulgações de decretos para extinção de aldeias³³⁵ e de acordo com nossa investigação, por meio da construção da *história nacional e alagoana* examinada a partir da historiografia contida nas Revistas do IHGAL cujo coroamento

333

³³⁴O processo de classificação e reclassificação da população indígena significa a alternância do reconhecimento étnico-identitário por parte dos representantes do Estado. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999, pp. 124 – 154.

³³⁵A eliminação dos aldeamentos corresponde à negação do reconhecimento étnico-identitário por parte dos representantes de Estado. ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). **Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999, pp. 18 – 19.

desse processo é a construção e afirmação de um estereótipo, um “*outro*”: o “índio”.
Constituindo-se entre os principais entraves ao reconhecimento de identidades e legitimidade de direitos aos atuais grupos étnicos.

FONTES

DOCUMENTOS IMPRESSOS E TRANSCRITOS.

DIAS CABRAL, João Francisco. **Esclarecimentos Sobre o Jazigo Indigena da Taguara em Anadia.** In: RIAGAL, nº VI, Ano: 1875, pp. 159 -163.

FONSECA, João Severiano da. **Origem de Alguns Nomes Patronimicos da Provincia das Alagoas.** In:RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876,pp.197 – 199 Fotogramas: Pasta: 1872-1901 > 001 > Fotos: 0173-0174.

PASSOS, José Alexandre. **Observações Sobre a Lingua Tupy.** In: RIAGAL, nº VIII, Maceió, 1876,pp. 199 – 202.

DIAS CABRAL, J. F. **Memoria - Ensaio Acerca da Significação de Alguns Termos da Lingua Tupy Conservados na Geografia das Alagoas.** In: RIAGAL, nº VIII, Ano: 1876,pp. 202 – 206.

RAPOSO, Americo. **A Archcologia na Questão do Homem.** In: RIAGAL, nº X, Ano: 1877,pp. 271– 283.

JORGE, Adriano Augusto de Araujo. **Noticias Sobre os Povos Indigenas que Estacionavam no Territorio do Actual Estado das Alagoas ou Costumavam Trazer a suas Plagas Repetidas Correrias.**In: RIAGAL, nº I, Volume: III. Ano: 1901, pp. 67 – 84.

LOUREIRO BRANDÃO, Alfredo de Barros. **Vestigios de Raças Prehistoricas na Viçosa.**In: RIAGAL, nº IV, Volume: IV. Mês de Dezembro. Ano 1913, pp. 28 – 39.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ARON, Raymond. **Introduction à la Philosophie de L'histoire: Essai sur les limites de l'objectivité historique**. Paris, Galimard, 1938.

ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). **Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999.

_____. **Dois Textos Alagoanos Exemplares**. Maceió, FUNESA, 2004.

_____; GALINDO, Marcos. **Índio do Nordeste: Temas e Problemas 3**. Maceió, EDUFAL, 2002.

_____; MARINHO DA SILVA, Christiano Barros. (Org.) **Índio do Nordeste: Temas e Problemas 4**. Maceió, EDUFAL, 2004.

_____; **Índios do Nordeste: Temas e Problemas 5. 'Vai-te para onde não canta galo, nem boi urna...'** diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó. Maceió, EDUFAL, 2004. (Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado em Antropologia/UFPE, 2003 por Cristiano Barros Marinho da Silva com o título: '*Vai-te para onde não canta galo, nem boi urna...*' diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó/AL).

_____; VILELA, Rosana; PASSOS, Francisco (Org.). **Xukuru-Kariri: Saúde na Fazenda Canto**. Maceió, EDUFAL, 2005.

_____. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, Capitão de Todas as Matas: Guerrilha e Sociedade Alternativa na Mata Alagoana**. Maceió, EDUFAL, 2008.

_____; SILVA, Amaro Hélio Leite da. (Org.). **Índios do Nordeste: Cotidiano, terra e Poder**. Maceió, EDUFAL, 2009.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Metamorfose Indígena: Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Editora; FGV, 2013.

_____. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas: Documentário**. Maceió, EDUFAL, 1984.

ARRUTI, João Maurício Andion. **Morte e Vida do Nordeste Indígena: A Emergência Étnica Como Fenômeno Histórico Regional**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 8, nº 15, Janeiro/Junho, 1995, pp. 57 – 94.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo, Cortez, 2009.

- BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo, Editora Herder, 1972.
- BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.
- BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder: Duvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea**. São Paulo, UNESP, 1997.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007.
_____, Pierre, "Les Trois États du Capital Culturel". In: Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.
- BARRETO, Cristiana. **A Construção de Um Passado Pré-colonial: Uma Breve História da Arqueologia no Brasil**. Revista USP, nº 44, dez. fev. 1999-2000.
- BARBOSA, Felipe. **Os Índios na "Alagoas Colonial": O caso da Aldeia de Santo Amaro**. Maceió, 2014. (Texto inédito)
- CALDAS, Aberto Lins. **História e Arqueologia**. Cadernos de História, Departamento de História, UFPE, Recife, 1988.
_____. **A Ilusão do Espelho: Avaliação Epistemológica da Arqueologia Brasileira**. (Dissertação Mestrado) UFPE, Recife, 1991.
- CHAUNU, Pierre; DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Ensaio de Ego-história**. Lisboa/Rio de Janeiro, Edições 70, 1989.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense, 2013.
- CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à Construção do Tiradentes**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59 – 83. 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

_____. **Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade**. Brasiliense/EDUSP, 1986.

_____. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever Uma Vida**. São Paulo, Edusp, 2009.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume I: Uma História dos Costumes. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem no Discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo A. **A “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga**. Revista USP, São Paulo (28): 6 – 13, Dezembro/Febrero 95/96.

FERREIRA, Gilberto; BARBOSA, Felipe; FERREIRA, Kawanny. **A Temática Indígena nos Livros Didáticos de História do Ensino Fundamental de 1970 a 2010**. Maceió, Centro de Ensino Superior de Maceió – Cesmac, 2011. (Texto inédito.).

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

_____. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de Uma História Nacional**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas & Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as Ideias de Um Moleiro Perseguido Pela Inquisição**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro, 2003.

HARTOG, François. **O Século XIX e a História: O Caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

Hruby, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1912)**. Porto Alegre, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

_____.RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

JÚNIOR, Aldemir Barros da Silva. **Terra e Trabalho: Indígenas na Província das Alagoas**. In: MACIEL, Osvaldo. (Org.). **Pesquisando (n)a Província: Economia, Trabalho e Cultura Numa Sociedade Escravista (Alagoas, Século XIX)**. Maceió, Q Gráfica, 2011.

KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: A Etnografia do IHGB Entre as Décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora FRIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Passado Futuro: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Representação Social na Escrita da Cultura Alagoana no Século XIX**, In: Rocha, José Maria Tenório. **Cadernos de Cultura - 2**. Maceió, Secretaria – Secult, 1985.

_____. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió, Edições Catavento, 2000.

_____. **A Interpretação da Província: Estudos da Cultura Alagoana** Maceió, EDUFAL, 2005.

_____. **Lições de Etnologia Geral: Introdução ao Estudo de Seus Princípios Seguindo de Dois Estudos de Etnologia Brasileira**. Maceió, EDUFAL, 2008.

LANGER, Johnni. **Ruínas e Mitos: A Arqueologia no Brasil Imperial**. (Tese Doutorado em História) UFPR. Curitiba, 2001.

LÖWY, Michel. **Método Dialético e Teoria Política**.Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e o Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo, Cortez, 2013.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A Representação Sobre os Índios nos Livros Didáticos de História do Brasil**. (Mestrado Dissertação) João Pessoa, 2006.

MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas:Dados Históricos**. Maceió, 2008.

MELO, P. A. G. de. **Toponímia Indígena: Um Estudo Lexical dos Nomes de Municípios Alagoanos de Étimo Tupi.** In: VEREDAS FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências – V. 6, n. 1 – janeiro a junho de 2013.

MICHEL, Johann. **Podemos Falar de uma Política do Esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.3, ago.- nov. 2010, p.14.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeiras nas Origens de São Paulo.** São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo.** Campinas, (tese de Livre-docência), 2001.

_____. **O Escravo Índio, esse Desconhecido.** In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994, pp.106 – 107.

MOREIRA, Vânia. **O Ofício do Historiador e os Índios: Sobre Uma Querela no Império.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72 – 2010.

MOURA, Antônio Joaquim de. **Opúsculo da Descrição Geográfica Topográfica, Phizica, Política e Histórica, do Que Unicamente Respeita à Província das Alagoas no Império do Brazil. Por Hum Brasileiro.** 2. Reimpr. Maceió. EDUFAL: CESMAC, 2009.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A Presença Indígena no Nordeste: Processos de Territorialização, Modos de Reconhecimento e Regimes de Memória.** Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

_____. **Ensaio em Antropologia Histórica.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

_____. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PUNTONI, Pedro. **O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo: O Indígena e o Indianismo Perante a Historiografia Brasileira.** In: JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação.** São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

PEREIRA, Iuri Bauler. **Escrita e Oralidade na Língua Tupi na Obra Etnográfica de Antônio Gonçalves Dias.** Trabalho Apresentado no Encontro Regional da ANPUH-RIO, Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro. FGV, 2006.

_____. **A História, Entre a Filosofia e a Ciência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **O desafio historiográfico.** Rio de Janeiro, FGV, 2010.

ROCHA, José Maria Tenório. **Historiografia de Alagoas:** Primeira Leitura. In: Ver do CHCA. (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes). Maceió, Ano III. 1990.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

_____. **A Pesquisa Histórica no Brasil.** São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

_____. **História e Historiografia.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

SANT'ANA(de), Moacir Medeiros. **História da Imprensa em Alagoas.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** O Oriente Como Invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

_____. **Representações do Intelectual:** As Conferências Reith de 1993. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

_____. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças:** Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil-1870-1930. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

_____. BOTELHO, André. **Um Enigma Chamado Brasil:** 29 Intérpretes e Um País. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:** Um Periódico na Cidade Letrada Brasileira do Século XIX. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, 2003.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O Passado Está Prenhe do Futuro”:** A Escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 – 30). (Mestrado História) Porto Alegre, 2008.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Trabalho Indígena na Formação das Alagoas (Século XIX):** Os Índios das Matas nas Falas e Relatórios Oficiais. Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

SILVA, Edson Hely. **O Lugar do Índio.** Conflitos, Esbulhos de Terra e Resistência Indígena no Século XIX: O Caso de Escada-PE (1860-1880). (Dissertação Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1995.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>.

TAVARES, Giovana Galvão. **A trajetória de uma “Casa de Saber”**: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1970). Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

THOMPSON, E. P. **Os Românticos**: A Inglaterra na Era Revolucionária. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

TEIXEIRA, Luana. POZZI, Henrique Alexandre. LOPES DA SILVA, Jorge Luiz. (Org.). **Patrimônio Arqueológico e Paleontológico de Alagoas**. Maceió, Iphan-AL, 2012.
WHITE, Hayden. **Meta-História**: A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo, EDUSP, 2008.

MARX, Karl. **A Crítica da Filosofia de Direito de Hegel, 1843**. São Paulo, Boitempo, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfe de. **Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil**. In: RIHGB, Rio de Janeiro, 1860.